

Caderno Esquematizado da Lei n. 8.069/1990

Professora: Adriane Sousa





FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2401306680M

TIPO DE MATERIAL:

E-book

TÍTULO:

Caderno Esquematizado da Lei n. 8.069/1990

PROFESSORA:

Adriane Sousa

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

02/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

SUMÁRIO

CADERNO ESQUEMATIZADO DA LEI N. 8.069/1990.....	4
1- Lei n. 8.069/1990: Estrutura	4
2- Fontes do Direito para o Estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente	4
3- Visão Histórica e Princípios	5
4- Súmulas importantes para o estudo do ECA.....	6
6- Considerações preliminares (do art. 1º ao 6º) e fixação da competência no ECA, art. 147	11
8- Medidas Privativas da liberdade: Internação e Semiliberdade	12
9- Terminologia utilizada pelo ECA.	13
10- Tabela de prazos	14
11- Remissão pré-processual e processual.	15
13- Sistema Recursal no ECA/Art. 198 e o novo CPC.	17
14- Do Conselho Tutelar	18
15- Autorização para Viajar.	19
16- Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente	20
17- Crimes e infrações administrativas praticados contra criança/adolescente .	28
Exercícios Gabaritados.	38

CADERNO ESQUEMATIZADO DA LEI N. 8.069/1990



ARTIGOS ALTERADOS RECENTEMENTE: ART. 8º-A, ART.10, ART. 53-A.

LEI HENRY BOREL: ARTS. 18-B, 70-A, 70-B, 136, 201 E 226§§ (2022) arts. 87 (2023).

Lei n. 14.811/2024 – art. 59-A, 240 §, 244-C e 247.

COM A ALTERAÇÕES DA LEI N. 14.344/2022 e DA LEI N. 14.811/2024.

1- LEI N. 8.069/1990: ESTRUTURA

O ECA é formado por dois livros:

#Livro **01 Parte Geral**: A. Título I Disposições Preliminares,
B. Título II Direitos Fundamentais e
C. Título III Formas de Prevenção.

#Livro **02 Parte Especial**: A. Título I Políticas de atendimento,
B. Título II Medidas de Proteção,
C. Título III Prática de Ato Infracional,
D. Título IV Medidas Pertinentes aos pais ou responsável,
E. Título V Conselho Tutelar,
F. Título VI Acesso à Justiça e

G. Título VII Crimes e Infrações Administrativas Praticadas contra a Criança e o Adolescente.

2- FONTES DO DIREITO PARA O ESTUDO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Grande influência de normas internacionais para a construção do direito da infância e da juventude.

Cronologia	Acontecimento
1890 Código Criminal da República	Penalizava o menor entre nove e 14 anos de idade.
1927 Código de Menores	Primeiro Código de Menores, conhecido como Código Mello Mattos , estabeleceu a imputabilidade antes dos 18 anos.
1932	Era Vargas – estabeleceu a imputabilidade aos 14 anos de idade.

Cronologia	Acontecimento
1964	As instituições Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e as Febens foram criadas pelos militares após o Golpe de 1964.
1979 Código de Menores	Vigorava a doutrina da situação irregular de 1927.
1988 Constituição Federal	A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, trouxe um verdadeiro sistema de proteção dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, apregoando, assim, o princípio da proteção integral.
1990 Estatuto da Criança e do Adolescente	ECA, instituído pela Lei n. 8.069/1990, veio regulamentar o dispositivo constitucional. O Estatuto da Criança e do Adolescente revogou expressamente o Código de Menores, substituindo a doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral, adequando a justiça da infância e juventude às normas constitucionais.
1989 Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança	O Brasil ratificou a Convenção em 1990. Esse foi o Tratado mais ratificado sobre Direitos Humanos na história.
1985 Regras de Beijing	Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. As regras de Beijing são aplicadas segundo o contexto das condições econômicas, sociais e culturais que predominam em cada Estado.
1990 Regras de Tóquio	Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade. As regras serão aplicadas também levando em consideração o contexto político, econômico, social e cultural e as tradições.
1990 Diretrizes de Riad	Princípio das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil.

3- VISÃO HISTÓRICA E PRINCÍPIOS:

“Di menor”, trombadinha, menino carente, delinquente, vadio, menor abandonado. Assim o Brasil tratava sua infância. Quando entrou em vigor o ECA –Estatuto da Criança e do Adolescente, essa realidade começou a mudar. Pela primeira vez, deixava-se bem claro: meninos e meninas são sujeitos, e não objetos. Com direitos e deveres expressos pela lei. Os artigos do ECA puseram fim ao antigo Código de Menores, documento de caráter assistencialista e punitivo.”

“O ECA é o resultado da celebração e ânsia pela construção de um sistema de direitos. Ele leva a marca inconfundível da participação popular. Seu conteúdo tem origem nas praças, nas ruas, nas igrejas.”

Extraído e adaptado de:

<http://diretiroscriancaadolescente.blogspot.com.br/2009/11/defensores-de-direitos-de-criancas-e.html>

Art. 227 da CF: “É dever **da família, da sociedade e do Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Documentos internacionais:

- A. Declaração de Genebra, dos Direitos da Criança (1924);
- B. Convenção Interamericana de Direitos Humanos – Pacto Soar José da Costa Rica (1969);
- C. Regras mínimas para a Administração da Justiça de Menores (regras de Beijing) ratificados pelo Brasil em 1990.

1979	1988	1990

4- SÚMULAS IMPORTANTES PARA O ESTUDO DO ECA.

Súmula 74 STJ	Para efeitos penais o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.
Súmula 108 STJ	A aplicação de medida socioeducativa ao adolescente pela prática de ato infracional é da competência exclusiva do juiz.
Súmula 265 STJ	É necessária a oitiva do menor infrator antes de se decretar a regressão da medida socioeducativa.
Súmula 338 STJ	A prescrição penal é aplicada nas medidas socioeducativas.
Súmula 342 STJ	No procedimento de medida socioeducativa é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.
Súmula vinculante n. 11 (Uso de algemas)	Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito sob pena de responsabilidade disciplinar, civil, e penal do agente.
Súmula 705 STF	A Renúncia do réu ao Direito de Apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.

Súmula 74 STJ	Para efeitos penais o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.
Súmula 718 STF	A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
Súmula 492 STJ	O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.
Súmula 149 STF	É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.
Súmula 500 STJ	A corrupção de menores, prevista no art. 244b do ECA, é delito formal.
Súmula 605 STJ	A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
Súmula 594 STJ	O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros.

Competência para julgar o delito do art. 241-A do ECA praticado por meio de WhatsApp ou chat do Facebook: Justiça Estadual

O STF fixou a seguinte tese: compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B do ECA), quando praticados por meio da rede mundial de computadores (internet). STF. Plenário. RE 628624/MG, Rel. orig. Min. Marco Aurélio, Red. p/ o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 28 e 29/10/2015 (repercussão geral) (Info 805). O STJ, interpretando a decisão do STF, afirmou que, quando se fala em “praticados por meio da rede mundial de computadores (internet)”, o que o STF quer dizer é que a postagem de conteúdo pedófilo-pornográfico deve ter sido feita em um ambiente virtual propício ao livre acesso. Por outro lado, se a troca de material pedófilo ocorreu entre destinatários certos no Brasil, não há relação de internacionalidade e, portanto, a competência é da Justiça Estadual. Assim, o STJ afirmou que a definição da competência para julgar o delito do art. 241-A do ECA passa pela seguinte análise:

- Se ficar constatada a internacionalidade da conduta: Justiça FEDERAL. Ex: publicação do material feita em sites que possam ser acessados por qualquer sujeito, em qualquer parte do planeta, desde que esteja conectado à internet.

- Nos casos em que o crime é praticado por meio de troca de informações privadas, como nas conversas via WhatsApp ou por meio de chat na rede social Facebook: Justiça ESTADUAL. Isso porque tanto no aplicativo WhatsApp quanto nos diálogos (chat) estabelecido na rede social Facebook, a comunicação se dá entre destinatários escolhidos pelo emissor da mensagem. Trata-se de troca de informação privada que não está acessível a qualquer pessoa. Desse modo, como em tais situações o conteúdo pornográfico não foi disponibilizado em um ambiente de livre acesso, não se faz presente a competência da Justiça Federal. STJ. 3ª Seção. CC 150.564-MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 26/4/2017 (Info 603)

Jurisprudência em teses:

- 1) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente. (Súmula n. 492/STJ)
- 2) A existência de relatório técnico favorável à progressão ou extinção de medida socioeducativa não vincula o juiz.
- 3) É possível a incidência do princípio da insignificância nos procedimentos que apuram a prática de ato infracional.
- 4) A medida socioeducativa de internação está autorizada nas hipóteses taxativamente previstas no art. 122 do ECA, sendo vedado ao julgador dar qualquer interpretação extensiva do dispositivo.
- 5) A aplicação da medida de semiliberdade, a despeito do disposto no art. 120, § 2º, do ECA, não se vincula à taxatividade estabelecida no art. 122 do mesmo estatuto.
- 6) A internação provisória prevista no art. 108 do ECA não pode exceder o prazo máximo e improrrogável de 45 dias, não havendo que se falar na incidência da Súmula n. 52 do STJ.
- 7) A internação-sanção, imposta em razão de descumprimento injustificado de medida socioeducativa, não pode exceder o prazo de 3 (três) meses
- 8) A atenuante da confissão espontânea não tem aplicabilidade em sede de procedimento relativo à apuração de ato infracional.
- 9) A prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas. (Súmula n. 338/STJ)
- 10) A superveniência da maioria penal ou civil não afasta a possibilidade de aplicação de medida socioeducativa, devendo-se levar em consideração a idade do menor ao tempo do fato.
- 11) A maioria penal não implica a liberação compulsória do menor infrator, fato que somente se dá aos 21 anos nos termos do art. 121, §5º, do ECA.
- 12) O cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento prisional viola o art. 123 do ECA, ainda que em local separado dos maiores de idade condenados.
- 13) A gravidade do ato infracional equiparado ao crime de ameaça (art. 147 do CP) não se subsume à grave ameaça exigida para a aplicação da medida de internação (art. 122, I, do ECA).
- 14) É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa. (Súmula n. 265/STJ)
- 15) Os atos infracionais compreendidos na remissão não servem para caracterizar a reiteração nos moldes do art. 122, II, do ECA.

Jurisprudência em teses:

1. A observância do cadastro de adotantes não é absoluta, podendo ser excepcionada em prol do princípio do melhor interesse da criança.
2. A jurisprudência tem excepcionado o entendimento de que o habeas corpus não seria adequado para discutir questões relativas à guarda e adoção de crianças e adolescentes.
3. O acolhimento institucional ou familiar temporário não representa o melhor interesse da criança mesmo nos casos de adoção irregular ou “à brasileira”, salvo quando há evidente risco à integridade física ou psíquica do menor.
4. É possível a adoção póstuma quando comprovada a anterior manifestação inequívoca do adotante.
5. A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda. (Súmula n. 383/STJ)
6. Eventuais irregularidades na adoção podem ser superadas em virtude da situação de fato consolidada no tempo, desde que favoráveis ao adotando.
7. O reconhecimento do estado de filiação constitui direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado sem qualquer restrição, fundamentado no direito essencial à busca pela identidade biológica.
8. Nas disputas de custódia de crianças e adolescentes devem ser evitadas sucessivas e abruptas alterações de guarda e residência, ressalvados os casos de evidente risco.
9. Compete à Justiça Federal o julgamento dos pedidos de busca e apreensão ou de guarda de menores quando fundamentados na Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.
- 10.) Nos casos em que o Ministério Público promove a ação de destituição do poder familiar ou de acolhimento institucional não é obrigatória a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial.
11. A falta da citação do pai biológico no processo de adoção não obsta a homologação da sentença estrangeira, nos casos em que se verifica o abandono ou desinteresse do genitor.
- 12.) É possível o deferimento da guarda de criança ou adolescente aos avós, para atender situações peculiares, visando preservar o melhor interesse da criança.
13. Não é possível conferir-se a guarda de criança ou adolescente aos avós para fins exclusivamente financeiros ou previdenciários.
14. Não há óbice à adoção feita por casal homoafetivo desde que a medida represente reais vantagens ao adotando.

INFORMATIVOS RESUMIDOS:

1. Informativo 685

A Justiça da Infância e da Juventude tem competência absoluta para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas, nos termos dos arts. 148, IV, e 209 da Lei n. 8.069/1990.

2. INFORMATIVO 714

A autorização judicial para participação de adolescente em espetáculo público em diversas comarcas

deve ser concentrada na competência do juízo do seu domicílio, que solicitará providências e informações aos demais juízos, onde ocorra apresentação, quanto ao cumprimento das diretrizes previamente fixadas.

3. INFORMATIVO 698

TEMA Guarda compartilhada. Genitores domiciliados em cidades distintas. Possibilidade.

O fato de os genitores possuírem domicílio em cidades distintas não representa óbice à fixação da guarda compartilhada.

4. INFORMATIVO 691

Adoção. Sentença concessiva. Ausência de consentimento do adotado. Rescisão. Excepcionalidade. É possível, mesmo ante a regra da irrevogabilidade da adoção, a rescisão de sentença concessiva de adoção ao fundamento de que o adotado, à época da adoção, não a desejava verdadeiramente e de que, após atingir a maioridade, manifestou-se nesse sentido.

5. INFORMATIVO 687

Adoção. Destituição do poder familiar. Guarda provisória. Nome afetivo. Uso administrativo. Informação adicional. Instituições escolares, de saúde, cultura e lazer. Identidade. Perigo de dano. Probabilidade do direito. Trâmites regulares. Tutela antecipada. Cabimento.

Presentes os requisitos autorizadores da tutela antecipada, é cabível a inclusão de informações adicionais, para uso administrativo em instituições escolares, de saúde, cultura e lazer, relativas ao nome afetivo do adotando que se encontra sob guarda provisória.

6. INFORMATIVO 703

Adoção personalíssima. Intrafamiliar. Parentes colaterais por afinidade. Habilitação junto ao Cadastro Nacional de Adoção. Menor colocado em estágio de convivência em família substituta no curso do procedimento. Insurgência dos pretendentes à adoção intrafamiliar e do casal terceiro prejudicado (família substituta). Conceito de família amplo. Afeto e afinidade. Colocação em família substituta. Excepcionalidade.

Atende ao melhor interesse da criança a adoção personalíssima intrafamiliar por parentes colaterais por afinidade, a despeito da circunstância de convivência da criança com família substituta, também, postulante à adoção.

7. INFORMATIVO 701

Adoção unilateral socioafetiva. Diferença mínima de 16 anos de idade entre adotante e adotando. Peculiaridades do caso concreto. Art. 42, § 3º, do ECA. Relativização. Possibilidade.

A regra que estabelece a diferença mínima de 16 (dezesseis) anos de idade entre adotante e adotando (art. 42, § 3º do ECA) pode, dada as peculiaridades do caso concreto, ser relativizada no interesse do adotando.

8. INFORMATIVO 687

Multa do art. 249 do ECA. Caráter preventivo, punitivo e pedagógico. Maioridade da vítima. Afastamento. Inocorrência.

A multa instituída pelo art. 249 do ECA não possui caráter meramente preventivo, mas também punitivo e pedagógico, de modo que não pode ser afastada sob fundamentação exclusiva do advento da maioridade civil da vítima dos fatos que determinaram a imposição da penalidade.

9. INFORMATIVO 699

Apuração de ato infracional. Segredo de justiça. Pleito de acesso aos autos pela vítima. Instrução

de ação de deserdação. Interesse jurídico. Finalidade justificada. Extração de cópias. Possibilidade. Demonstrado interesse jurídico e justificada a finalidade, é cabível a extração de cópias dos autos da apuração de ato infracional, não se podendo, no entanto, utilizar os documentos obtidos para fins diversos do que motivou o deferimento de acesso aos autos.

6- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES (DO ART 1º AO 6º) E FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA NO ECA ART. 147SS

Criança:
Adolescente:
Jovem adulto:
Convenção Internacional:

Fixação da competência:

7- Medidas Protetivas – art. 101 e Medidas Socioeducativas – art. 112.



Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar e
- IX - colocação em família substituta.

8- MEDIDAS PRIVATIVAS DA LIBERDADE: INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE

RESUMO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

A. Advertência – Art. 115: Trata-se de admoestação verbal, é a mais branda das medidas. Requisitos: Prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do ato infracional. Essa medida gera efeitos jurídicos, ficará registrada na Vara da Infância e Juventude.

B. Obrigação de reparar o dano – Art. 116: Trata-se de medida por tarefa e não por desempenho. Uma vez reparado o dano, extingue-se a medida. O objetivo é promover a compensação da vítima, restituir o bem. Essa medida será aplicada quando o adolescente atingiu a esfera patrimonial da vítima. Requisitos: Prova da autoria e da materialidade.

C. Prestação de serviço à comunidade – Art. 117: Será realizada gratuitamente, tarefas de interesse geral. O juiz deve estabelecer a carga horária máxima de prestação do serviço durante a semana, sendo o limite de oito horas semanais.

Prazo: Max. 06 meses. Requisitos: materialidade e autoria.

D. Liberdade assistida – Art. 118-119: O adolescente receberá um ORIENTADOR, o adolescente permanecerá com a família, não há privação da liberdade.

Prazo: min. 06 meses

E. Inserção em regime de semiliberdade – Art. 120: Trata-se de medida restritiva da liberdade. É privação no noturno e liberação no diurno. Trata-se de privação relativa.

Prazo: indeterminado, limitado a no máximo 03 anos.

Requisitos: materialidade e autoria. Essa medida não poderá ser aplicada com a remissão. Essa medida pode ser aplicada de início ou como forma de transição para o regime meio aberto.

F. Internação – Arts. 121 – 122: Atenção para a súmula 492 do STJ. Trata-se de medida privativa da liberdade. Em regra, aplicada para atos infracionais praticados com violência ou grave ameaça à pessoa. Princípios: brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Prazo: não comporta prazo determinado, mas não excederá 03 anos. Súmula 342 STJ (é vedada a sua aplicação com fundamento exclusivamente na confissão do adolescente. Também poderá ser aplicada por reiteração no cometimento de infrações graves).

9- TERMINOLOGIA UTILIZADA PELO ECA

LEIS PENAS	ECA
1. Crime e contravenção	ATO INFRACIONAL
2. Flagrante delito	FLAGRANTE DE ATO INFRACIONAL
3. Mandado de prisão	MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO
4. Maior preso	APREENDIDO
5. Prisão provisória	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA
6. Imputação de crime	ATRIBUIÇÃO DE ATO INFRACIONAL

LEIS PENAIAS	ECA
7. Pena	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E PROTETIVAS
8. Denúncia	REPRESENTAÇÃO
9. Réu	REPRESENTADO
10. Interrogatório	AUDIÊNCIA DE APRESENTAÇÃO
11. Sumário de acusação e de defesa	AUDIÊNCIA EM CONTINUAÇÃO
12. Defesa Prévia	DEFESA PRÉVIA

10- TABELA DE PRAZOS

Permanência em estabelecimento policial: MÁX.: 05 DIAS.
Apresentação ao MP (art. 175): EM 24 HORAS.
Internação provisória (art. 108): MÁX.: 45 DIAS.
Internação sanção (art. 122): ATÉ 03 MESES.
Internação (art. 121, § 3º): MÁX.: 03 ANOS.
Semiliberdade (art. 120): MÁX.: 03 ANOS.
Reavaliação da internação/semiliberdade (art. 121): A CADA 06 MESES.
Recursos (art. 198): 10 DIAS, SALVO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (05 DIAS).
Liberação compulsória (art. 121, § 5º): AOS 21 ANOS.
Prestação de serviços à comunidade (art. 117): MÁX 06 MESES.
Liberdade assistida (art. 118, § 3º): MÍN.: 06 MESES.
Adolescente privado da liberdade / visitas (art. 124): SEMANALMENTE.
Mandato dos conselheiros (art. 132): 04 ANOS.
Membros do Conselho Tutelar (art. 132): 05 MEMBROS.
Manutenção de documentos no hospital (art. 10): POR 18 ANOS.
Estágio de convivência/estrangeiro adoção (art. 39): MÍNIMO 30 DIAS E MÁXIMO 45 DIAS (PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO).
Procedimento para perda do poder familiar (art. 163): 120 DIAS.
Contestação (art. 158): 10 DIAS.
Vista dos autos ao MP (art. 162): 05 DIAS.
Apuração de irregularidade em entidade de atendimento (defesa) (art. 192): 10 DIAS.
Apuração de Infração Adm. às normas de proteção à criança e ao adolescente (defesa) (art. 195): 10 DIAS.
Prazo para infiltração policial virtual (art. 190): 90 DIAS prorrogações: 720 DIAS.
Permanência em acolhimento institucional: 18 MESES.
Prazo para ação de adoção pelo detentor da guarda: 15 DIAS.

11- REMISSÃO PRÉ-PROCESSUAL E PROCESSUAL

B. CLASSIFICAÇÃO:

gran.com.br

Remissão Pré-processual/ – ministerial:

Para ter eficácia deve ser homologada pelo juiz,
Pode ser concedida após a oitiva informal do art. 179;
Não implica o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade;
Não prevalece para efeitos de antecedentes;
Pode ser concedida ante indícios de materialidade e autoria; e
Pode ser concedida para ato infracional de menor gravidade.

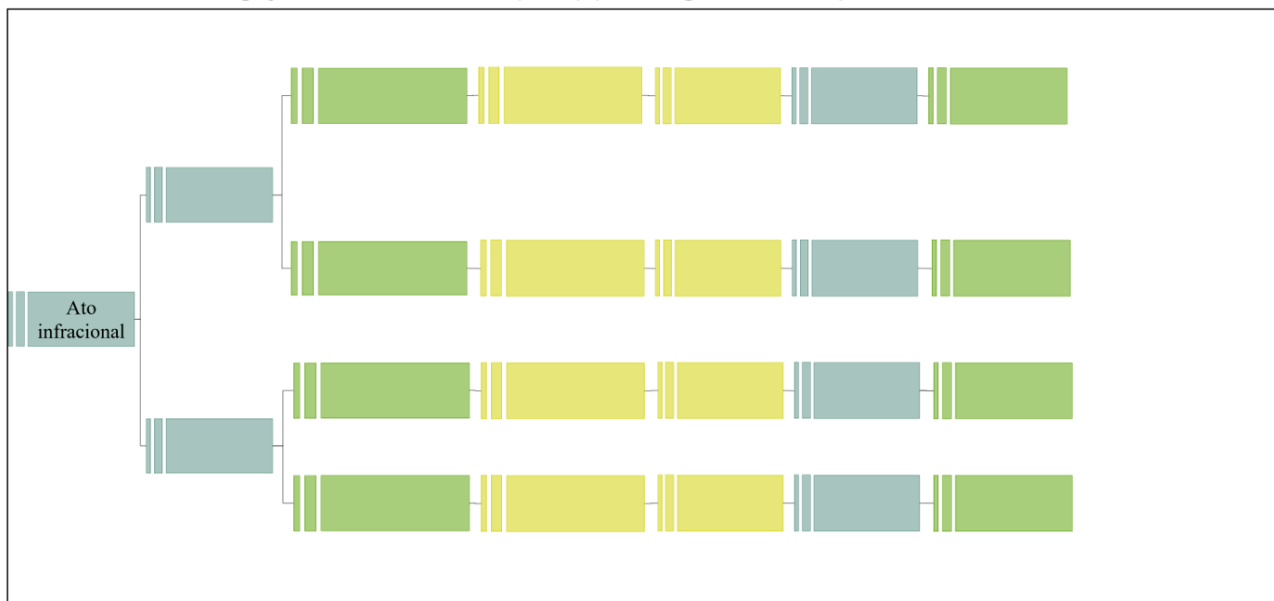
NOVO: INF 587 STJ

REMISSÃO Impossibilidade de modificação por magistrado dos termos de proposta de remissão pré-processual Se o representante do Ministério Público ofereceu a adolescente remissão pré-processual (art. 126, *caput*, do ECA) cumulada com medida socioeducativa e o juiz discordou dessa cumulação, ele não pode excluir do acordo a aplicação da medida socioeducativa e homologar apenas a remissão. É prerrogativa do Ministério Público, como titular da representação por ato infracional, a iniciativa de propor a remissão pré-processual como forma de exclusão do processo. O juiz, no ato da homologação, se discordar da remissão concedida, deverá remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça para que ele decida, tal como ocorre no art. 28 do CPP. O juiz, no ato da homologação, se discordar da remissão concedida pelo Ministério Público, deverá remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça e este terá três opções: a) oferecerá representação; b) designará outro Promotor para apresentar a representação; ou c) ratificará o arquivamento ou a remissão, hipótese na qual o juiz estará obrigado a homologar. Assim, mesmo que o juiz discorde parcialmente da remissão, não pode modificar os termos da proposta oferecida pelo MP para fins de excluir aquilo que não concordou. STJ. 6ª Turma. REsp 1.392.888-MS, Rel. Min. Rogerio Schietti, julgado em 30/6/2016 (Info 587).

• Remissão processual/ judicial:

Pode ser concedida antes da sentença;
Esse benefício exige um mínimo de instrução, razão pela qual não deve ser concedida antes da audiência de apresentação;
Não implica reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade;
Não prevalece para efeitos de antecedentes;
Pode ser cumulada com qualquer medida em meio ABERTO; e
Aplicada para atos infracionais de menor gravidade.

10. Auto de Investigação do ato Infracional (AIAI):(Do artigo 171 ao 190)



13- SISTEMA RECURSAL NO ECA/ART. 198 E O NOVO CPC.

1. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal do CPC,
2. Os recursos serão interpostos independentemente de preparo;
3. Em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias;
4. MP e Fazenda Pública não têm prazo em dobro;
5. A DP tem prazo em dobro;
6. Contagem dos prazos: dias corridos;
7. Os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor; (com o novo CPC a exigência deixou de existir);

7. DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO ECA: na APELAÇÃO e no AGRAVO

VII - antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, no caso de agravo, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias;

14- DO CONSELHO TUTELAR

DO CONSELHO TUTELAR DO ART. 131 AO 140

1. CARACTERÍSTICAS/CONCEITO:

O CONSELHO TUTELAR É ÓRGÃO AUTÔNOMO, PERMANENTE E NÃO JURISDICIONAL.

2. ESTRUTURA:

CADA MUNÍCIPIO E CADA RA DO DF TERÁ NO MÍNIMO 01 CT, INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO LOCAL, NÃO HÁ SUBORDINAÇÃO, O CT ESTÁ VINCULADO AO PODER EXECUTIVO DO LOCAL.

3. NATUREZA JURÍDICA:

ÓRGÃO COLEGIADO (CADA CT SERÁ COMPOSTO POR 05 CONSELHEIROS ELEITOS PELA COMUNIDADE DO LOCAL PARA UM MANDATO DE 04 ANOS).

4. RECONDUÇÃO:

PERMITIDA RECONDUÇÃO POR NOVOS PROCESSOS DE ESCOLHA. NÃO HÁ LIMITAÇÃO.

5. CT É 10!

05 CONSELHEIROS;
04 MANDATO;
01 CT EM CADA RA DO DF E EM CADA MUNÍCIPIO.

6. REQUISITOS PARA CANDIDATURA:

001. MAIOR DE 21 ANOS DE IDADE;
002. RESIDIR NO LOCAL; E
003. TER IDONEIDADE MORAL.

7. LEI MUNICIPAL OU DISTRITAL:

REMUNERAÇÃO, LOCAL E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CT.

8. DIREITOS DO CONSELHEIROS:

1. COBERTURA PREVIDENCIÁRIA;
2. FÉRIAS 1/3;
3. LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE; E
4. GRATIFICAÇÃO NATALINA.

9. PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS:

OCORRERÁ EM DATA UNIFICADA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL NO 1º DOMINGO DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO SUBSEQUENTE AO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL;
DATA DA POSSE: 10 DE JANEIRO DO ANO SUBSEQUENTE AO PROCESSO DE ESCOLHA.

10. IMPEDIDOS DE SERVIR NO MESMO CONSELHO TUTELAR:

1. MARIDO E MULHER;
2. ASCENDENTES E DESCENDENTES;
3. SOGRO/SOGRA/GENRO/NORA/CUNHADO;
4. IRMÃOS/TIO/SOBRINHO;
5. PADRASTO/MADRASTA/ENTEADO.

O CONSELHO TUTELAR DEVE ZELAR PELOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

15- AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR

AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR (arts. 83 a 85 do ECA)

1. Embarque para o exterior

a) **Regra geral:** crianças e adolescentes necessitam de autorização judicial.

b) É **dispensada** a referida autorização judicial se:

A criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

Viajar na companhia de um dos pais, autorizados expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.

Obs.: Embarque de criança ou adolescente para o exterior acompanhada de estrangeiro só com autorização judicial.

15.1 EMBARQUE NO TERRITÓRIO NACIONAL

a) **Adolescentes a partir dos 16 anos** podem viajar livremente; não necessitam de autorização (Lei n. 13.812/2019).

b) Crianças e adolescentes menores de 16 anos podem viajar acompanhadas dos pais ou responsável e/ou com autorização judicial.

c) Dispensa-se a autorização judicial se acompanhados por ascendente colateral maior até o 3º grau.

Atenção!	
Primo é parente de 4º grau, logo para o primo poder embarcar para outro Estado levando a criança, será necessária a autorização da mãe, do pai ou do responsável do menor.	
ECA	
Antes da Lei 13.812/2019	Depois da Lei 13.812/2019 (atualmente)
Adolescente podia fazer viagens nacionais mesmo que estivesse desacompanhado dos pais ou responsável, não sendo necessária autorização judicial. As restrições que existiam eram apenas para viagens de crianças (ou seja, menores de 12 anos).	Determinou que as mesmas restrições impostas para viagens nacionais de crianças também devem ser estendidas para adolescentes menores de 16 anos.

16- DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. INTRODUÇÃO

- **Direitos humanos homogêneos:** tem aptidão para ser direito de todos os membros da espécie humana. Ou seja, não são direitos humanos PRÓPRIOS da criança e do adolescente, porém os atingem. Ex.: Direito à vida.
- **Direitos humanos heterogêneos:** são aqueles direitos humanos que pertencem a um grupo específico. Neste caso, pertencem às crianças e adolescentes. Ex.: Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Possuem previsão no art. 227 CF/88 e no ECA.

Divisão:

Do Direito à Vida e à Saúde – Do art. 7º ao 14.
Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade – Do art. 15 ao 18-B.
Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária – Do art. 19 ao 52-D.
Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – Do art. 53 ao 59.
Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho – Do art. 60 ao 69.

DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE – DO ART. 7º AO 14

Recentemente, em sede de controle difuso de constitucionalidade (HC 124.306), o STF entendeu que a interrupção voluntária da gestação até o terceiro mês (período no qual não está formado o córtex cerebral, fator que inviabiliza a vida extrauterina) não deve ser tipificada como crime de aborto. Em outros termos, concluiu-se que a referida conduta não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1998.

STF HC 124.306 – A criminalização é incompatível com os seguintes direitos fundamentais: os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que não pode ser obrigada pelo Estado a manter uma gestação indesejada; a autonomia da mulher, que deve conservar o direito de fazer suas escolhas existenciais; a integridade física e psíquica da gestante, que é quem sofre, no seu corpo e no seu psiquismo, os efeitos da gravidez; e a igualdade da mulher, já que homens não engravidam e, portanto, a equiparação plena de gênero depende de se respeitar a vontade da mulher nessa matéria. A tudo isto se acrescenta o impacto da criminalização sobre as mulheres pobres. É que o tratamento como crime, dado pela lei penal brasileira, impede que estas mulheres, que não têm acesso a médicos e clínicas privadas, recorram ao sistema público de saúde para se submeterem aos procedimentos cabíveis. Como consequência, multiplicam-se os casos de automutilação, lesões graves e óbitos. A tipificação penal viola, também, o princípio da proporcionalidade por motivos que se cumulam:

(i) ela constitui medida de duvidosa adequação para proteger o bem jurídico que pretende tutelar (vida do nascituro), por não produzir impacto relevante sobre o número de abortos praticados no país, apenas impedindo que sejam feitos de modo seguro;

(ii) é possível que o Estado evite a ocorrência de abortos por meios mais eficazes e menos lesivos do que a criminalização, tais como educação sexual, distribuição de contraceptivos e amparo à mulher que deseja ter o filho, mas se encontra em condições adversas;

(iii) a medida é desproporcional em sentido estrito, por gerar custos sociais (problemas de saúde pública e mortes) superiores aos seus benefícios. Anote-se, por derradeiro, que praticamente nenhum país democrático e desenvolvido do mundo trata a interrupção da gestação durante o primeiro trimestre como crime, aí incluídos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Canadá, França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda e Austrália. 8. Deferimento da ordem de ofício, para afastar a prisão preventiva dos pacientes, estendendo-se a decisão aos corréus.

1. O Estado deve fazer políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. O Estado, primeiramente, assegura a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo.

2. Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.

3. A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

4. A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (O parto normal é a regra).

5. O art. 8º-A alterado em 2019 trouxe uma informação importante para o campo educacional:

Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

6. O art. 10 teve alteração em 2021, impondo o escalonamento dos testes em 05 etapas. Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada.

7. Dois artigos merecem sua atenção:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

Obs.: Profissionais da saúde primária = profissionais dos postos de saúde.

Obs.: A LEP proíbe o uso de algemas durante o parto.

Obs.:

Art. 318 do CPP. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

IV – gestante;

V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Não deve ser autorizada a prisão domiciliar se:

1) a mulher tiver praticado crime mediante violência ou grave ameaça;

2) a mulher tiver praticado crime contra seus descendentes (filhos e/ou netos).

DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE – DO ART. 15 AO 18 B

1. O direito de ir e vir é cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4º, IV, da CF/88, e não pode nem sequer ser suprimido ou indevidamente restringido mediante proposta de emenda constitucional.

2. Inconstitucionalidade: TOQUE DE RECOLHER E DO ROLEZINHO.

3. Do direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

4. Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Princípio da Responsabilidade Tripartida.

Atualmente, é muito comum que o **bullying** seja praticado pela internet. É o chamado **cyberbullying**. Ocorre, por exemplo, quando são usadas redes sociais, e-mails, programas etc. para incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial para a vítima.

5. PROVA: Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Vamos diferenciar o castigo físico do tratamento cruel ou degradante, vejamos a dica:

Castigo físico é F F (força física).
Tratamento Cruel ou Degradante é R A H (ridiculariza/ameaça/humilha).

Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão.

Tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- a) humilhe; ou
- b) ameace gravemente; ou
- c) ridicularize.

6. PROVA. Caro aluno, esse artigo foi alterado em 2022 pela Lei Henry Borel (Lei n. 14.344/2022) e deve ser estudado junto com o artigo 129 ECA.

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência.

VI - garantia de tratamento de saúde especializado à vítima. (2022)

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA – DO ART. 19 AO 52-D

1. Toda criança/adolescente tem o direito à convivência familiar. O ECA trouxe uma classificação trinária de família: natural, extensa ou ampliada e substituta.

FAMÍLIA NATURAL - a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

FAMÍLIA EXTENSA/AMPLIADA - aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

FAMÍLIA SUBSTITUTA - A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.

2. Atenção dobrada para o seguinte artigo: Art. 19-B (INSTITUTO DO APADRINHAMENTO) – A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

Instituto do apadrinhamento na justiça da infância e juventude:

Proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.		
Medidas Protetivas Art. 101	1.	
	2. O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva	
↓		
Quem pode apadrinhar:		
1.		
2.		
↓		
Requisitos:		
1.		
2.		
3.		
O padrinho ou madrinha detém a guarda da criança/adolescente? NÃO. O apadrinhamento não se confunde com o instituto da adoção. Assim, o padrinho ou a madrinha será uma referência afetiva na vida da criança, mas não possui a sua guarda. A guarda continua sendo da instituição de acolhimento ou da família acolhedora.		
GUARDA [Do art. 33 ao 35]	TUTELA [Do art. 36 ao 38]	ADOÇÃO [Do art. 39 ao 50]
1.	1.	1.
2.	2.	
3.	3.	3.
4.	4.	4.
5.	5.	5.
6.	6.	6.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER – DO ART. 53 AO 59

1. Art. 6º da CF.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

2. Esse artigo trouxe os direitos da criança e do adolescente enquanto alunos:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

(2019) CRITÉRIO DO GEORREFERENCIAMENTO

3. Enquanto o artigo 54 trouxe os deveres do Estado para com a criança e o adolescente:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (educação inclusiva)
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e
- III - elevados níveis de repetência.

Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. LEI N. 14.811/2024

O *homeschooling* não é direito público subjetivo.

O ensino domiciliar é permitido no Brasil?

Atualmente, não.

Mas a CF/88 proíbe o ensino domiciliar?

O Ministro Alexandre de Moraes explicou que a CF/88 veda três das quatro espécies mais conhecidas do ensino domiciliar: a desescolarização radical, a moderada e o ensino domiciliar puro. Isso porque elas afastam completamente o Estado do seu dever de participar da educação.

De outra banda, a CF/88 não proíbe o *homeschooling*, ou seja, o ensino domiciliar utilitarista ou por conveniência circunstancial. Essa modalidade pode ser estabelecida pelo Congresso Nacional.

DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO – DO ART. 60 AO 69

Regra:

1. Menor de 14 anos- NÃO pode exercer nenhum trabalho, NEM MESMO COMO APRENDIZ!
2. De 14 anos completos até 16 anos Incompletos- Pode trabalhar apenas na condição de APRENDIZ
3. De 16 anos até 18 Incompletos- Pode trabalhar regularmente, exceto no período NOTURNO ou em condição PERIGOSA ou INSALUBRE.
 - **Art. 60.** É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (Vide Constituição Federal) Inconstitucionalidade do art. 60.
 - O artigo 227, § 3º, I, da CF/88 diz que o direito à proteção especial abrangerá a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII.
 - Convenção 182 da OIT – adolescente não pode prestar serviço doméstico.

- O trabalho educativo é aquele em que as exigências pedagógicas prevalecem ao aspecto produtivo. Está previsto no ECA.

17- CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADOS CONTRA CRIANÇA/ADOLESCENTE

CRIMES	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
A. DO ART.:	A. DO ART.:
B. PROCEDIMENTO:	B. PROCEDIMENTO:
C. AÇÃO PENAL:	C. PROCESSO ADM.:
D. APLICAÇÃO DE NORMAS:	D. APLICAÇÃO DE NORMAS:
e) PRESCRIÇÃO:	E. PRESCRIÇÃO:
F. PENA:	F. PENA:
G. COMPETÊNCIA:	G. COMPETÊNCIA:
Obs.: Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal. § 1º Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. (Incluído pela Lei n. 14.344, de 2022) Lei Henry Borel. § 2º Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa. CP- Nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos no CP ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.	Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. § 1º Incorre na mesma pena quem exhibe ou transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação (INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA – LEI N. 14.811/2024).

DOS CRIMES EM ESPÉCIE:

1. Omissão do registro\declaração

Art. 228. Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena – detenção de dois a seis meses, ou multa.

2. Omissão de identificação

Art. 229. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 desta Lei:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena – detenção de dois a seis meses, ou multa

3. Privação ilegal da liberdade do menor

Art. 230. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente: Pena – detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que procede à apreensão sem observância das formalidades legais.

4. Omissão da comunicação

Art. 231. Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

5. Submissão constrangimento\ vexame

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

6. Omissão na liberação

Art. 234. Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

7. Descumprimento injustificado de prazo

Art. 235. Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nesta Lei em benefício de adolescente privado de liberdade:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

8. Impedimento à ação de autoridades

Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

9. Subtração de menor

Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa.

10. Promessa\ entrega de filho\ pupilo

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena – reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

11. Tráfico internacional de menor

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena – reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: (Incluído pela Lei n. 10.764, de 12.11.2003)

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

12. Produção de material pornográfico

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar. (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la; (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

13. Comércio de material pedófilo

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n. 11.829, de 2008)

14. Difusão da pedofilia

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.

15. Posse de material pornográfico

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

I – agente público no exercício de suas funções; (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

16. Simulacro de pedofilia

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

17. Aliciamento de menores

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; (Incluído pela Lei n. 11.829, de 2008)

II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

18. Norma explicativa

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. STJ

19. Fornecimento de arma

Art. 242. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei n. 10.764, de 12.11.2003)

20. Fornecimento de subst. causadora de dependência

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência ou física psíquica:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. (Redação dada pela Lei n. 10.764, de 12.11.2003)

21. Comércio de fogos

Art. 244. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida:

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa.

22. Submissão de menor à prostituição)

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. (Redação dada pela Lei n. 13.440, de 2017)

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. (Incluído pela Lei n. 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei n. 9.975, de 23.6.2000)

23. Corrupção de menores

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet

§ 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990 (crimes hediondos).

Súmula 500 do STJ.

ATENÇÃO: Informativo 595 do STJ.

ATENÇÃO**ECA X LEI DE DROGAS**

Caso o delito praticado pelo agente e pelo menor de 18 anos seja o art. 33, 34, 35, 36 ou 37 da Lei n. 11.343/2006: ele responderá apenas pelo crime da Lei de Drogas com a causa de aumento de pena do art. 40, VI. Não será punido pelo art. 244-B do ECA para evitar bis in idem. Na hipótese de o delito praticado pelo agente e pelo menor de 18 anos não estar previsto nos arts. 33 a 37 da Lei de Drogas, o réu poderá ser condenado pelo crime de corrupção de menores, porém, se a conduta estiver tipificada em um desses artigos (33 a 37), não será possível a condenação por aquele delito, mas apenas a majoração da sua pena com base no art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006. STJ. 6ª Turma. REsp 1.622.781-MT, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 22/11/2016 (Info 595).

DICAS: ASPECTOS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS:

1. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.
2. Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.
3. Art. 227 A Os efeitos da condenação prevista no inciso I do caput do art. 92 (Código Penal), para os crimes previstos nesta Lei, praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, são condicionados à ocorrência de reincidência. A perda do cargo, do mandato ou da função, nesse caso, independe da pena aplicada na reincidência.

ASPECTO PENAL DA LEI N. 8.069/1990

TABELA COMPARATIVA

CRIMES TIPIFICADOS NO ECA	CRIMES NO CP OU LEG EXTRAVAGANTE
ART.230 Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente: Pena - detenção de seis meses a dois anos.	ART. 9º Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais. Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Abuso de autoridade)
ART. 231. Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada: Pena - detenção de seis meses a dois anos	ART. 12 Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Abuso de autoridade)
ART. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos	Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a: I - exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública; II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei; III - produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência. (Abuso de autoridade)
ART. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto: Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.	ART. 249 - Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial: Pena - detenção, de dois meses a dois anos, se o fato não constitui elemento de outro crime. (Código Penal).
ART. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro: Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.	ART. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; V - exploração sexual. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. § 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. (Código Penal).

CRIMES TIPIFICADOS NO ECA	CRIMES NO CP OU LEG EXTRAVAGANTE
ART.242. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos	ART. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. v – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.(Estatuto do Desarmamento)
ART. 243 Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica. Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave	ART. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se VI – sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação. (Lei de drogas).
ART.244 A Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2 o desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé.	ART. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos. II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo § 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Código penal).

CRIMES TIPIFICADOS NO ECA	CRIMES NO CP OU LEG EXTRAVAGANTE
ART. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem: Lei 14.811/2024 I – agencia, facilita, recruta, coage ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar II – exhibe, transmite, auxilia ou facilita a exibição ou transmissão, em tempo real, pela internet, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente. § 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.	ART. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo. (Código Penal)
ART. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos § 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. § 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	ART 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos (Código Penal).
ART. 244-C Deixar o pai, a mãe ou o responsável legal, de forma dolosa, de comunicar à autoridade pública o desaparecimento de criança ou adolescente Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa (Lei 14.811/2024)– Crime omissivo próprio/doloso/não cabe a aplicação da Lei 9.099/95).	

EXERCÍCIOS GABARITADOS

LISTA 1

001. (CESPE CEBRASPE/ TJDF/ (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO TJDF)/APLICAÇÃO: 2015)

Com referência à evolução histórica da proteção jurídica e social da criança e do adolescente, às doutrinas jurídicas de proteção, à proteção internacional dos direitos da criança e do adolescente, à política de atendimento e à atuação do juiz da infância e da juventude, assinale a opção correta.

- a) Para garantir a proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos da criança e do adolescente, o ECA estabelece, entre outros mecanismos, a possibilidade de o juiz impor ao réu multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, independentemente de pedido do autor.
- b) De acordo com a CF e o ECA, a proteção aos direitos da criança e do adolescente inicia-se a partir do nascimento com vida.
- c) A Política Nacional do Bem-Estar do Menor, como política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente estabelecida pelo ECA, apresenta uma proposta pedagógica assistencial progressista que visa garantir atendimento personalizado e respeito aos direitos da criança e do adolescente.
- d) A Convenção dos Direitos da Criança não foi ratificada pelo Brasil, embora tenha servido como documento orientador para a elaboração do ECA.
- e) No primeiro Código de Menores do Brasil (Dec. n. 5.083/1926), adotou-se a perspectiva de tutelar os direitos subjetivos da criança e do adolescente por meio da adoção de medidas necessárias à sua proteção integral.

002. Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética que envolve crianças e adolescentes. Assinale a opção que apresenta situação em que os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo respeitados, conforme previsto no ECA (alteração em 2019).

- a) Diana, de dezessete anos de idade, viajou desacompanhada para São Paulo. Na pousada em que havia feito reserva, os atendentes ligaram para os pais de Diana para saber se eles autorizariam a hospedagem da adolescente. O check-in foi feito após o consentimento dado pelo telefone.
- b) Mariana, devido ao fato de ter nascido durante o período em que sua mãe cumpria pena restritiva de liberdade em estabelecimento prisional, não pôde ser amamentada por sua genitora e, devido à impossibilidade de conviver com a mãe, foi entregue, após o nascimento, aos seus tios, que a mantiveram sob sua guarda até que a mãe cumprisse a reprimenda e recuperasse a liberdade.

- c) João Pedro, de treze anos de idade, analfabeto, mudou-se do Paraná para Brasília juntamente com sua família. Em Brasília, sua mãe tentou matriculá-lo em uma escola e foi informada pela direção do estabelecimento que, devido ao fato de o ano letivo estar em curso, a matrícula do adolescente não poderia ser realizada. Diante do ocorrido, a mãe procurou auxílio em um posto de assistência social e o adolescente foi inserido em estágio não remunerado em empresa que ofertava curso de alfabetização.
- d) Paula, de dezesseis anos de idade, residente em Brasília, após ter decidido visitar sua madrinha em Fortaleza, viajou desacompanhada em companhia aérea que permitiu o seu embarque independentemente da autorização dos pais.
- e) Marcos, de onze anos de idade, foi a uma banca de revistas próxima a sua residência e o dono do estabelecimento permitiu que ele folheasse todas as revistas, inclusive aquelas que continham fotografias pornográficas.

003. Lucas apresentou complicações respiratórias ao nascer e precisou ficar internado em unidade de terapia intensiva por alguns dias. Nazaré, mãe de Lucas, fugiu do hospital logo após o parto, mas, dois dias depois, retornou para visitá-lo e requereu a declaração de nascido vivo do recém-nascido para providenciar o registro de nascimento da criança. Na ocasião, ela estava acompanhada de Sebastião, que alegou ser o pai de Lucas, e os dois foram entrevistados pelo serviço social do hospital. Na entrevista, eles informaram que eram moradores de uma invasão próxima e que tinham outros dois filhos, de dois e quatro anos de idade, que viviam sob sua guarda e eram atendidos por creche não governamental. O casal, que chegou ao hospital em precárias condições de higiene, também aparentava estar sob o efeito de álcool e de drogas. Ao serem indagados sobre o estado em que se encontravam, os dois explicaram que trabalhavam como catadores de material reciclável e afirmaram que, embora estivessem embriagados, devido ao fato de terem resolvido comemorar o nascimento de seu filho, eles não eram usuários habituais de álcool. Ao ser questionada sobre o motivo de ter fugido do hospital após o parto, Nazaré respondeu que, quando seu segundo filho nasceu, ela ficou internada e não pôde cuidar do filho mais velho, que estava

doente no período, e teve medo de que situação semelhante se repetisse. O serviço social do hospital elaborou relatório descrevendo esses fatos e o enviou ao juízo da infância e da juventude. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das disposições do ECA.

- a) A atitude de Nazaré configura abandono de filho recém-nascido, fato que autoriza a imediata suspensão do poder familiar e o encaminhamento da criança para adoção.

- b) O conselho tutelar deve ser acionado para acompanhar a situação da família de Lucas e, depois que todas as possibilidades de manutenção da criança na família estiverem esgotadas, caberá ao referido conselho representar ao MP.
- c) Quando Lucas receber alta, o hospital deverá entregá-lo a abrigo de sua confiança, de modo que a criança possa continuar recebendo os cuidados médicos necessários.
- d) A situação precária de vida de Nazaré e Sebastião viola os direitos dos filhos, os quais devem ser acolhidos em instituição durante o processo de perda do poder familiar e o posterior encaminhamento das crianças a família substituta.
- e) Em razão das informações contidas no relatório encaminhado pela assistência social ao juízo da infância e da juventude, a declaração de nascimento da criança somente deverá ser entregue após prévia autorização do juiz prevento.

004. De acordo com as disposições do ECA, assinale a opção correta a respeito da responsabilização das crianças e dos adolescentes em razão do cometimento de atos infracionais.

- a) Compete ao MP conceder a remissão como forma de exclusão do processo; no entanto, se não concordar com a remissão, o juiz deverá remeter os autos ao procurador-geral de justiça.
- b) No caso de ato infracional de natureza leve, será aplicada medida de proteção substitutiva às medidas socioeducativas, razão por que a representação para o início do procedimento de apuração poderá ser feita pelo conselho tutelar.
- c) Para efeito de processamento do ato infracional, a criança ou o adolescente, ainda que tenha sido civilmente identificado, deverá ser submetido a identificação especial.
- d) As crianças com deficiência não podem ser responsabilizadas pelo cometimento de atos infracionais, sendo possível aplicar-lhes medidas de proteção em substituição a medidas socioeducativas.
- e) A medida socioeducativa de internação comporta prazo determinado não superior a três anos, devendo o juiz considerar, na sentença, o fato de ter havido, ou não, reiteração no cometimento de infrações graves.

005. De acordo com a jurisprudência atual do STF e do STJ, assinale a opção correta a respeito dos direitos da criança e do adolescente.

- a) Em ação proposta pelo MP para o acolhimento institucional, não cabe à DP atuar como curadora especial da criança ou do adolescente.
- b) Diferentemente do que ocorre com casal homoafetivo, é vedada a adoção unilateral de criança pela companheira de sua mãe biológica.
- c) É vedado a juízes da infância e da juventude disciplinar, por meio de portaria ou ato normativo similar, horário máximo de permanência de crianças e de adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis nas ruas da cidade.
- d) Deverá ser imposta medida socioeducativa de internação ao adolescente que cometer ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por se tratar de crime considerado hediondo conforme a legislação penal.
- e) O crime de corrupção e facilitação de corrupção de menor de dezoito anos é caracterizado a partir da prova da efetiva corrupção do menor.

006. (CESPE/ CEBRASPE/ TJPB/ APLICAÇÃO: 2015) De acordo com as normas previstas no ECA sobre adoção e acolhimento familiar e institucional e com o entendimento do STJ a respeito desse tema, assinale a opção correta.

- a) Em situações excepcionais e de urgência, visando preservar o vínculo familiar, as entidades que mantiverem programa de acolhimento institucional necessitarão de determinação da autoridade competente para efetuar acolhimento de crianças e adolescentes.
- b) A adoção de pessoa maior e capaz pelo padrasto independe do consentimento do pai biológico, desde que estabelecido o vínculo afetivo entre adotante e adotando e existente manifestação livre de vontade de quem pretenda adotar e de quem possa ser adotado.
- c) Em se tratando de infante fruto de inseminação artificial heteróloga, por doador desconhecido, realizada mediante planejamento de casal homossexual, o STJ tem entendido não ser possível a adoção unilateral da criança pela companheira da mãe biológica da adotanda.
- d) A fim de impedir a perpetuação da chamada “adoção à brasileira”, o STJ mitigou a aplicação do princípio do melhor interesse da criança e firmou entendimento de que a observância do cadastro de adotantes, ou seja, a preferência das pessoas cronologicamente cadastradas para adotar determinada criança, não contempla exceções.
- e) A mãe ou o pai podem manter a convivência com a criança e o adolescente em situação de acolhimento institucional, por meio de visitas periódicas condicionadas à autorização judicial, após regular trâmite processual.

- 007.** Marcos, adolescente com quinze anos de idade, foi flagrado em local público, vendendo maconha a dois adultos. Em razão disso, foi apresentada representação pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de entorpecentes, decretando-se sua internação provisória. Após a instrução probatória, a autoria e a materialidade do fato foram provadas, inclusive por meio de confissão, e certificou-se nos autos que era o primeiro ato infracional supostamente cometido por Marcos. Considerando as normas previstas no ECA sobre ato infracional, as garantias processuais e medidas socioeducativas, e o entendimento do STJ, assinale a opção correta acerca da situação hipotética descrita e de aspectos a ela correlatos.
- a) Diante da gravidade do ato infracional supostamente cometido por Marcos, o juiz poderá aplicar-lhe a medida socioeducativa de internação mediante decisão devidamente motivada.
- b) Conforme entendimento do STJ, a oitiva informal do adolescente é pressuposto para o oferecimento da representação, pois serve para auxiliar o representante do MP a decidir sobre a necessidade de representação para aplicação de medida socioeducativa.
- c) Em razão da gravidade do ato infracional supostamente cometido por Marcos, a internação provisória deste poderá exceder o prazo de quarenta e cinco dias, respeitado o limite máximo de noventa dias.
- d) Conforme entendimento do STJ, o magistrado poderá conceder remissão cumulada com as medidas de caráter sociopedagógico que julgar necessárias para orientação e reeducação do adolescente, salvo nas hipóteses em que a medida socioeducativa for de semiliberdade e internação.
- e) Diante da confissão do adolescente em instrução processual que apure a suposta prática de crime previsto no ECA, é possível à defesa desistir da oitiva de testemunhas

GABARITO – LISTA 1

1. a
2. d
3. b

4. a
5. x
6. b

7. d

LISTA 2

001. (PRF/2019) João foi flagrado, em operação da PRF, submetendo uma adolescente a exploração sexual em rodovia federal. Nessa situação, João poderá não responder pelo crime se comprovar o consentimento da menor.

002. (PRF/2019) Abordado determinado veículo em região de fronteira internacional, os policiais rodoviários federais suspeitaram da conduta do motorista: ele conduzia duas adolescentes com as quais não tinha nenhum grau de parentesco. Ao ser questionado, o condutor do veículo confessou que fora pago para conduzi-las a um país vizinho, onde seriam exploradas sexualmente. As adolescentes informaram que estavam sendo transportadas sob grave ameaça e que não haviam consentido com a realização da viagem e muito menos com seus propósitos finais. Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A conduta do motorista do veículo se amolda ao tipo penal do tráfico de pessoas, em sua forma consumada, incidindo, nesse caso, causa de aumento de pena, em razão de as vítimas serem adolescentes.

(CESPE/PC PA/2006) De acordo com a jurisprudência do STJ e do STF, julgue o item.

003. As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente não têm a mesma natureza e intensidade das penas estabelecidas no Código Penal, pois devem ser regidas pelos princípios da brevidade, excepcionalidade e observância da condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

004. (CESPE/PC RN/2008) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta:

a) O instituto da prescrição não é compatível com a natureza não penal das medidas socioeducativas.

b) Considere que um indivíduo tenha divulgado e publicado, pela Internet, fotografias pornográficas envolvendo crianças e que essa ação tenha ocorrido em cidade brasileira, mas o acesso ao material tenha-se dado além das fronteiras nacionais. Nesse caso, a justiça competente para o processo e o julgamento do feito será a estadual, pois o delito não se consumou no exterior.

c) Em se tratando de menor inimputável, inexistente pretensão punitiva estatal propriamente, mas apenas pretensão educativa, que é dever não só do Estado, mas da família, da comunidade e da sociedade em geral, conforme disposto expressamente na legislação de regência e na CF.

d) A internação provisória do menor não pode extrapolar o prazo de 60 dias estabelecido pelo ECA.

e) O magistrado, no momento da reavaliação da medida socioeducativa imposta, está vinculado a pareceres e relatórios técnicos, e não pode, com base na livre apreciação de outros elementos de convicção, dirimir a controvérsia.

(CESPE/PC TO/2008) De acordo com a legislação especial pertinente, julgue os itens abaixo:

005. Considere que uma autoridade policial de determinado município, ao transitar em via pública, observou a presença de menores perambulando pela rua, tendo, de pronto, determinado aos seus agentes a apreensão de dois deles para fins de averiguação. Nessa situação, a atitude da autoridade policial está correta por se tratar de adolescentes em situação de risco.

006. O procedimento de apuração de ato infracional só é aplicável em se tratando de conduta praticada por adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos de idade). Se o ato praticado for imputável à criança (pessoa de até 12 anos de idade), o caso deve ser apreciado pelo conselho tutelar na respectiva localidade.

007. (CESPE/DEFENSOR PÚBLICO ES/2009) Em relação aos institutos de direito penal, julgue o item a seguir.

Quem contrata, eventualmente, os serviços sexuais de adolescentes não pratica o crime, previsto no ECA, de submeter a criança ou o adolescente à prostituição ou à exploração sexual, pois tal tipo penal não abrange a figura do cliente ocasional diante da ausência de exploração sexual nos termos da definição legal, segundo o STJ.

(CESPE/Defensor Público ES/ 2009) Julgue os itens subsequentes, que se referem a medidas socioeducativas, atos infracionais e crimes praticados contra a criança e o adolescente, crimes de tortura e sistema nacional de políticas públicas sobre drogas.

008. A obrigação de reparar o dano causado com o ato infracional não é considerada uma medida socioeducativa, tendo em vista que o adolescente não responde civilmente por seus atos, sendo obrigação dos pais ressarcir a vítima de eventual prejuízo.

009. A prestação de serviços comunitários é uma medida socioeducativa prevista no ECA que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, independentemente da pena abstratamente cominada ao crime referente ao ato infracional.

010. Todos os crimes praticados contra a criança e o adolescente previstos no ECA submetem-se à ação penal pública incondicionada.

011. (FUNIVERSA/AGENTE DE POLÍCIA DF/2009) A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a aplicação de medidas de internação e semiliberdade ao jovem adulto cuja prática do ato infracional tenha ocorrido antes da maioridade penal.
- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente será interpretado conforme a intenção do legislador, in casu, a interpretação autêntica ou literal.
- c) A remissão concedida pelo Ministério Público resultará na extinção do processo por prática de ato infracional de menor gravidade.
- d) A remissão ministerial pode ser cumulada com uma das hipóteses de medida socioeducativa ao adolescente infrator.
- e) A remissão judicial como forma de suspensão do processo será concedida para atos infracionais de natureza grave e gravíssima.

012. (ACAFE/DELEGADO DE POLÍCIA SC/ 2008) Um Delegado de Polícia, depois de lavrado o termo de apreensão de um adolescente apreendido em situação de flagrante ato infracional (crime de homicídio), de propósito, deixou de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido, como ele lhe pedira. O Delegado praticou:

- a) nenhum crime, pois não tinha obrigação de fazer tais comunicações.
- b) crime comissivo por omissão, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) crime omissivo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90).
- d) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 4.898/65.

(UNB/CESPE/TJDFT/2007) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir:

013. A medida de internação pode ser aplicada em caso de prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou em caso de ato infracional semelhante a crime hediondo.

014. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público pode conceder a remissão, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional. Essa remissão implica extinção do processo e reconhecimento da responsabilidade por parte do adolescente.

015. (CESPE/OAB/2007) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- a) Os crimes definidos no ECA são de ação pública condicionada.
- b) A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 dias.
- c) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- d) Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

016. (CESPE/OAB/2007 ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional não incluem a:

- a) obrigação de reparar o dano.
- b) liberdade assistida.
- c) inserção em regime de semiliberdade.
- d) prestação de trabalhos forçados.

017. (MP/ES/2005) Ao romper definitivamente com a doutrina da situação irregular, até então admitida pelo Código de Menores (Lei 6.697, de 10.10.79), a Lei 8.069/90 (ECA) estabeleceu como diretriz básica e única no atendimento de crianças e adolescentes:

- a) A doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente.
- b) A doutrina dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente.
- c) A doutrina da proteção especial à criança e ao adolescente.
- d) A Declaração dos Direitos da Criança.
- e) O Princípio da dignidade da pessoa humana.

018. (XXXI CONCURSO MP/SC/2004) Julgue os itens abaixo e assinale a opção correta:

I – O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

II – Iniciado o procedimento para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

III – O autor de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, é passível de internação, desde que não haja outra medida adequada.

IV – No caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, o prazo máximo para conclusão do procedimento será de quarenta e cinco dias.

V – As medidas específicas de proteção e as socioeducativas de advertência, serão aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme o caso, nas hipóteses de ato infracional praticado por criança.

- a) apenas I, III e IV estão corretos.
- b) apenas II e V estão corretos.
- c) apenas IV está correto.
- d) apenas III e IV estão corretos.
- e) todos estão corretos.

(Promotor de Justiça/MPE/RR 2008/ Assunto abordado: MEDIDA) João, aos 17 anos de idade, por ter praticado latrocínio, foi submetido, após o devido processo legal, à medida socioeducativa de internação. No curso do cumprimento da medida, João completou 18 anos, ocasião em que entrou em vigor o novo Código Civil, que reduziu a maioridade civil de 21 anos de idade para 18 anos de idade. O advogado de João, então, pleiteou a sua liberação do cumprimento da medida socioeducativa, entendendo ser aplicável o novo Código Civil à situação de seu cliente.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens que se seguem.

019. Está certo o entendimento do advogado de João, visto que o novo Código Civil, ao reduzir a maioridade civil para 18 anos de idade, afetou o limite de idade para a aplicação dos institutos do ECA no que diz respeito às medidas socioeducativas.

020. Aplica-se ao caso o princípio da especialidade, sendo as regras gerais do ECA revogadas em razão das normas específicas do novo Código Civil.

021. Como a proteção integral da criança ou adolescente é garantida apenas aos indivíduos menores de idade, João, ao ter completado 18 anos, deixou de estar incluído no rol de proteção do ECA.

022. A aplicação do ECA a João rege-se pela idade de João à época dos fatos.

(Promotor de Justiça/ MPE/RR/2008) Pedro, aos 14 anos de idade, foi encaminhado à vara da infância e da juventude, por tráfico de entorpecentes. A ele, que não tinha passagens anteriores pela vara da infância e da juventude, foi aplicada a medida de internação pelo prazo mínimo de um ano. Após o cumprimento da internação, o juiz aplicou a Pedro medida de semiliberdade e restringiu o direito de Pedro realizar visitas a familiares, instituindo um regime de visitas progressivas e condicionadas. Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

023. O ECA possibilita a Pedro a prática de atividades externas sob o regime de semiliberdade, sem necessidade de autorização judicial.

024. A restrição imposta pelo magistrado às visitas de Pedro aos familiares constitui constrangimento ilegal, especialmente se desprovida de fundamentação.

025. O regime de semiliberdade constitui típica medida de caráter socioeducativo, devendo ser priorizado o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de Pedro.

026. Visto que, na hipótese, Pedro praticou ato infracional sem grave ameaça ou violência e que não houve reiteração de outras infrações graves, e, ainda, que Pedro não deixou de cumprir, reiterada e injustificadamente, medida anteriormente imposta, não se justifica a imposição de medida de internação.

027. Caso a decisão do magistrado em relação à internação de Pedro seja questionada em juízo, ela não pode ser sanada pela via do habeas corpus, pois tal instrumento processual não se aplica às situações que envolvam decisões tomadas por vara da infância e da juventude em detrimento da liberdade de criança ou adolescente.

(Promotor de Justiça/ MPE/RR 2008/ Assunto abordado: CRIME) Julgue os itens seguintes, relativos à competência para processar e julgar questões cíveis e criminais decorrentes das normas previstas no ECA.

028. O crime consubstanciado na divulgação ou publicação, pela Internet, de fotografias pornográficas ou de cenas de sexo explícito que envolvam crianças ou adolescentes e cujo acesso tenha ocorrido além das fronteiras nacionais deve ser processado e julgado na justiça federal.

029. Para processar e julgar ação civil pública ajuizada contra o Estado para a construção de locais adequados para a orientação e o tratamento de crianças e adolescentes alcoólatras e toxicômanos, é competente a vara da infância e da juventude do local onde tenha ocorrido a omissão do Estado, em face do que dispõe o ECA. Prevalecem esses dispositivos sobre a regra geral, que prevê como competentes as varas de fazenda pública quando presentes como partes estado e município.

(Defensor Público/DPG-CE/CESPE/Assunto abordado: CRIME - MEDIDA) Acerca de ato infracional e dos crimes praticados contra a criança e o adolescente, julgue os itens subsequentes.

030. Os crimes praticados contra criança e o adolescente podem ser realizados por ação ou omissão, não se admitindo, a forma culposa.

031. No caso de prática de ato infracional por adolescente, a medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses, respeitado o período máximo de internação de três anos.

032. Julgue o item abaixo:

De acordo com o ECA é possível que o adolescente permaneça internado para garantia de sua segurança.

033. (MINISTÉRIO PÚBLICO SP ASSUNTO ABORDADO: APREENSÃO) Em caso de adolescente apreendido em flagrante de ato infracional, deverá a autoridade policial:

- a) elaborar o boletim de ocorrência circunstanciado, levando em conta que o adolescente não comete crime.
- b) elaborar o auto de apreensão em todos os casos, já que o boletim de ocorrência só se destina aos atos infracionais onde o adolescente não foi apreendido em flagrante infracional.
- c) elaborar o auto de apreensão em flagrante nos casos de atos infracionais praticados com violência ou grave ameaça a pessoa e, nos demais casos, poderá substituir este por boletim de ocorrência circunstanciada.

034. (FUNDAC PB / CESPE/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Marcos, adolescente de 16 anos de idade, cometeu ato infracional mediante grave ameaça a pessoa, em fevereiro de 2008. O caso teve grande repercussão nos telejornais. Em abril de 2008, o juiz da Vara da Infância e Juventude de Campina Grande – PB aplicou a medida de internação em entidade exclusiva para adolescentes. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as medidas socioeducativas previstas no ECA.

- a) Para ato infracional considerado hediondo e com grande repercussão na mídia televisiva praticado por adolescente, a autoridade competente poderá aplicar, excepcionalmente, a medida de prestação de trabalho forçado.
- b) As visitas a Marcos na entidade em que estiver internado poderão ser suspensas temporariamente, caso existam motivos relevantes e fundados de prejudicialidade aos seus interesses.
- c) Adolescentes portadores de deficiência mental ficarão incomunicáveis nas primeiras 48 horas em casos de internação em estabelecimento educacional.
- d) Marcos não poderá receber assistência religiosa no período de internação, por estar sob os cuidados do Estado e não da Igreja

035. (FUNDAC PB / CESPE/ASSUNTO ABORDADO: CONSELHO TUTELAR) No que se refere ao conselho tutelar, assinale a opção correta.

- a) O conselho tutelar integra a estrutura do Poder Judiciário estadual e é presidido pelo juiz de direito da respectiva comarca.
- b) Os membros do conselho tutelar de cada município serão indicados pelo presidente do tribunal de justiça do respectivo estado.
- c) Compete ao conselho tutelar proferir sentença nos pedidos de guarda das crianças e adolescentes do município em que estiver situado.
- d) Caso Jean e Lúcia estejam casados há 12 anos, nessa hipótese, se eles forem escolhidos para atuar no Conselho Tutelar de Areia – PB, estarão impedidos, por serem marido e mulher.

036. (FUNDAC PB / CESPE/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Os adolescentes Aldo e Fábio foram presos em flagrante de ato infracional porque, em 10/6/2007, adentraram em um ônibus e, mediante grave ameaça de morte exercida com emprego de arma de fogo, subtraíram dinheiro, diversos bens e objetos pessoais dos passageiros. Os menores foram conduzidos em compartimento fechado da viatura da Polícia Civil, juntamente com dois outros presos com passagem pela polícia, que haviam cometido crime de roubo em loja de conveniência horas antes. A requerimento do Ministério Público estadual, o juiz da infância e juventude da cidade de João Pessoa – PB determinou a internação provisória dos referidos adolescentes. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do ECA.

- a) Aldo e Fábio não poderiam ter sido conduzidos em compartimento fechado de veículo policial juntamente com presos com passagem pela polícia, pois isso implicou risco à integridade física dos menores.
- b) A internação provisória dos adolescentes mencionados poderá ser cumprida em estabelecimento prisional, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas.
- c) O requerimento do Ministério Público, de internação provisória dos adolescentes, é nulo, pois a apuração de ato infracional é da competência exclusiva da autoridade policial.
- d) Mesmo em casos dessa natureza, é vedada a divulgação de atos policiais e judiciais a que se atribua autoria de ato infracional, permitindo-se apenas a identificação das iniciais do nome e sobrenome dos menores.

037. (UNB/CESPE – SEPLAG/SEDS MG/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) O juiz da vara da infância e juventude de determinado município aplicou medida privativa de liberdade ao adolescente Pedro, de 16 anos de idade, por roubo a mão armada cometido no centro da cidade, em setembro de 2006. Além da gravidade da infração cometida, o juiz se baseou no fato de Pedro ter extensa folha de passagens infracionais. Em sua decisão, o juiz estabeleceu prazo de internação de 5 anos. Pedro encontra-se internado no centro de atendimento juvenil do município. Consta no relatório técnico do processo que Pedro não vem cumprindo satisfatoriamente a medida socioeducativa, não estuda, não trabalha e necessita de atendimento técnico sistemático. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta quanto às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei n.º 8.069/1990.

- a) A liberação de Pedro será compulsória aos 21 anos de idade, segundo dispõe o ECA.
- b) A internação no centro de atendimento juvenil deverá ser observada com rigoroso isolamento do adolescente, não sendo permitidas atividades pedagógicas, dada a gravidade do ato infracional cometido.
- c) A decisão do juiz da vara da infância e juventude do município foi correta ao especificar prazo determinado para internação, não deixando margem a dúvida do exato cumprimento da medida.
- d) A medida de internação aplicada não poderia ter-se baseado no cometimento de outras infrações graves.

038. (UNB/CESPE – SEPLAG/SEDS MG/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL – GARANTIAS) Marcel, agente de segurança socioeducativo do centro de atendimento juvenil de determinado município, acompanhava regularmente 25 adolescentes durante o almoço. Duas horas antes, Marcel havia vistoriado os alojamentos e encontrado facas e dois aparelhos celulares. Após o almoço, os 25 adolescentes iniciaram uma rebelião, incentivados por dois dos menores. O agente de segurança Marcel ficou como refém dos menores, foi agredido com vários socos e, por pouco, não foi morto. O diretor do centro acionou a polícia militar da cidade, que chegou ao local 30 minutos após o início da rebelião. Com a chegada da polícia, a rebelião foi contida e o refém, liberado. Em razão da rebelião, o diretor do centro proibiu a comunicação com qualquer dos 25 adolescentes que participaram da rebelião, visitas e acesso a TV. Considerando a situação hipotética apresentada, bem como os dispositivos relativos às medidas socioeducativas previstas no ECA, assinale a opção correta.

- a) O adolescente que pretender peticionar ao secretário de direitos humanos para reclamar das condições precárias do centro de atendimento juvenil deve fazê-lo por intermédio de seu advogado, e não, diretamente.
- b) Os adolescentes privados de liberdade não têm direito de acesso aos meios de comunicação social, pois estão submetidos ao estrito controle dos psicólogos dos centros de atendimento juvenis.

- c) A visita de pais ou responsáveis de internos poderá ser suspensa por determinação do diretor do centro de atendimento juvenil em casos de rebeliões, por período indeterminado.
- d) A determinação do diretor do centro de proibir a comunicação com qualquer dos 25 adolescentes é ilegal, pois a incomunicabilidade de menor que cumpre medida socioeducativa é vedada pelo ECA.

039. (UNB/CESPE – SEPLAG/SEDS/MG/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Um adolescente com 16 anos de idade, portando 1 kg de cocaína para fins de tráfico, foi apreendido em flagrante por agentes da Polícia Civil. Considerando essa situação, assinale a opção correta quanto à apuração de ato infracional atribuído a adolescente, segundo o ECA.

- a) Em razão da idade, o adolescente poderá cumprir pena por tráfico de drogas em estabelecimento prisional.
- b) Após a apreensão em flagrante, o adolescente terá de ser, desde logo, levado à autoridade policial competente.
- c) Se o adolescente não tiver advogado constituído para promover a sua defesa, a autoridade judiciária nomeará imediatamente o representante do Ministério Público para fazê-la.
- d) O adolescente deverá ser conduzido à delegacia em viatura especial da polícia, em compartimento fechado.

(CESPE/Assunto abordado: ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS) Nas questões de 40 a 48 julgue os itens em (F)also ou (V)erdadeiro.

040. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e tratando-se de ato infracional praticado por menor em coautoria com maior, prevalece a atribuição da repartição especializada.

041. Considere a seguinte situação hipotética. Após praticar um furto em uma residência, um adolescente com 17 anos de idade foi apreendido em flagrante e apresentado à autoridade policial competente. Nessa situação, de acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a autoridade policial deveria, de imediato, lavrar o auto de apreensão e determinar o recolhimento do adolescente em entidade de atendimento, para permanência sob internação provisória.

042. As medidas socioeducativas de liberdade assistida, semiliberdade e internação são aplicáveis, excepcionalmente, aos atos infracionais praticados por criança ou adolescente.

043. A fundamentada apreensão de adolescente, mesmo maior de 18 anos, por fato praticado quando ele era inimputável é medida prevista em lei, não constituindo constrangimento ilegal a sua internação em estabelecimento destinado à execução da medida socioeducativa.

044. Antes de iniciado o procedimento judicial para a apuração de ato infracional praticado por adolescente, o Ministério Público pode conceder a remissão como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias do fato e à personalidade do adolescente.

045. Prevê a lei a necessidade de prova da autoria e da materialidade no caso de aplicação de medida socioeducativa de semiliberdade e de internação, sendo admissível a aplicação da medida de advertência quando houver somente indícios da autoria e prova da materialidade do fato.

046. Conforme o ECA, a prestação de serviços comunitários pode ser substituída por multa, desde que compatível com a situação patrimonial do adolescente ou de seus responsáveis.

047. Sendo de ação pública incondicionada, o crime de maus-tratos é de exclusiva titularidade do Ministério Público, não havendo, por isso, a obrigatoriedade de o médico ou o professor que eventualmente tenham conhecimento de maus-tratos contra criança ou adolescente notificá-los à autoridade competente.

048. Encontra tipificação penal no ECA, com previsão de pena privativa de liberdade para o autor do delito, a conduta de um dirigente de uma escola particular que, na presença de outros alunos, torne pública, de maneira ultrajante, a inadimplência do pai de determinado aluno, submetendo essa criança a vexame e constrangimento.

049. (MAGISTRATURA DO MATO GROSSO/ CESPE/2004/ ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) Marina está no oitavo mês de gravidez e não sabe o paradeiro do pai da criança que espera. Encontra-se desempregada e não tem condições econômicas para proporcionar alimentação e moradia adequadas, nem para si, nem para a filha que está prestes a nascer, a qual pretende registrar com o nome de Raquel.

a) É dever do Estado propiciar apoio alimentar a Marina durante a gestação.

b) É dever do Estado assegurar a Marina atendimento pré-natal no âmbito do Serviço Único de Saúde (SUS).

c) O hospital em que Raquel vier a nascer terá obrigação legal de propiciar a permanência dela junto a Marina.

d) Se, após o nascimento de Raquel, Marina não apresentar condições econômicas suficientes para propiciar a sua filha um padrão de vida minimamente digno, o Ministério Público deverá solicitar a decretação judicial da perda do poder familiar de Marina sobre Raquel.

(Defensoria Pública do Ceará/ CESPE/2007/ Assunto abordado: MEDIDA) Assinale (C)erto ou (E)rrado:

050. No caso de prática de ato infracional por adolescente, a medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses, respeitado o período máximo de internação de três anos.

051. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ/CESPE/2007/ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Alice iniciou o cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade com 17 anos e 6 meses. Ao completar 18 anos, Alice pleiteou, por via da defensoria pública, sua colocação em liberdade, em virtude do atingimento da maioridade penal. Com relação a essa situação hipotética e às normas constitucionais e estatutárias acerca da criança e do adolescente, assinale a opção correta:

- a) a liberação de Alice só será compulsória aos 21 anos.
- b) está correto o pleito de Alice, pois, por ter atingido a maioridade penal, ela deve ser liberada do cumprimento da medida.
- c) a medida aplicada a Alice deve ter sua manutenção reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 meses.
- d) Alice continuará cumprindo medida, porém em estabelecimento prisional comum, destinado aos maiores de 18 anos, para onde deverá ser transferida.
- e) Alice deve ser liberada em razão da analogia que o ECA determina deve ser feita entre a semiliberdade e a liberdade assistida.

052. (UNB/CESPE/ SEDF/ ASSUNTO ABORDADO: GARANTIAS) Segundo o ECA, o adolescente privado de liberdade tem, entre outros, o direito de

- a) receber visitas, ao menos mensalmente.
- b) ter acesso aos meios de comunicação, no mínimo duas vezes por semana.
- c) realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.
- d) receber assistência religiosa, segundo a crença de um religioso disponível para esse fim.

053. (UNB/CESPE/ SEDF/ ASSUNTO ABORDADO: ART. 2º) Com relação às idades da criança e do adolescente estabelecidas pelo ECA, assinale a opção correta.

- a) Criança é a pessoa com até doze anos de idade completos.
- b) Criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos.
- c) Adolescente é a pessoa entre doze e dezoito anos de idade incompletos.
- d) Adolescente é a pessoa entre doze anos de idade incompletos e dezoito anos de idade.

054. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE – 2004/ ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) Consiste o poder familiar num conjunto de direitos e obrigações, exercidos em igualdade de condições por ambos os pais, quanto à pessoa e bens dos filhos menores. No entanto, perderá o pai ou a mãe, por ato judicial, o poder familiar, exceto quando:

- a) Castigar imoderadamente o filho.
- b) Deixar o filho em abandono, tanto no aspecto moral, quanto material.
- c) Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.
- d) Houver condenação definitiva, por crime, cuja pena exceda a dois anos de prisão.

055. (MAGISTRATURA DE SANTA CATARINA/ 2003/ ASSUNTO ABORDADO: GUARDA) No que se refere à guarda da criança ou adolescente à luz do respectivo Estatuto, é correto afirmar: GUARDA

- a) não obriga à prestação de assistência material e assistencial à criança ou adolescente.
- b) na adoção por estrangeiros pode ser deferida liminarmente nos procedimentos de tutela ou adoção.
- c) pode ser revogado a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- d) não confere àquele que a detém o direito de se opor aos pais da criança ou adolescente.

056. (MAGISTRATURA DE SANTA CATARINA/ 2008/ ASSUNTO ABORDADO: ART 2º) Analise as proposições abaixo e após assinale a alternativa correta.

- I – Considera-se criança para efeitos do ECA a pessoa até 12(doze) anos de idade incompletos.
- II – Adolescente, para efeitos do ECA, é a pessoa entre 13(treze) e 18(dezoito) anos de idade.
- III – A redução da maioridade civil pela Lei n. 10.406/2002 impede a aplicação de medida socioeducativa a pessoas com idade entre 18(dezoito) e 21 anos (vinte e um) anos.
- IV – A redução da maioridade civil pela Lei n. 10.406/2002 não implica na extinção da medida socioeducativa a pessoas com idade entre 18(dezoito) e 21 anos (vinte e um) anos, se o infrator atingiu os 18(dezoito) anos no curso do cumprimento da medida.

- a) somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) somente as proposições I e II estão corretas.
- c) somente as proposições I e III estão corretas.
- d) somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) somente a proposição II está correta.

057. (MINISTÉRIO PÚBLICO/PR/2008/ ASSUNTO ABORDADO: PRINCÍPIOS - CRIME) Analise a alternativa INCORRETA:

- a) o ECA foi formulado a partir dos ditames da doutrina da proteção integral.
- b) a garantia da prioridade absoluta compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas a proteção à infância e juventude.
- c) considerada a necessidade de proteção integral, a falta de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- d) é incumbência do Ministério Público impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.
- e) os crimes definidos no ECA são todos de ação pública incondicionada.

058. (MAGISTRATURA AL/2007/FCC/ ASSUNTO ABORDADO: GARANTIAS) Constituem obrigação dos estabelecimentos públicos e privados de saúde, relativamente às gestantes, EXCETO:

- a) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe.
- b) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- c) proceder exames visando o diagnóstico e terapêutica de anormalidade no metabolismo do recém-nascido.
- d) fornecer declaração de nascido vivo, da qual constarão todas as informações e intercorrências relativas ao parto e ao desenvolvimento do neonato.
- e) manter banco de leite humano para as hipóteses em que a mãe não puder amamentar o neonato.

059. (MAGISTRATURA/AL/ 2008/CESPE/ ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Quanto à disciplina da adoção no ECA, assinale a opção correta:

- a) o adotando não pode contar com mais de 18 anos de idade na data do pedido de adoção, caso em que se aplicam exclusivamente as normas do Código Civil.
- b) considerando que a adoção desliga o adotado de qualquer vínculo com seus pais e parentes, não há óbice legal que o impeça de contrair casamento com irmã de seu pai biológico.
- c) caso Felipe tenha 16 anos de idade, seja órfão e necessite de cuidados especiais, ainda assim, ele não poderá ser adotado por sua avó nem por seus irmãos.
- d) se Rogério, com 22 anos de idade, for casado com Carmem, de 17 anos, emancipada pelo casamento, sob regime de separação absoluta de bens, esse casal não poderá adotar até que Carmem complete 18 anos de idade.
- e) a adoção deve ser precedida por, no mínimo, 30 dias de estágio de convivência com a criança ou com o adolescente.

060. (MAGISTRATURA /AL – 2007-FCC/ ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) Antônio e Maria são pais de Ana, de 6 (seis) anos de idade. Após denúncia formalizada pela professora de Ana, o Conselho Tutelar intervém e requer judicialmente o afastamento de Antônio da moradia da família por considerá-lo autor de agressão. Segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz poderá conceder o afastamento cautelar do agressor em casos de:

- a) maus-tratos, opressão ou abuso sexual.
- b) ofensa verbal, ofensa física grave ou má administração dos bens dos filhos menores.
- c) ofensa física leve, ofensa verbal ou abuso sexual.
- d) ofensa física leve, abuso sexual ou má administração dos bens dos filhos menores.
- e) ofensa verbal, ofensa física levíssima ou má administração dos bens dos filhos menores.

061. (MINISTÉRIO PÚBLICO/PR/ 2008/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- b) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- c) a liberação será compulsória aos 21 (vinte e um) anos de idade.
- d) não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa autorização judicial.
- e) a determinação será sempre precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

062. (MAGISTRATURA /AL/ 2007/FCC) Sobre a composição e funcionamento dos Conselhos Tutelares, é correto afirmar:

- a) haverá, obrigatoriamente, mais de um conselho tutelar por cidade.
- b) cada conselho tutelar será composto por cinco membros, quatro eleitos e um nomeado, obrigatoriamente o Secretário Municipal do Bem-Estar Social.
- c) a idade mínima para compor o conselho tutelar é ter mais 21 anos.
- d) o mandato do conselho tutelar eleito é de 4 (quatro) anos, admitida uma reeleição.
- e) a função de conselheiro tutelar obedece à percepção de remuneração fixada nacionalmente.

063. (MINISTÉRIO PÚBLICO/MA/ 2002) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual alternativa representa apenas uma infração administrativa?

- a) impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de função prevista no citado Estatuto.
- b) subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.
- c) descumprir, injustificadamente, prazo fixado no Estatuto em benefício de adolescente privado de liberdade.

- d) hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, motel ou congênere.
- e) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente.

(UNB-CESPE / Fundação Renascer / Sergipe/2006/ Assunto abordado: ASPECTOS PENAIIS E PROCESSUAIS) Julgue os itens seguintes, relativos a normas e dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

064. No caso de ato infracional praticado por criança, não caberá, em nenhuma hipótese, a aplicação de medida socioeducativa, tampouco a sua apreensão, sendo inaplicável a privação de liberdade mesmo que em decorrência de flagrante ou por força de ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

065. Havendo fundadas dúvidas sobre a individualização do adolescente autor de ato infracional, este poderá ser submetido a identificação criminal mesmo que já seja civilmente identificado.

066. Considere que AJC, aos 16 anos de idade, tenha praticado um homicídio em determinada cidade e logo após o ato infracional tenha deixado essa cidade, somente vindo a ser localizado e apreendido aos 19 anos de idade. Nessa situação, a maioria penal adquirida posteriormente obsta a imposição de medida socioeducativa, cabendo, no caso, a imposição de pena privativa de liberdade nos moldes da legislação penal comum.

067. Diante da prática de ato infracional correspondente a crime em relação ao qual se exige representação do ofendido, o Ministério Público não tem legitimidade para iniciar o processo, o que caberá exclusivamente à vítima ou ao seu representante legal.

068. Considere que RLG, de 16 anos de idade, utilizando-se de arma de fogo, tenha adentrado em uma residência e, após grave ameaça proferida contra os moradores, tenha subtraído diversos bens e objetos de valor. Nessa situação, a autoridade judiciária, após o devido processo legal, poderá aplicar a medida de internação, considerando que a conduta de RLG caracteriza ato infracional cometido mediante grave ameaça.

069. A medida socioeducativa de internação definitiva decretada por autoridade judiciária competente poderá ser cumprida em estabelecimento prisional, desde que inexista na respectiva comarca entidade exclusiva para adolescentes.

070. Considere que JLG, de 14 anos de idade, tenha danificado, propositadamente, um monumento público de relevância histórica e patrimonial. Considere ainda que, após a devida apuração da conduta infracional, tenha restado comprovado efetivo prejuízo ao patrimônio da União. Nessa situação, tendo em vista a natureza do bem danificado, será competente para o processo e julgamento a justiça federal.

071. A apreensão de adolescente por ordem judicial pressupõe a verificação da existência de três hipóteses: provisoriamente, após o recebimento da representação; na sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade; a qualquer momento, entre o recebimento da representação e o efetivo cumprimento da medida de internação ou semiliberdade, verificada a evasão do adolescente.

072. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade judiciária competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, ou medidas de proteção legalmente previstas.

073. Considere que ABM, de 14 anos de idade, tenha sido acusado da prática de ato infracional, cometido sem ameaça ou violência à pessoa. Considere ainda que, no curso do procedimento judicial, tenha sido verificado que ABM era autor de reiterados atos infracionais e havia sido submetido a medidas socioeducativas que se revelaram ineficazes. Nessa situação, mesmo que o ato infracional tenha sido praticado sem violência, poderá o juiz aplicar medida socioeducativa de internação.

074. Considera-se criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 anos completos e 21 anos de idade.

(UNB-CESPE / Fundação Renascer / Sergipe/2006/ Assunto abordado: CRIME E INFRAÇÃO)
Acerca dos crimes e das infrações administrativas previstos no ECA, julgue os itens a seguir:

075. Constatando fundada a suspeita de maus-tratos contra criança ou adolescente, o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche tem o dever legal de comunicar o fato a autoridade competente, sob pena de sanção administrativa de multa.

076. A venda a criança ou adolescente de cola-de-sapateiro, tiner, benzina ou outros produtos inalantes que, comprovadamente, sejam passíveis de causar dependência física ou psíquica constitui crime punido com pena privativa de liberdade e multa.

077. Constitui crime hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.

078. A permissão dos pais para que a criança abandone o ensino obrigatório constitui descumprimento aos deveres inerentes ao pátrio poder, caracterizando infração administrativa com pena de multa.

079. (FUNDAÇÃO FUNIVERSA - DETRAN/AGENTE DE TRÂNSITO / 2012/ ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) A respeito da convivência familiar, assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- a) A carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- b) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou por qualquer um deles e seus descendentes.
- c) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, desde que a origem da filiação não seja de concubinato.
- d) O reconhecimento de paternidade não pode preceder o nascimento do filho, mas pode suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.
- e) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente ou por decisão ministerial, em procedimento contraditório ou de jurisdição voluntária.

080. (FUNDAÇÃO FUNIVERSA - DETRAN/AGENTE DE TRÂNSITO / 2012/ ASSUNTO ABORDADO: FAMÍLIA SUBSTITUTA) Em relação à colocação em família substituta, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- a) A criança ou o adolescente será sempre previamente ouvido(a) por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão acerca das implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- b) Tratando-se de maior de doze anos de idade, será necessário seu consentimento, prestado por escritura pública, sem necessidade de ser colhido em audiência.
- c) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, o tratamento deverá ser o mesmo de outras crianças, tendo em vista o direito fundamental da isonomia.
- d) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, admissível nas modalidades de guarda e de adoção.
- e) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou do adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

081. (FUNDAÇÃO FUNIVERSA - DETRAN/AGENTE DE TRÂNSITO / 2012/ ASSUNTO ABORDADO: GUARDA - TUTELA) Em relação à guarda e à tutela, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- a) A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- b) A tutela poderá ser deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até vinte e um anos de idade incompletos.
- c) A guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.
- d) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou da suspensão do poder familiar e não implica, necessariamente, o dever de guarda.
- e) A inclusão da criança ou do adolescente em programas de acolhimento familiar não terá precedência sobre seu acolhimento institucional.

082. (FUNDAÇÃO FUNIVERSA - DETRAN/AGENTE DE TRÂNSITO / 2012/ ASSUNTO ABORDADO: AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR) Em relação à autorização para a criança viajar, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- a) Será exigida autorização judicial quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- b) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- c) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável.
- d) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é dispensável, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.
- e) É dispensável a autorização judicial para a criança ou o adolescente nascido em território nacional que estiver de saída do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

083. (FUNDAÇÃO FUNIVERSA - DETRAN/AGENTE DE TRÂNSITO / 2012/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Quanto à medida protetiva de internação, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada ano.
- c) O período mínimo de internação será de três anos.

d) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.

e) A desinternação será automática, não precedida de autorização judicial nem de conhecimento do Ministério Público.

GABARITO – LISTA 2

- | | | |
|-------|-------|--------|
| 1. E | 32. C | 63. d |
| 2. C | 33. c | 64. C |
| 3. C | 34. b | 65. C |
| 4. c | 35. d | 66. E |
| 5. E | 36. a | 67. E |
| 6. C | 37. a | 68. C |
| 7. C | 38. d | 69. E. |
| 8. E | 39. b | 70. E |
| 9. C | 40. C | 71. C |
| 10. C | 41. E | 72. C |
| 11. a | 42. E | 73. C |
| 12. c | 43. C | 74. E |
| 13. E | 44. C | 75. C |
| 14. E | 45. C | 76. C |
| 15. c | 46. E | 77. E |
| 16. d | 47. E | 78. C |
| 17. a | 48. C | 79. b |
| 18. a | 49. d | 80. e |
| 19. E | 50. C | 81. a |
| 20. E | 51. c | 82. d |
| 21. E | 52. c | 83. a |
| 22. C | 53. b | |
| 23. C | 54. d | |
| 24. C | 55. c | |
| 25. C | 56. a | |
| 26. C | 57. c | |
| 27. E | 58. e | |
| 28. C | 59. c | |
| 29. C | 60. a | |
| 30. E | 61. d | |
| 31. C | 62. c | |

LISTA 3

UnB/CESPE/2009/DPE AL/Cargo: Defensor Público de 1.^a Classe/ Assunto abordado: ATO INFRACIONAL) O MP ofereceu representação contra um adolescente pela suposta prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, sendo a defesa do adolescente prestada por DP. Após instrução processual e apresentação das alegações finais pelas partes, foi prolatada sentença, sendo aplicada ao adolescente a medida socioeducativa de liberdade assistida pelo prazo mínimo de seis meses. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

001. Comprovada a autoria e a materialidade do ato infracional, por se tratar de ato hediondo, necessariamente, deve ser aplicada a esse adolescente a medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado.

002. É admissível que a intimação da sentença em questão seja feita unicamente na pessoa do defensor.

003. Caso o defensor do referido adolescente não se conforme com a sentença, o prazo para interpor o recurso de apelação será de dez dias, admitindo-se o juízo de retratação.

004. Por se tratar de ato infracional, o recurso contra essa sentença segue o sistema recursal do Código de Processo Penal.

005. Nos processos afetos à justiça da infância e juventude, os recursos serão interpostos independentemente de preparo.

(Assunto abordado: ATO INFRACIONAL) Em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de furto, um juiz concedeu a um adolescente a remissão, aplicando-lhe, ainda, a medida de prestação de serviços à comunidade pelo prazo de dois meses. O MP, que tomou ciência da sentença em 10/3/2008, não recorreu. Com base na situação hipotética descrita acima, julgue os itens.

006. Se a defesa do adolescente postular o reconhecimento da prescrição em 10/4/2009, o juiz deve acolher o pedido, pois, nessa data, já se operou a prescrição da pretensão executória socioeducativa do Estado, devendo ser extinta a medida de prestação de serviços à comunidade.

007. A prescrição penal não se aplica a medidas socioeducativas, consoante entendimento jurisprudencial do STJ.

008. A remissão judicial concedida ao adolescente prevalecerá como seu antecedente.

009. O juiz, ainda que o adolescente tivesse várias passagens na justiça juvenil, não poderia incluir a medida de semiliberdade na remissão, sendo admissível sua aplicação somente após a instrução processual em sede de sentença de mérito.

010. Em caso de descumprimento reiterado e injustificado da medida de semiliberdade, é cabível ao juiz aplicar ao adolescente a denominada internação-sanção, pelo prazo de até três meses.

011. É necessária a oitiva do adolescente antes de decretar-se a regressão da medida denominada internação-sanção.

(Assunto abordado: MEDIDA) Julgue os itens a seguir, relativos à medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

012. Não se exige defesa técnica, por DP ou advogado, no processo para apuração de ato infracional de adolescente.

013. É possível a aplicação de internação provisória pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias antes da sentença, quando houver indícios suficientes de autoria e materialidade do ato infracional e mostrar-se a necessidade imperiosa da medida.

014. Para que seja constituída a defesa de adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, não basta a indicação do DP na audiência de apresentação, sendo exigida a outorga do mandato ao patrono.

015. A medida socioeducativa de internação pode ser imposta por prazo indeterminado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses.

(Assunto abordado: ADOÇÃO) Um homem e sua esposa, ambos com vinte e quatro anos de idade, procuraram a DP para requererem a adoção de uma criança inserida no cadastro de adoção da comarca de Maceió. O casal estava devidamente inscrito no cadastro da comarca. Julgue os itens tendo como referência a situação hipotética apresentada acima.

016. A adoção deve ser precedida de estágio de convivência entre adotando e adotante, não podendo o estágio ser dispensado.

017. Só é permitido ao casal em questão adotar criança que tenha, no máximo, oito anos de idade.

018. Caso seja deferida a guarda provisória da criança ao casal, os guardiões não podem incluí-la como beneficiária de seu sistema previdenciário, porque a guarda não confere à criança a condição de dependente dos guardiões.

019. Caso seja iniciado o estágio de convivência com a criança durante a constância da sociedade conjugal, e sobrevindo a separação judicial do casal, este não pode mais adotar conjuntamente essa criança.

020. Se o casal em questão adotar uma criança, o processo de adoção atribuirá a condição de filho ao adotado, conferindo-lhe todos os direitos e deveres, com exceção dos direitos sucessórios.

(UnB/CESPE 2009 – SEPLAG/EDUCAÇÃO Caderno A Cargo 1: Assistente de Educação – Especialidade: Apoio Administrativo/ Assunto abordado: GARANTIAS) As escolas públicas do DF atendem a um público majoritário de crianças e adolescentes, o que torna indispensável o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pelos servidores dessas escolas. Acerca do ECA, julgue os itens.

021. O ECA é uma lei que dispõe sobre a proteção a todas as crianças e a todos os adolescentes, e não somente aos que infringem a lei ou estão em situação de risco.

022. Criança, segundo o ECA, é a pessoa que tenha até doze anos de idade incompletos.

023. Conforme o ECA, assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, com absoluta prioridade, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

024. O direito à liberdade conferido às crianças e aos adolescentes significa, entre outros aspectos, que eles têm direito de ir, vir e estar nos espaços públicos e comunitários, salvo nos casos de restrições legais.

025. O trabalho somente é permitido para crianças com mais de dez anos de idade, caso não seja por elas realizado na condição de aprendiz.

026. A situação de uma criança que não esteja sendo criada na companhia de qualquer um dos pais ou de ambos deve ser regularizada em uma das modalidades de colocação em família substituta: guarda, tutela ou adoção.

(Assunto abordado: DIREITO) O ECA também dispõe sobre o direito à educação. Acerca desse tema, julgue os itens subsequentes.

027. O adolescente que trabalha durante o dia — tanto de manhã quanto à tarde — tem direito à educação pública cabendo ao Estado assegurar a oferta de ensino regular noturno.

028. Crianças e adolescentes não podem formar grupo para constituírem grêmio estudantil, em razão de serem menores de idade.

029. Compete à escola investigar a suspeita de maus tratos dirigidos a seus alunos, crianças ou adolescentes, devendo comunicar ao Conselho Tutelar somente os casos em que a suspeita tiver sido confirmada.

030. Considere que Jorge, um adolescente residente no Recanto das Emas, não tenha conseguido vaga para estudar em uma escola pública dessa localidade e lhe tenham sido oferecidos, pelo sistema de ensino do DF, a matrícula em outra escola pública, avaliada como muito melhor que a pretendida e localizada a 42 km da residência dele, e o transporte escolar. Nessa situação, os direitos previstos no ECA foram plenamente garantidos a Jorge.

(Assunto abordado: DIREITO) Relativamente aos direitos fundamentais previstos na Lei n.º 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é assegurado à criança e ao adolescente, no que tange ao direito à educação,

031. o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade e a escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.

032. o atendimento em tempos diferenciados dos horários regulares da escola para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria.

033. a oferta de ensino noturno adequado às condições da criança e do adolescente trabalhadores.

(Assunto abordado: DIREITO) Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no tocante à educação, julgue os próximos itens.

034. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico vivenciado pela criança e pelo adolescente na escola. Esse direito não garante, contudo, a participação dos pais ou responsáveis na definição de propostas educacionais.

035. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à educação da criança e do adolescente.

036. Os dirigentes de escolas de ensino fundamental devem comunicar ao conselho tutelar os casos de maus tratos à criança ou ao adolescente matriculados na sua escola, bem como os casos de faltas injustificadas, evasão escolar e elevados índices de repetência.

037. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento no ensino fundamental. Esse atendimento não garante o fornecimento de material escolar, transporte, alimentação nem assistência à saúde.

038. (UNB/CESPE 2008 – SEPLAG/SEDS/MG CADERNO VERDE CARGO: AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO/ ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Assinale a opção correta a respeito do acesso à justiça, como previsto no ECA.

a) O promotor de justiça, no exercício de suas funções, deve requisitar autorização por escrito da autoridade judiciária para ter acesso a unidade prisional onde se encontre criança ou adolescente.

b) Manifestações de promotores de justiça em processo relativo a criança ou adolescente não dependem de fundamentação, dada a relevância de suas funções.

c) Um promotor de justiça pode impetrar habeas corpus em qualquer instância ou tribunal na defesa de interesse social relativo a adolescente.

d) Adolescente que cometer ato infracional e estiver foragido será processado sem advogado.

039. (ASSUNTO ABORDADO: CONSELHO TUTELAR) Assinale a opção correta no que concerne ao conselho tutelar, de acordo com o ECA.

a) As decisões do conselho tutelar são soberanas e não poderão ser revistas pelo juiz do município onde o conselho tiver sede.

b) Não há impedimento de dois irmãos servirem no mesmo conselho tutelar.

c) O conselho tutelar é um órgão permanente e subordinado ao Ministério Público de cada estado da Federação.

d) Considere a seguinte situação hipotética. Maria, com 19 anos de idade, reside no município de Teófilo Otoni – MG e tem reconhecida idoneidade moral. Sabendo da abertura de vaga para membro do Conselho Tutelar de Governador Valadares – MG, Maria efetuou sua

inscrição. Nessa situação, a inscrição não poderá ser aceita devido ao fato de a interessada não possuir idade superior a 21 anos e não residir em Governador Valadares.

040. (CESPE/2005/ TJBA/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Julgue o item subsequente, relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os atos infracionais compreendem crimes e contravenções penais, e, para a prova da idade do adolescente, o documento primordial é a certidão de nascimento, muito embora esta gere presunção apenas relativa (*juris tantum*) da idade, o que significa poder ser afastada, diante de prova idônea em contrário. Por outro lado, no caso de apreensão de adolescente já civilmente identificado, é juridicamente possível, a depender das circunstâncias, a identificação compulsória por parte da autoridade policial.

041. (TJ PR/Magistratura/2008). Assinale a alternativa correta:

- a) Verificada a prática de crime, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a advertência.
- b) A medida de internação só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional com pena mínima de 4 (quatro) anos.
- c) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais.
- d) A remissão implica o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, mas não prevalece para efeito de antecedentes criminais.

042. (UNB/CESPE – TJ/TO – 2007 / CARGO: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Alex, aos 17 anos de idade, foi submetido, perante o juizado da infância e juventude, ao cumprimento de internação, por ofensa aos artigos 12 e 14 da Lei n.º 6.368/1976 e ao artigo 16 da Lei n.º 10.826/2003. Durante o cumprimento da medida socioeducativa, o regime de internação progrediu para o de semiliberdade, quando, então, Alex completou 18 anos de idade. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A medida socioeducativa de semiliberdade aplicada a Alex deve ser extinta, visto que o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que se refere à idade de 21 anos como a idade máxima para a liberação compulsória foi revogado com o advento do novo Código Civil, que reduziu a maioria civil. Desse modo, a idade máxima para o cumprimento de medida socioeducativa passou a ser 18 anos.
- b) A medida de semiliberdade, que comporta prazo determinado, deve ser cumprida até o término de seu prazo, independentemente da idade de Alex.
- c) Alex deve ser mantido no regime de semiliberdade, ainda que já tenha completado 18

anos, pois a liberação é compulsória apenas aos 21 anos de idade.

d) Alex deve ser mantido no regime de semiliberdade, dependendo sua liberação de decisão do juiz, considerando-se que o ECA não prevê hipótese de liberação compulsória.

043. (UNB/CESPE – MPE/AM 2007 / CARGO: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Em caso de ato infracional praticado por adolescente, os requisitos para a aplicação da medida de internação incluem:

I ato praticado mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

II reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.

IV equiparação do ato infracional a crime hediondo.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

044. (DEFENSORIA DEFRN - 2006 / TALENTO/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Constituem medidas aplicáveis aos adolescentes em caso de prática de ato infracional:

a) a imposição de matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino e a liberdade assistida.

b) a liberdade assistida, o abrigo em entidade, e detenção.

c) a prestação de serviços à comunidade e o abrigo em entidade.

d) a internação em estabelecimento educacional e detenção.

Defensoria DEFSP- 2006 /FCC/ Assunto abordado: MEDIDA) As atividades externas na medida socioeducativa de internação, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,

045. se não proibidas pelo juiz, ficam a critério da entidade de internação.

046. dependem de autorização judicial.

047. não são cabíveis na internação por descumprimento de medida anterior.

048. são deferidas para viabilizar a transição para medida mais branda.

049. dependem do envio, ao juiz, de prévia avaliação psicossocial do adolescente.

050. (DEFENSORIA DEFSP- 2007 / FCC/ ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Dentre os critérios expressamente previstos no ECA a serem considerados na aplicação da medida socioeducativa, tem-se

- a) as necessidades pedagógicas do adolescente, sua capacidade de cumprimento e a gravidade da infração.
- b) as circunstâncias da infração, o respaldo familiar do adolescente e sua capacidade de cumprimento.
- c) a gravidade e as circunstâncias da infração e a personalidade do adolescente.
- d) as circunstâncias da infração, o contexto social do adolescente e a necessidade imperiosa da medida.
- e) as necessidades pedagógicas, o respaldo familiar e a idade do adolescente.

051. (DEFENSORIA DEFSP- 2007 / FCC/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Em proteção a adolescentes apreendidos pela prática de ato infracional, prevê expressamente o ECA a

- a) proibição do uso de algemas.
- b) responsabilidade administrativa da autoridade que não comunicar a apreensão aos pais ou responsável.
- c) apresentação imediata do jovem apreendido em flagrante à autoridade judiciária.
- d) proibição da divulgação, pelos meios de comunicação, do nome, das iniciais do nome e do apelido do suspeito.
- e) impossibilidade do transporte em viatura policial comum.

052. (MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA/ 2004/ ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Sobre a adoção regulada pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que:

- a) É revogável, após o adotado atingir a maioridade.
- b) Em qualquer caso, poderá ser dispensado o consentimento do adotando, desde que esteja em situação de risco.
- c) Em qualquer caso, poderá ser dispensado o estágio de convivência, desde que o adotando tenha menos de um ano de idade.
- d) Em qualquer caso, poderá haver modificação do prenome do adotando, a pedido do adotante.

053. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO/2002/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) No que diz respeito à internação, medida privativa de liberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- a) no curso de seu cumprimento, não será permitida a realização de atividades externas;
- b) a medida comporta apenas prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;

- c) a liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.
- d) a desinternação será precedida de autorização judicial, sem maiores formalidades;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

054. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO/ 2003/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Ao adolescente que pratica crime de homicídio qualificado deve ser imposta:

- a) pena de reclusão.
- b) medida de segurança.
- c) custódia domiciliar, sob responsabilidade de quem tenha a sua guarda.
- d) medida socioeducativa de internação.
- e) internação em estabelecimento hospitalar adequado.

055. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO/ 2003/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Ato infracional equiparado a tráfico de entorpecentes, praticado por adolescente,

- a) enquadra-se, exclusivamente, sem possibilidade de medida alternativa, na hipótese de internação socioeducativa.
- b) admite a substituição de internação socioeducativa por outra medida.
- c) implica perda da liberdade do autor, indefinidamente.
- d) é penalmente irrelevante.
- e) é juridicamente inexistente.

056. (DEFENSORIA PÚBLICA DO CEARÁ/ CESPE/2007/2008/ ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Assinale (C)erto ou (E)rrado:

O vínculo de adoção constitui-se por sentença judicial e autoriza o registro mediante mandado judicial no assento civil com o nome dos adotantes como pais, bem como o nome dos ascendentes, sem qualquer observação sobre a origem do ato. Se o adotando for menor de idade, poderá o juiz determinar a modificação do prenome do adotado.

057. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO/2001) Em relação à adoção de Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que:

- a) é irrevogável.
- b) o adotante deve ser, pelo menos, 21 (vinte e um) anos mais velho do que o adotando.
- c) a adoção cessa todo e qualquer vínculo com os pais e parentes.
- d) a adoção não acarreta a atribuição de direitos sucessórios ao adotado.
- e) a adoção poder ser constituída por escritura pública ou sentença judicial.

058. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO/2003 ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Relativamente à adoção:

- a) ambos os membros do casal adotante devem ter completado 18 (dezoito) anos de idade.
- b) o tutor pode adotar o pupilo, desde que tenha prestado contas de sua gestão, e ainda que haja débito a ser saldado.
- c) o adotante há de ser pelo menos 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.
- d) ela independe de consentimento dos pais ou dos representantes legais do adotando.
- e) pode ser realizada por duas pessoas, ainda que não casadas ou unidas estavelmente.

059. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GRASSO DO SUL/ 2002/ ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Em relação a adoção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a assertiva correta:

- a) O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- b) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- c) A adoção é revogável se o estágio de convivência revelar resultado desfavorável ao menor.
- d) A morte dos adotantes restabelece o pátrio poder dos pais naturais.

060. (DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAZONAS/ CESPE/2003/ ASSUNTO ABORDADO: TUTELA) Assinale (C)erto ou (E)rrado:

Considerando que Carlos tem nove anos de idade e possui pais vivos, com os quais reside, é legalmente possível, nos termos do ECA, o deferimento de tutela sobre sua pessoa a terceiros sem que isso implique a perda do poder familiar de seus pais.

061. (MAGISTRATURA DE SANTA CATARINA/2003/ ASSUNTO ABORDADO: GUARDA) No que se refere à guarda da criança ou adolescente à luz do respectivo Estatuto, é correto afirmar:

- a) não obriga à prestação de assistência material e assistencial à criança ou adolescente.
- b) na adoção por estrangeiros pode ser deferida liminarmente nos procedimentos de tutela ou adoção.
- c) pode ser revogado a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- d) não confere àquele que a detém o direito de se opor aos pais da criança ou adolescente.

062. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO/2002/ ASSUNTO ABORDADO: GUARDA) No que se concerne à guarda prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) poderá ser deferida fora dos casos de tutela e adoção para atender a situações peculiares.
- b) se destina a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive por estrangeiros.
- c) obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto os pais.

- d) não confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito.
- e) implica prévia suspensão ou destituição do pátrio poder, seja essa guarda de caráter provisório ou permanente.

063. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO/ 1999/ ASSUNTO ABORDADO: COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA) A Criança poderá ser colocada em família substituta pela figura:

- a) da guarda, apenas;
- b) da guarda e da tutela;
- c) da guarda, tutela e adoção;
- d) da adoção, somente.

064. (PCDF/ DELEGADO DE POLÍCIA/ FUNDAÇÃO UNIVERSA/2009) No que diz respeito à criança e ao adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, configura-se constrangimento ilegal a determinação de permanência sob a guarda de um dos pais, sem ouvir a opinião do menor que esteja em idade de razoável compreensão dos fatos.
- b) O direito à proteção integral da criança e do adolescente abrange, entre outros aspectos, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, na condição exclusiva de aprendiz, e, portanto, sem a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.
- c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, considera-se penalmente inimputável o agente que pratica o crime no dia em que está completando dezoito anos de idade, salvo se tenha sido o ilícito cometido em horário anterior ao de seu nascimento.
- d) Considera-se criança o ser humano de até doze anos incompletos de idade; adolescente é aquele estabelecido entre doze anos completos de idade e dezesseis anos incompletos.
- e) A adoção será assistida pelo poder público, na forma da Constituição Federal, que também estabelece diretamente os casos e as condições de efetivação por parte de estrangeiros.

065. (PCDF/ DELEGADO DE POLÍCIA/ FUNDAÇÃO UNIVERSA/ 2009/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Pingo e Naldo foram acusados de cometer ato infracional quando ainda eram adolescentes. Considerando as disposições legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) Se forem condenados à medida socioeducativa de liberdade assistida, ambos deverão ter seu caso acompanhado por uma pessoa capacitada, designada pelo juiz. Tal medida não poderá ter prazo superior a doze meses, contada a prorrogação.
- b) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão como forma de exclusão do processo,

atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade de Pingo e Naldo e à sua maior ou menor participação no ato infracional.

c) Os acusados só poderão ser internados se tiverem praticado o ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou ainda por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

d) Em nenhuma hipótese, Pingo e Naldo poderão ser internados por mais de trinta dias antes da sentença.

e) Se o ato infracional cometido pelos adolescentes teve reflexos na esfera patrimonial da vítima, a autoridade judicial deverá determinar a imediata restituição ou, não sendo possível, promover o ressarcimento do dano.

Julgue os itens:

066. Segundo a Constituição Federal, a elaboração de leis sobre a proteção da infância e juventude é de competência exclusiva da União.

067. De acordo com a lei 12.010/09 as mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para a adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à justiça da infância e juventude.

068. O ECA obriga a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

(Assunto abordado: ADOÇÃO) Julgue os itens de acordo com a nova visão de família trazida pela recente mudança no ECA:

069. Hoje o ECA traz o conceito de família extensa ou ampliada, aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

070. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível e imprescritível.

071. O ECA não prevê a possibilidade de adoção de indígenas.

(Assunto abordado: GUARDA - ADOÇÃO) Quanto à guarda, julgue os itens:

072. Na adoção por estrangeiro pode ser deferida liminarmente nos procedimentos de tutela ou adoção.

073. Não obriga à prestação de assistência material.

074. A guarda pode ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial.

075. (DPU/2010/CESPE/ ASSUNTO ABORDADO: GUARDA) O casal que tem a guarda de fato de uma criança, não precisa de estágio de convivência.

Quanto à adoção:

076. É possível que a adoção seja levada a efeito ainda que o adotante venha a falecer no curso do procedimento.

077. O adotante tem que ter uma diferença mínima de idade do adotado, ou seja, 18 anos.

078. A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais biológicos.

(Assunto abordado: MEDIDA) Quanto às medidas aplicadas à criança e ao adolescente:

079. A prescrição penal é aplicada nas medidas socioeducativas.

080. A prestação de serviço à sociedade e a liberdade assistida observam o prazo máximo de 6 meses.

081. O Estado é obrigado a oferecer escolarização e profissionalização ao adolescente privado da liberdade.

082. Aplica-se o princípio da insignificância no âmbito da justiça da infância e juventude.

083. O ECA traz uma nova vertente, de acordo com a lei 12.010, a criança e o adolescente deve ser ouvido em decisões judiciais tomadas ao seu respeito, trata-se do Princípio da Oitiva Obrigatória e Participação. PRINCÍPIO

084. O ECA permite a adoção por meio de procuração.

085. (MAGISTRATURA DE SANTA CATARINA/ 2008/ ASSUNTO ABORDADO: ART. 2º) Analise as proposições abaixo e após assinale a alternativa correta.

I – Considera-se criança para efeitos do ECA a pessoa até 12(doze) anos de idade incompletos.

II – Adolescente, para efeitos do ECA, é a pessoa entre 13(treze) e 18(dezoito) anos de idade.

III – A redução da maioridade civil pela Lei n. 10.406/2002 impede a aplicação de medida socioeducativa a pessoas com idade entre 18(dezoito) e 21 anos (vinte e um) anos.

IV – A redução da maioridade civil pela Lei n. 10.406/2002 não implica na extinção da medida

socioeducativa a pessoas com idade entre 18(dezoito) e 21 anos (vinte e um) anos, se o infrator atingiu os 18(dezoito) anos no curso do cumprimento da medida.

- a) somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) somente as proposições I e II estão corretas.
- c) somente as proposições I e III estão corretas.
- d) somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) somente a proposição II está correta.

086. (MINISTÉRIO PÚBLICO PR/2008/ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA – PRINCÍPIO – CRIME)

Analise a alternativa INCORRETA:

- a) o ECA foi formulado a partir dos ditames da doutrina da proteção integral.
- b) a garantia da prioridade absoluta compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas a proteção à infância e juventude.
- c) considerada a necessidade de proteção integral, a falta de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- d) é incumbência do Ministério Público impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.
- e) os crimes definidos no ECA são todos de ação pública incondicionada.

087. (MAGISTRATURA/AL/2007/FCC/ ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Constituem obrigação dos estabelecimentos públicos e privados de saúde, relativamente às gestantes, EXCETO:

- a) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe.
- b) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- c) proceder exames visando o diagnóstico e terapêutica de anormalidade no metabolismo do recém-nascido.
- d) fornecer declaração de nascido vivo, da qual constarão todas as informações e intercorrências relativas ao parto e ao desenvolvimento do neonato.
- e) manter banco de leite humano para as hipóteses em que a mãe não puder amamentar o neonato.

088. (MAGISTRATURA/AL/ 2008/CESPE/ ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Quanto à disciplina da adoção no ECA, assinale a opção correta:

- a) o adotando não pode contar com mais de 18 anos de idade na data do pedido de adoção, caso em que se aplicam exclusivamente as normas do Código Civil.
- b) considerando que a adoção desliga o adotado de qualquer vínculo com seus pais e parentes, não há óbice legal que o impeça de contrair casamento com irmã de seu pai biológico.

- c) caso Felipe tenha 16 anos de idade, seja órfão e necessite de cuidados especiais, ainda assim, ele não poderá ser adotado por sua avó nem por seus irmãos.
- d) se Rogério, com 22 anos de idade, for casado com Carmem, de 17 anos, emancipada pelo casamento, sob regime de separação absoluta de bens, esse casal não poderá adotar até que Carmem complete 18 anos de idade.
- e) A adoção deve ser precedida por, no mínimo, 30 dias de estágio de convivência com a criança ou com o adolescente.

089. (MAGISTRATURA /AL/ 2007/FCC/ ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) Antônio e Maria são pais de Ana, de 6 (seis) anos de idade. Após denúncia formalizada pela professora de Ana, o Conselho Tutelar intervém e requer judicialmente o afastamento de Antônio da moradia da família por considerá-lo autor de agressão. Segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz poderá conceder o afastamento cautelar do agressor em casos de:

- a) maus-tratos, opressão ou abuso sexual.
- b) ofensa verbal, ofensa física grave ou má administração dos bens dos filhos menores.
- c) ofensa física leve, ofensa verbal ou abuso sexual.
- d) ofensa física leve, abuso sexual ou má administração dos bens dos filhos menores.
- e) ofensa verbal, ofensa física levíssima ou má administração dos bens dos filhos menores.

090. (MINISTÉRIO PÚBLICO/PR/ 2008/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- b) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- c) a liberação será compulsória aos 21 (vinte e um) anos de idade.
- d) não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa autorização judicial.
- e) a determinação será sempre precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

091. (MAGISTRATURA /AL/ 2007/FCC) Sobre a composição e funcionamento dos Conselhos Tutelares, é correto afirmar:

- a) haverá, obrigatoriamente, mais de um conselho tutelar por cidade.
- b) cada conselho tutelar será composto por cinco membros, quatro eleitos e um nomeado, obrigatoriamente o Secretário Municipal do Bem-Estar Social.
- c) a idade mínima para compor o conselho tutelar é ter mais 21 anos.
- d) o mandato do conselho tutelar eleito é de 4 (quatro) anos, admitida uma reeleição.
- e) a função de conselheiro tutelar obedece à percepção de remuneração fixada nacionalmente.

092. (MINISTÉRIO PÚBLICO/MA/ 2002/ ASSUNTO ABORDADO: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA)
Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual alternativa representa apenas uma infração administrativa?

- a) impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de função prevista no citado Estatuto.
- b) subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.
- c) descumprir, injustificadamente, prazo fixado no Estatuto em benefício de adolescente privado de liberdade.
- d) hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, motel ou congênere.
- e) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente.

GABARITO – LISTA 3

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. E | 22. C | 43. d |
| 2. C | 23. C | 44. a |
| 3. C | 24. C | 45. C |
| 4. E | 25. E | 46. E |
| 5. C | 26. X | 47. E |
| 6. C | 27. C | 48. C |
| 7. E | 28. E | 49. E |
| 8. E | 29. E | 50. c |
| 9. C | 30. E | 51. d |
| 10. C | 31. X | 52. b |
| 11. C | 32. E | 53. e |
| 12. E | 33. E | 54. d |
| 13. C | 34. E | 55. b |
| 14. E | 35. C | 56. E |
| 15. C | 36. C | 57. a |
| 16. E | 37. E | 58. c |
| 17. C | 38. c | 59. b |
| 18. E | 39. d | 60. E |
| 19. E | 40. C | 61. c |
| 20. E | 41. c | 62. a |
| 21. C | 42. c | 63. c |

64. c
65. b
66. E
67. C
68. C
69. C
70. E
71. E
72. E
73. E

74. C
75. E
76. C
77. E
78. E
79. C
80. E
81. C
82. C
83. C

84. E
85. e
86. c
87. e
88. c
89. a
90. d
91. c
92. d

LISTA 4

001. (FUNIVERSA/ SEPLAG/2009/ AGENTE SOCIOEDUCATIVO/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Numere a II coluna de acordo com a I. Em seguida, assinale a alternativa que corresponde à sequência correta, referente às Medidas Socioeducativas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

- | | |
|--|---|
| 1. Advertência | () Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. |
| 2. Obrigação de reparar o dano | () Consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada. |
| 3. Prestação de serviços à comunidade | () Consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. |
| 4. Liberdade assistida | () Pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. |
| 5. Inserção em regime de semiliberdade | () Constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. |
| 6. Internação | () Será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. |

002. (UNB/ CESPE/2011/ JUIZ DE DIREITO/ ASSUNTO ABORDADO: DIREITO) Acerca dos direitos fundamentais inerentes à criança e ao adolescente, assinale a opção correta à luz do ECA.

a) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe no pré e no pós-natal, desde que a mãe não manifeste interesse em entregar seus filhos para adoção.

b) Não há previsão legal de atendimento preferencial da parturiente, no SUS, pelo médico que a tenha acompanhado no período pré-natal.

c) É previsto atendimento pré e perinatal à gestante, por meio do SUS, incluindo-se assistência psicológica, como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

d) Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar somente à nutriz, pois isso resultará no desenvolvimento físico adequado da criança.

e) Para que a gestante seja encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, basta que haja a necessidade específica.

003. O art. 229 da CF dispõe que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) A inobservância das medidas de proteção à criança, como, por exemplo, a matrícula em estabelecimento oficial de ensino, enseja, de imediato, a perda do poder familiar.
- b) O ECA acrescenta ao rol de deveres dos pais o dever de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- c) Cabem aos pais no exercício do poder familiar a administração e o usufruto dos bens dos filhos, podendo deles dispor a qualquer tempo e de qualquer modo.
- d) O poder familiar dos pais condenados em virtude de crime será suspenso se a pena imposta exceder a três anos de prisão.
- e) Em caso de castigos imoderados ou de abandono, o poder familiar dos pais será suspenso, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

004. Acerca da colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

- a) Para a colocação de criança ou adolescente indígena em família substituta, o órgão federal responsável pela política indigenista deve, necessariamente, manifestar-se.
- b) A colocação de criança ou adolescente em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível, residindo ou não a família no Brasil, na modalidade de adoção.
- c) A decisão judicial de colocação de criança ou adolescente em família substituta pode ser substituída por outra de qualquer natureza.
- d) A criança ou o adolescente devem ser ouvidos por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão, antes da colocação em família substituta.
- e) Crianças ou adolescentes indígenas podem ser adotados, desde que sejam considerados e respeitados seus costumes e tradições, ainda que incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela CF.

005. Assinale a opção correta em relação a guarda, tutela e adoção.

- a) A tutela é uma medida precária, deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até dezoito anos de idade completos.
- b) Por ser um sucedâneo do poder familiar, o tutor só pode ser destituído do seu poder pela via judicial.
- c) O processo de adoção e seus incidentes competem exclusivamente à vara da infância e da juventude, incluindo-se a adoção de maiores de dezoito anos de idade.
- d) Pessoas solteiras não podem adotar, visto que a lei exige a adoção conjunta como forma de garantir a estabilidade familiar.
- e) A guarda, por constituir medida precária, resulta, necessariamente, em pedido de tutela ou adoção.

006. (ASSUNTO ABORDADO: DO MINISTÉRIO PÚBLICO) Considerando a atuação do MP em matéria relativa ao ECA, assinale a opção correta.

- a) No desempenho de suas atribuições, o MP não pode requisitar a colaboração de serviços médicos ou hospitalares.
- b) O representante do MP, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.
- c) A intimação do MP ocorre mediante publicação no diário da justiça.
- d) Nos processos e procedimentos em que o MP não seja parte, é prescindível a sua atuação na defesa dos direitos e interesses de que cuida o ECA.
- e) A falta de intervenção do MP acarreta a nulidade do feito, que será declarada a requerimento de qualquer interessado, vedado o seu reconhecimento de ofício pelo juiz.

007. De acordo com o art. 228 do ECA, considera-se crime o fato de o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante deixar de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 do estatuto, bem como deixar de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, na qual constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato. A ação penal adequada no caso de cometimento do crime descrito é a

- a) personalíssima.
- b) pública incondicionada.
- c) pública condicionada à representação da gestante.
- d) pública condicionada à requisição da autoridade administrativa competente.
- e) privada.

008. No que se refere a medida socioeducativa, assinale a opção correta.

- a) A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo ser reavaliada a cada três anos.
- b) A medida de semiliberdade pode ser aplicada desde o início, quando, pelo estudo técnico, se verificar que é adequada e suficiente do ponto de vista pedagógico. A possibilidade de atividades externas é inerente a essa espécie de medida e depende de autorização judicial.
- c) Tratando-se de medida de obrigação de reparar o dano, o magistrado deve determinar a restituição da coisa ao seu verdadeiro proprietário, ainda que o ato infracional tenha sido praticado por criança.
- d) Não se computa, no prazo máximo de internação, o tempo de internação provisória.
- e) A aplicação da medida de liberdade assistida, uma das mais rigorosas, prevê a manutenção do adolescente em entidades de atendimento.

009. (ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Com referência ao procedimento para apuração de ato infracional cometido por adolescente, assinale a opção correta.

- a) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, em qualquer caso, é de quarenta e cinco dias.
- b) A concessão da remissão pelo curador da infância e da juventude pode ser feita em qualquer fase processual.
- c) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional deve ser, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
- d) Justifica-se a representação quando o curador da infância e da juventude entender que o adolescente, pelo ato infracional praticado, deva cumprir uma das medidas socioeducativas elencadas no estatuto, já que, para a representação, é necessária prova pré-constituída da autoria e da materialidade.
- e) Considerando-se que o ECA acatou o devido processo legal, todas as regras referentes a nulidades no processo penal devem ser acatadas em processos cuja matéria seja tratada pelo estatuto.

010. (MP SP 2010/ PROMOTOR DE JUSTIÇA/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:

- I – o ato de simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio da montagem de vídeo constitui crime definido na Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que só se procede mediante representação;
 - II – o fato de privar adolescente de sua liberdade sem obedecer às formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita de autoridade judiciária) constitui crime previsto na Lei n. 4.898/65 (Abuso de autoridade), que prevalece sobre norma correspondente da Lei n. 8.069/90 (ECA);
 - III – o fato de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão constitui crime previsto Lei n. 8.069/90 (ECA), que prevalece sobre a Lei n. 4.898/65 (Abuso de autoridade);
 - IV – nos crimes da Lei n. 4.898/65, a aplicação da sanção penal obedecerá às regras do Código Penal, podendo as penas ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- a) somente a III é verdadeira.
 - b) somente a I e a IV são verdadeiras.
 - c) somente a II e a III são verdadeiras.
 - d) somente a IV é verdadeira.
 - e) somente a III e a IV são verdadeiras.

011. (MP SP/2011/ PROMOTOR DE JUSTIÇA/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação provisória do adolescente, antes da sentença, pela prática de ato infracional:

- a) só pode ser determinada pela autoridade judiciária de ofício e por um prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- b) pode ser determinada de ofício pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público, não podendo ultrapassar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- c) poderá ser determinada pelo juiz, bastando, para tanto, a presença de prova da materialidade do ato infracional e por prazo nunca superior a 5 (cinco) dias.
- d) nunca poderá ser determinada em face do princípio da presunção de inocência, constitucionalmente consagrado.
- e) poderá ser determinada pelo representante do Ministério Público, desde que o autor do ato infracional registre antecedentes.

012. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) De acordo com a legislação vigente, a medida socioeducativa de internação

- a) em nenhuma hipótese pode exceder o período máximo de 3 (três) anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, em decisão fundamentada, no máximo a cada 6 (seis) meses.
- b) poderá ser superior a 3 (três) anos se houver descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- c) poderá ser aplicada em face da prática de qualquer ato infracional, ainda que o adolescente não registre antecedentes.
- d) não comporta prazo determinado e, durante o seu cumprimento, não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- e) poderá ser aplicada pela autoridade judiciária competente, em havendo requerimento do Ministério Público a respeito, ainda que haja outra medida que se revele adequada.

013. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Está correto afirmar que a medida socioeducativa consistente na obrigação de reparar o dano

- a) pode ser aplicada ao adolescente que tiver praticado qualquer modalidade de ato infracional.
- b) não pode ser aplicada aos adolescentes que registrarem antecedentes.
- c) pode ser aplicada ao adolescente apenas quando for possível a restituição da coisa.
- d) não pode ser substituída por outra medida, ainda que a reparação do dano ou a restituição da coisa se revele impossível.
- e) pode ser aplicada ao adolescente que tiver praticado ato infracional com reflexos patrimoniais.

014. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Com relação à medida de semiliberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) será sempre fixada com prazo determinado a critério do juiz, tendo em conta a gravidade do ato infracional.
- b) somente pode ser determinada como forma de transição para o meio aberto.
- c) admite a realização de atividades externas, mas sempre com autorização judicial.
- d) admite, no que couber, as disposições relativas à internação.
- e) não exige escolarização e profissionalização durante o seu cumprimento.

015. (ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Assinale a alternativa incorreta. O adolescente que estiver privado de sua liberdade poderá

- a) ficar incomunicável excepcionalmente se o interesse público assim o exigir.
- b) peticionar diretamente perante qualquer autoridade.
- c) receber visitas, a não ser que tenham sido suspensas pela autoridade judiciária no interesse do adolescente.
- d) avistar-se reservadamente com seu defensor.
- e) entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.

016. (ASSUNTO ABORDADO: REMISSÃO) No que diz respeito à remissão, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, não é correto afirmar que:

- a) poderá ser concedida pela autoridade judiciária, depois de iniciado o procedimento, sendo que sua concessão importará na suspensão ou extinção do processo.
- b) poderá ser concedida pelo representante do Ministério Público, antes do início do procedimento judicial para a apuração de ato infracional, como forma de exclusão do processo.
- c) implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade do autor de ato infracional e prevalece para efeito de antecedentes.
- d) poderá ser concedida pelo representante do Ministério Público, tendo em conta as circunstâncias e consequências do fato, o contexto social, a personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
- e) poderá ser novamente concedida ao mesmo adolescente se vier ele a praticar outro ato infracional.

017. (ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Assinale a alternativa incorreta. O adolescente que estiver privado de sua liberdade poderá

- a) ficar incomunicável excepcionalmente se o interesse público assim o exigir.
- b) peticionar diretamente perante qualquer autoridade.
- c) receber visitas, a não ser que tenham sido suspensas pela autoridade judiciária no interesse do adolescente.
- d) avistar-se reservadamente com seu defensor.
- e) entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.

018. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) De acordo com a legislação vigente, a medida socioeducativa de internação

- a) em nenhuma hipótese pode exceder o período máximo de 3 (três) anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, em decisão fundamentada, no máximo a cada 6 (seis) meses.
- b) poderá ser superior a 3 (três) anos se houver descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- c) poderá ser aplicada em face da prática de qualquer ato infracional, ainda que o adolescente não registre antecedentes.
- d) não comporta prazo determinado e, durante o seu cumprimento, não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- e) poderá ser aplicada pela autoridade judiciária competente, em havendo requerimento do Ministério Público a respeito, ainda que haja outra medida que se revele adequada.

019. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação provisória do adolescente, antes da sentença, pela prática de ato infracional:

- a) só pode ser determinada pela autoridade judiciária de ofício e por um prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- b) pode ser determinada de ofício pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público, não podendo ultrapassar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- c) poderá ser determinada pelo juiz, bastando, para tanto, a presença de prova da materialidade do ato infracional e por prazo nunca superior a 5 (cinco) dias.
- d) nunca poderá ser determinada em face do princípio da presunção de inocência, constitucionalmente consagrado.
- e) poderá ser determinada pelo representante do Ministério Público, desde que o autor do ato infracional registre antecedentes.

020. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) De acordo com a legislação vigente, a medida socioeducativa de internação

- a) em nenhuma hipótese pode exceder o período máximo de 3 (três) anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, em decisão fundamentada, no máximo a cada 6 (seis) meses.
- b) poderá ser superior a 3 (três) anos se houver descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- c) poderá ser aplicada em face da prática de qualquer ato infracional, ainda que o adolescente não registre antecedentes.
- d) não comporta prazo determinado e, durante o seu cumprimento, não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- e) poderá ser aplicada pela autoridade judiciária competente, em havendo requerimento do Ministério Público a respeito, ainda que haja outra medida que se revele adequada.

021. (ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Assinale a alternativa incorreta. O adolescente que estiver privado de sua liberdade poderá

- a) ficar incomunicável excepcionalmente se o interesse público assim o exigir.
- b) peticionar diretamente perante qualquer autoridade.
- c) receber visitas, a não ser que tenham sido suspensas pela autoridade judiciária no interesse do adolescente.
- d) avistar-se reservadamente com seu defensor.
- e) entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.

022. (TJ-SP/2011/JUIZ DE DIREITO) Esmeraldo Juremo, depois de passar por todo o processo de adoção, com plena anuência de seus pais naturais, foi adotado pelo casal Silva que, em razão de acidente automobilístico, veio a falecer.

I – Tal circunstância tem o condão de restabelecer o poder familiar dos pais naturais.

II – Tal circunstância o habilita para nova adoção, sem passar por novo processo para tal desideratum.

III – Tal circunstância o torna herdeiro do casal Silva.

IV – Como herdeiro, e sendo adotado, concorre em desigualdade com os filhos naturais do casal Silva.

V – Tal circunstância não tem o condão de restabelecer o poder familiar, tendo em vista o caráter irrevogável da adoção.

Estão corretos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) III e V.
- d) I e V.
- e) III e IV.

023. Joãozinho Quarenta, menor de idade, praticou ato infracional. MEDIDA

I – As medidas previstas no ECA têm caráter de imutabilidade.

II – As medidas previstas no ECA podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

III – As medidas previstas no ECA têm caráter de mutabilidade.

IV – As medidas previstas no ECA podem ser aplicadas isolada e cumulativamente, bem como podem ser substituídas a qualquer tempo.

V – Pouco importa a idade do infante para o juiz aplicar medida de internação.

Estão corretos apenas os itens

- a) II e IV.
- b) III e V.
- c) I e V.
- d) III e IV.
- e) II e III.

024. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) O juiz Tancredo Demerval, ao apreciar caso em que necessita aplicar medida socioeducativa, decide

- a) que o rol do ECA é taxativo, o que vale dizer que somente pode aplicar a reprimenda prevista em lei.
- b) que o rol é extenso e ele pode dispensar as medidas socioeducativas previstas no Diploma Legal e aplicar aquelas que bem lhe aprouver.
- c) aplicar medidas socioeducativas que se ajustem à Comarca que julga.
- d) que o rol é exemplificativo e o juiz, além daquelas medidas socioeducativas aludidas no Diploma Legal, poderá aplicar outras reprimendas que entender adequadas ao caso.
- e) que em casos especialíssimos poderá aplicar medida socioeducativa, em homenagem ao princípio da celeridade processual, sem a ouvida do representante do Parquet.

025. (ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) O maior de 18 anos também pode ser adotado? Qual o juízo deve decidir a respeito?

- a) Sim, nesse caso a adoção será regulada pelo Código Civil e correrá na Vara da Família, aplicando-se o ECA subsidiariamente.
- b) Não, só o menor de 18 anos é que poderá ser adotado e a questão deverá ser apreciada na Vara da Infância e da Juventude.
- c) Sim, se houve autorização dos pais naturais, e a adoção deverá ser processada e julgada pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude.
- d) Não, e a questão deverá ser apreciada na Vara da Família.
- e) Sim, e a questão deverá ser apreciada na Vara da Família, desde que o processo tenha sido iniciado até os 21 anos de idade do adotado.

026. Considere as afirmações a seguir.

I – Não cabe investigação de paternidade por mera dúvida do genitor que voluntariamente tenha reconhecido a criança ou o adolescente.

II – Cabe investigação de paternidade por mera dúvida do genitor que voluntariamente tenha reconhecido a criança ou o adolescente.

III – O foro competente para a ação de adoção é o do domicílio do adotante.

IV – Não há restrição quanto à diferença de idade entre o adotante e o adotado.

V – O foro competente para a ação da adoção é o do domicílio do adotando.

Estão corretos apenas os itens

a) I e III.

b) II e V.

c) II e III.

d) I e V.

e) I e IV.

027. (ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Maria, casada com João, soube que jamais poderia gerar um filho, após infrutíferas tentativas para tal desiderato. Preocupados com as crianças abandonadas e num ato impetuoso, vão até ao registro civil e registram como se fosse seu, filho de outro. Assinale a alternativa correta.

a) João e Maria praticaram ato imoral, mas piedoso, tendo em vista a situação das crianças carentes.

b) João e Maria praticaram ato imoral e piedoso que se justifica ante a angústia de não conseguirem ter filhos.

c) João e Maria praticaram a chamada adoção “à francesa”, ante a imperiosa necessidade de terem filhos.

d) João e Maria praticaram a chamada adoção “à italiana” e cometeram o ilícito recitado no art. 242, do diploma repressivo.

e) João e Maria praticaram a chamada adoção “à brasileira” e cometeram o crime previsto no diploma repressivo.

028. (FGV/OAB/2010) Dentre os direitos de toda criança ou todo adolescente, o ECA assegura o de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, a colocação em família substituta, assegurando-lhe a convivência familiar e comunitária. Fundando-se em tal preceito, acerca da colocação em família substituta, é correto afirmar que:

a) a colocação em família substituta far-se-á, exclusivamente, por meio da tutela ou da adoção.

b) a guarda somente obriga seu detentor à assistência material a criança ou adolescente.

- c) o adotando não deve ter mais que 18 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- d) desde que comprovem seu estado civil de casados, somente os maiores de 21 anos podem adotar.

029. (ASSUNTO ABORDADO: ADOÇÃO) Tendo por substrato legal as alterações promovidas pela Lei n. 12.010, de 2009 no tocante à adoção, assinale a afirmativa correta.

- a) A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- b) Para viabilizar a celeridade no processo de adoção, a legislação especial – ECA – admite a representação do adotante por procuração.
- c) Uma vez falecido o adotante no curso do procedimento de adoção e antes de prolatada a sentença, não poderá o juiz deferir a adoção, mesmo que tenha havido inequívoca manifestação de vontade do adotante.
- d) Os cartórios de registros públicos de pessoas naturais deverão fornecer certidão a qualquer requisitante, independentemente, de justificativa de seu interesse, em que conste o vínculo da adoção constituído por sentença judicial.

030. (FGV/OAB/2011/ ASSUNTO ABORDADO: PROFISSIONALIZAÇÃO) Washington, adolescente com 14 (quatorze) anos, movido pelo desejo de ajudar seus genitores no sustento do núcleo familiar pobre, pretende iniciar atividade laborativa como ensacador de compras na pequena mercearia Tudo Tem, que funciona 24h, localizada em sua comunidade. Recentemente, esta foi pacificada pelas Forças de Segurança Nacional. Tendo como substrato a tutela do Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Washington poderá ser contratado como ensacador de compras, mesmo não sendo tal atividade de aprendizagem, pois, como já possui 14 (quatorze) anos, tem discernimento suficiente para firmar o contrato de trabalho e, assim, prestar auxílio material aos seus pais, adotando a louvável atitude de preferir o trabalho às ruas.
- b) Como a comunidade onde reside Washington foi pacificada pelas forças de paz, não há falar em local perigoso ou insalubre para o menor; assim, poderá o adolescente exercer a carga horária laborativa no período das 22h às 24h, sem qualquer restrição legal, desde que procure outra atividade laborativa que seja de formação técnico-profissional.
- c) Washington não poderá trabalhar na mercearia como ensacador de compras, pois tal atividade não é enquadrada como de formação técnico-profissional; portanto, não se pode afirmar que o menor exercerá atividade laborativa na condição de aprendiz.
- d) Na condição de aprendiz, não é necessário que o adolescente goze de horário especial compatível com a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

031. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) No tocante às normas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

a) a medida socioeducativa de internação aplicada em razão do descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta ao adolescente infrator não poderá ser superior a três meses.

b) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será imediatamente encaminhado ao Juiz de Direito em exercício na Vara da Infância e Juventude, que decidirá sobre a necessidade ou não de seu acautelamento provisório.

c) a concessão da remissão, que prescinde da homologação da Autoridade Judiciária, é medida que o membro do Ministério Público atribuído poderá adotar no processamento de ato infracional.

d) ao ato infracional praticado por crianças corresponderão as seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e inserção em regime de semiliberdade.

032. (FGV/ OAB/2010) Considerando a prática de ato infracional por criança ou adolescente, é correto afirmar que

a) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 1 (um) ano, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

b) em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

c) a internação, por constituir medida privativa de liberdade do menor, não poderá exceder o período de 5 (cinco) anos.

d) entre as garantias processuais garantidas ao adolescente encontra-se o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. Contudo, não poderá o menor ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente, devendo em todo o caso ser assistido pelos genitores.

033. (ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) Com relação aos procedimentos para a perda e a suspensão do poder familiar regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

a) a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, poderá decretar liminar ou incidentalmente a suspensão do poder familiar, independentemente da gravidade do motivo.

b) o procedimento para perda ou suspensão do poder familiar dispensa que os pais sejam ouvidos, mesmo se estes forem identificados e estiverem em local conhecido.

- c) o procedimento para perda ou suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.
- d) em conformidade com a nova redação dada pela Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, o prazo máximo para a conclusão do procedimento de perda ou suspensão do poder familiar será de 180 (cento e oitenta) dias.

034. (TJDFT/ JUIZ SUBSTITUTO/2011/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) A doutrina especializada tem apregoadado “que há um equívoco muito grande quando se depara com a mentalidade popular de que a solução do problema do adolescente infrator é a internação”, que, assim, somente deverá ser aplicada de forma excepcional. Dito isso, considere as preposições abaixo formuladas e assinale a incorreta:

- a) A autoridade judicial em procedimento próprio poderá aplicar a medida socioeducativa de internação quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- b) Terá também lugar para sua aplicação na hipótese de haver reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- c) Igualmente poderá ser aplicada a medida socioeducativa de internação por descumprimento reiterado e injustificado da medida que tiver sido anteriormente imposta;
- d) O elenco das condições constantes das alíneas anteriores não é taxativo e exaustivo, havendo, portanto, possibilidade de aplicação da referida medida fora das hipóteses apresentadas, a critério do Juiz da Vara da Infância e do Adolescente, após colhido parecer do representante do Ministério Público.

035. (ASSUNTO ABORDADO: GUARDA) Quando falamos a respeito de guarda, é correto afirmar que aos genitores incumbe, preferencialmente, a guarda dos filhos, que poderá ser alterada apenas em situações excepcionais, conforme previsão do artigo 33, parágrafo 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro deste contexto, considere as preposições abaixo formuladas e assinale a incorreta:

- a) A finalidade da guarda, sem operar mudança no poder familiar, é, sem dúvida, a de regularizar a posse de fato da criança ou do adolescente, podendo ser deferida liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto nos de adoção por estrangeiros;
- b) A guarda tem por finalidade proteção e amparo ao menor, tanto na esfera econômica, como no campo assistencial, moral, educacional e disciplinar, além de permitir o desenvolvimento físico, mental e espiritual de forma digna, sadia e harmoniosa. Significa, conceitualmente, a colocação do menor em família substituta;
- c) Considerando a natureza protetiva do instituto da guarda e por questão de política menorista, pode-se afirmar que é viável pleito de transferência de guarda formulado por avós com o

objetivo de a medida garantir benefícios econômicos e previdenciários em favor do menor.

d) A concessão da guarda, seja ela provisória ou de caráter definitivo, não faz coisa julgada, podendo ser modificada no interesse exclusivo do menor e também na hipótese de se verificar que não tenham sido cumpridas as obrigações pelo seu guardião.

036. (ASSUNTO ABORDADO: GARANTIA) Aos procedimentos regulados pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA –, aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. Sendo assim, considere as proposições abaixo formuladas e assinale a correta:

a) Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto no ECA ou em outra Lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, independentemente, portanto, da oitiva do órgão representante do Ministério Público;

b) Em virtude dessa diretriz, o Estatuto conferiu ao juiz total liberdade de ação, liberando-o de certos formalismos, dando-lhe amplos poderes para livremente investigar os fatos e determinar, de ofício, providências que entender necessárias, restando drasticamente amenizados, por conseguinte, os rigores inscritos no preceptivo previsto no artigo 6º do ECA;

c) Em situação considerada de urgência, aplica-se essa mesma orientação para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem;

d) É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos no ECA, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

037. Referindo-se ao procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, na fase judicial, considere as proposições formuladas abaixo e assinale a incorreta:

a) Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, em decisão fundamentada;

b) Comparecendo o adolescente, seus pais ou responsável, a autoridade judiciária procederá à oitiva dos mesmos, podendo solicitar opinião de profissional qualificado. Se o juiz entender adequada a remissão, ouvirá o representante do Ministério Público, proferindo decisão;

c) Se o adolescente devidamente notificado não comparecer injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará data para audiência de continuação, mas, de logo, decretará a revelia do adolescente;

d) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

038. (ASSUNTO ABORDADO: PODER FAMILIAR) Disciplina o ECA que “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”. Dentro desse contexto, considere as proposições formuladas abaixo e assinale a correta:

- a) É cediço que a crueldade dos pais destrói o destino do filho, ou obsta a sua inserção na vida familiar, escolar ou social, mas tal postura, por si só, não rende ensejo à intervenção imediata do Estado para identificação precoce das relações entre pais e filhos;
- b) A constatação de crianças e adolescentes em situação de risco revela a carência, a falta de assistência e o enfraquecimento moral e financeiro da sociedade familiar, circunstância que recomenda aplicação aos pais ou responsável recolhimento em unidade especializada para tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- c) Pode ser aplicada em casos que tais, também, a obrigação de comparecimento a cursos ou programas de orientação, com controle de frequência;
- d) No caso de afastamento do agressor da moradia comum, da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependente do agressor.

GABARITO – LISTA 4

- | | | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| 1. (2, 1, 3, 5, 6, 4) | 14. d | 27. e |
| 2. c | 15. a | 28. c |
| 3. b | 16. c | 29. a |
| 4. a | 17. a | 30. c |
| 5. b | 18. a | 31. a |
| 6. b | 19. b | 32. b |
| 7. b | 20. a | 33. c |
| 8. d | 21. a | 34. d |
| 9. e | 22. c | 35. b |
| 10. e | 23. e | 36. d |
| 11. b | 24. a | 37. c |
| 12. a | 25. a | 38. d |
| 13. e | 26. d | |

LISTA 5

(CESPE/UNB/ CNJ/ Analista Judiciário/Judiciária/2012/ Assunto abordado: ART. 2º) Com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/1990 e alterações, julgue os itens a seguir.

001. O direito da criança e do adolescente à dignidade deve ser assegurado com exclusividade pelo Estado e pela família.

002. Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa com até dezesseis anos de idade incompletos.

(CESPE/UNB – DPE/ES DEFENSOR 2012) Com referência aos direitos da criança e do adolescente, ao processo de apuração da prática de ato infracional e a atuação do defensor e do MP nesse processo, julgue os itens a seguir.

003. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo, a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, com a oitiva do MP.

004. Crianças e adolescentes podem ser considerados sujeito ativo de ato infracional, caso em que ambos poderão ser sujeito passivo de medida socioeducativa.

005. (CESPE/UNB/DPE MA/ DEFENSOR/2012/ ATO INFRACIONAL) Assinale a opção correta com referência à apuração de ato infracional atribuído a adolescente.

- a) Oferecida a representação, a autoridade judiciária poderá rejeitá-la.
- b) A representação terá razão de ser quando o parquet entender que o adolescente, pelo ato infracional que praticou, deva submeter-se a medida socioeducativa.
- c) O adolescente apreendido por força de ordem judicial deverá ser, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
- d) Comparecendo ao estabelecimento policial um dos pais, o tutor ou, então, o guardião de adolescente que esteja ali apreendido, a autoridade policial é obrigada a liberar, sem exceção, o menor, visto que não é produtivo que ele, amparado pelo direito à convivência familiar, se distancie de sua família.
- e) O MP poderá conceder a remissão em qualquer fase do processo.

006. (CESPE/UNB/DPE SE/DEFENSOR/2012/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Vítor, Jaime e Leôncio, todos com dezesseis anos de idade completos, andavam de bicicleta em terreno baldio ao lado de um imóvel residencial onde era celebrado casamento religioso. Os gritos

e comemorações dos adolescentes após cada salto e acrobacia incomodaram alguns convidados, entre eles, o tio da noiva, Roque, agente de polícia civil, que se dirigiu ao local onde estavam os adolescentes e os apreendeu, utilizando-se de algemas, conduzindo-os pela praça principal da cidade até a delegacia. Nela, Roque encontrou Júlio, agente de polícia, conhecido colega de trabalho, e, aproveitando-se da ausência temporária do delegado, solicitou ao colega que mantivesse informalmente, na delegacia, os adolescentes até o término da celebração do casamento, liberando-os em seguida. Roque manteve os adolescentes, sem algemas, por duas horas nas dependências da delegacia, liberando-os em seguida, sem instauração ou lavratura de qualquer procedimento; tampouco foi feita qualquer comunicação dos fatos.

Com base na legislação que versa sobre abuso de autoridade e no que dispõe o ECA, assinale a opção correta a respeito da situação hipotética acima descrita.

- a) Roque e Júlio, por serem agentes do Estado, deverão responder unicamente pelo crime de abuso de autoridade, por ser delito de ações múltiplas.
- b) Roque e Júlio deverão responder pela infração penal, prevista no ECA, de privação da liberdade de adolescente, mediante apreensão, sem as formalidades legais, sem flagrante de ato infracional nem ordem escrita da autoridade judiciária competente, sem prejuízo de eventual concurso.
- c) A única infração perpetrada por Júlio foi a de ter deixado de comunicar à autoridade competente a apreensão de adolescentes e à família dos menores ou à pessoa por eles indicada, segundo dispõe o ECA, sem prejuízo de eventual concurso de pessoas.
- d) A conduta praticada por Roque, agente da polícia civil, configurou uma única infração penal, consubstanciada no abuso de autoridade consistente na privação de liberdade sem as formalidades legais e com abuso de poder em razão do uso de algemas.
- e) A conduta de Júlio ajustou-se ao crime, previsto no ECA, de submissão de adolescente sob sua autoridade a vexame ou constrangimento, em concurso formal com o delito de abuso de autoridade por atentado à liberdade de locomoção.

007. (CESPE/UNB/DPE SE/DEFENSOR/2012/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Com referência ao ato infracional e aos procedimentos a ele pertinentes, assinale a opção correta.

- a) A privação da liberdade de criança ou adolescente só é admitida em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade penal competente.
- b) A competência para a apuração de ato infracional é da autoridade do local do domicílio dos pais ou responsável ou do lugar onde o adolescente resida ou seja encontrado.
- c) A internação provisória da criança ou do adolescente que tenha praticado ato infracional pode ser decretada pelo prazo máximo de seis meses.
- d) Caso um menino de dez anos de idade abra, sorrateiramente, dentro da escola, a carteira

de um colega e de lá subtraia a quantia de R\$ 50,00, tal conduta caracterizará a prática de ato infracional, que deve ser investigado pela polícia judiciária.

e) A audiência de apresentação de adolescente apreendido pela prática de ato infracional deve ser designada imediatamente após a denúncia oferecida pelo MP.

(CESPE/UNB/PC AL/2012/Escrivão de Polícia/ Assunto abordado: CRIME) Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e os crimes contra a pessoa, julgue os itens que se seguem.

008. Se, após a regular apreensão de adolescente, a autoridade policial responsável deixar de comunicar, imediatamente, o fato à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, o delegado de polícia, por ter a incumbência legal de ordenar a lavratura do auto de apreensão e demais medidas dele decorrentes, será responsabilizado criminalmente por delito previsto no ECA.

009. Pratica o delito de sequestro ou cárcere privado previsto no CP aquele que apreende criança ou adolescente, encarcerando-o, contra o qual inexistia ordem judicial escrita, salvo se a apreensão for em flagrante de ato infracional.

010. O crime consistente na submissão de criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, por ser crime próprio, somente pode ser praticado por agentes do Estado.

(CEBRASPE/PC AL/2012/Delegado de Polícia/Assunto abordado: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA) Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os próximos itens.

011. A multa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente como sanção às infrações administrativas, sujeita-se ao prazo prescricional de dois anos quando for a única cominada ou aplicada.

(CESPE/UNB PC/ES Escrivão de polícia/2010/ MEDIDA) Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os próximos itens.

012. De acordo com o entendimento firmado no âmbito do STJ, havendo termo, a duração da medida socioeducativa estabelecida pela sentença deve ser adotada como parâmetro no cálculo do prazo prescricional.

013. O regime de semiliberdade imposto a adolescente infrator, a ser cumprido no prazo determinado pelo juízo, pode ser estabelecido desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, e possibilita a realização de atividades externas mediante autorização judicial.

014. A regra prevista no Código de Processo Civil (CPC), que confere prazo em dobro para o Ministério Público e a Fazenda Pública recorrerem, é aplicável aos procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

015. Aplica-se a prescrição penal às medidas socioeducativas.

(CESPE/UNB/PC ES/Delegado de Polícia/2010/ Assunto abordado: CRIME) Determinado cidadão, penalmente responsável, valendo-se de um adolescente de treze anos de idade, sexualmente corrompido, produziu imagens eróticas em cenário previamente montado, divulgando-as por meio de sistema de informática em sítio da Internet. O mantenedor do sítio, tão logo divulgadas as imagens, foi notificado pelo juiz da infância e da juventude do conteúdo ilícito do material e, de imediato, desabilitou o acesso às imagens.

Com referência à situação hipotética acima, julgue os itens a seguir à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

016. Na situação considerada, é viável a prisão em flagrante do mantenedor do sítio, porquanto a sua conduta é classificada como crime permanente, uma vez ultrapassada a fase de notificação e não desativado o acesso.

017. Para a configuração da conduta do criador das imagens em relação ao tipo penal descrito como produzir imagem pornográfica envolvendo adolescente, exige-se a prática de relação sexual entre o agente e o menor, não se demandando qualquer correção moral do adolescente.

018. À conduta do produtor das imagens não caberão, de regra, os benefícios penais da transação penal, da suspensão condicional do processo e da suspensão condicional da pena, em face de a pena cominada à conduta ser superior a quatro anos.

019. A natureza jurídica da notificação do mantenedor do sítio constitui condição de procedibilidade e a ação penal somente poderá ser intentada quando a notificação tiver sido efetivamente realizada e o serviço de acesso não tiver sido desabilitado.

020. (CESPE/UNB PC/PB AGENTE DE INVESTIGAÇÃO E ESCRIVÃO DE POLÍCIA 2008/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Um adolescente foi apreendido no dia 5/8/2008 e tem contra si representação por ato infracional equiparado aos delitos de roubo e extorsão. Desde

aquela data, aguarda sentença na unidade de internação. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) O prazo para internação provisória de adolescente é de sessenta dias.
- b) São princípios fundamentais do referido diploma legal a excepcionalidade, a brevidade e a observância da condição peculiar do menor, que é pessoa em desenvolvimento.
- c) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao se encerrar a instrução criminal, supera-se a alegação de constrangimento ilegal.
- d) Segundo a jurisprudência do STJ, a periculosidade abstrata do agente assim como a probabilidade de prática de novos crimes, sem fundamento concreto, serve como embasamento para manutenção da internação provisória do menor por tempo indeterminado.
- e) Nos atos infracionais cometidos sem violência ou grave ameaça, também é possível a segregação provisória.

021. (CESPE/UNB/PC PB/DELEGADO DE POLÍCIA/2008/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Assinale a opção correta com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) Em caso de flagrante da prática de ato infracional, o adolescente não é prontamente liberado pela autoridade policial, apesar do comparecimento dos pais, quando, pela gravidade do ato infracional e por sua repercussão social, o adolescente deve permanecer sob internação para manutenção da ordem pública.
- b) A internação pode ser cumprida em estabelecimento prisional comum, desde que o adolescente permaneça separado dos demais presos, se não existir na comarca entidade com as características definidas em lei para tal finalidade.
- c) Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária deve decretar sua revelia e encaminhar os autos à defensoria pública para apresentação de resposta escrita.
- d) O regime de semiliberdade possibilita ao adolescente a realização de atividades externas, mediante expressa autorização judicial.
- e) Durante o período de internação, é vedado à autoridade judiciária ou policial suspender temporariamente a visita dos pais do adolescente.

022. (CESPE/UNB/PC RN/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2008/ ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Em relação às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), assinale a opção correta.

- a) Compete exclusivamente à autoridade judiciária e ao membro do MP a aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente pela prática de ato infracional.
- b) Compete exclusivamente à autoridade judiciária conceder remissão ao adolescente pela prática de ato infracional equivalente aos crimes de furto e estelionato.

c) Não constitui crime, mas mera infração administrativa, divulgar pela televisão, sem autorização devida, o nome de criança envolvida em procedimento policial pela suposta prática de ato infracional.

023. (CESPE/UNB/PC RN/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2008/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

a) O instituto da prescrição não é compatível com a natureza não penal das medidas socioeducativas.

b) Considere que um indivíduo tenha divulgado e publicado, pela Internet, fotografias pornográficas envolvendo crianças e que essa ação tenha ocorrido em cidade brasileira, mas o acesso ao material tenha-se dado além das fronteiras nacionais. Nesse caso, a justiça competente para o processo e o julgamento do feito será a estadual, pois o delito não se consumou no exterior.

c) Em se tratando de menor inimputável, inexistente pretensão punitiva estatal propriamente, mas apenas pretensão educativa, que é dever não só do Estado, mas da família, da comunidade e da sociedade em geral, conforme disposto expressamente na legislação de regência e na CF.

d) A internação provisória do menor não pode extrapolar o prazo de 60 dias estabelecido pelo ECA.

e) O magistrado, no momento da reavaliação da medida socioeducativa imposta, está vinculado a pareceres e relatórios técnicos, e não pode, com base na livre apreciação de outros elementos de convicção, dirimir a controvérsia.

(CESPE/UNB/SEDU ES/Agente de suporte educacional/2010/ Assunto abordado: ART. 2º) A respeito das regras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acerca de ato infracional, julgue os itens a seguir.

024. Considera-se ato infracional a conduta estritamente descrita como crime.

025. A emancipação civil aos dezesseis anos de idade acarreta a imputabilidade penal do adolescente, razão pela qual ele não mais se sujeita às regras do ECA.

026. Todos aqueles que se encontram na faixa etária entre doze e dezessete anos de idade podem ser considerados sujeitos ativos de ato infracional.

(CESPE/UNB/SEDU ES/Agente de suporte educacional/2010/ Assunto abordado: MEDIDA) Em relação às medidas socioeducativas previstas no ECA, julgue os itens que se seguem.

027. A obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa.

028. No processo para apuração de ato infracional de adolescente, é suficiente a autodefesa, pois não se exige defesa técnica.

029. O indivíduo que esteja cumprindo medida de internação em estabelecimento educacional será liberado compulsoriamente ao completar 21 anos de idade.

030. No cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, são obrigatórias a escolarização e a profissionalização do adolescente.

031. Na liberdade assistida, a pessoa ou entidade incumbida de acompanhar o cumprimento da medida deve supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula.

GABARITO – LISTA 5

1. E

2. E

3. C

4. E

5. b

6. b

7. d

8. C

9. C

10. E

11. E

12. C

13. E

14. C

15. C

16. C

17. E

18. C

19. E

20. b

21. a

22. c

23. c

24. E

25. E

26. C

27. E

28. E

29. C

30. C

31. C

LISTA 6

001. (CESPE/TJDFT/2013/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Com base nas disposições do Estatuto do Desarmamento, da Lei Maria da Penha, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso, julgue os itens subsequentes.

O ato de corromper menor de dezoito anos de idade ou de facilitar a sua corrupção para a prática de infração penal é considerado delito formal, cuja caracterização demanda a coautoria ou participação de indivíduo maior de idade, majorando-se a pena caso o delito perpetrado em decorrência da corrupção seja hediondo.

002. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Com relação aos crimes hediondos e ao tráfico ilícito de entorpecentes, julgue o próximo item.

Conforme a jurisprudência consolidada do STJ, a prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes autoriza, por si só, a aplicação da medida socioeducativa de internação ao adolescente que o cometa.

003. (Assunto abordado: CRIME) Com base na Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e na Lei n. 8.069/1990, julgue o item que se segue.

Conforme jurisprudência consolidada do STF e do STJ, para a configuração do crime de corrupção de menores, previsto na Lei n.º 8.069/1990, são necessárias provas de que a participação na prática do crime efetivamente corrompeu o menor de dezoito anos de idade.

004. Com base no que dispõem a Lei n. 10.741/2003 e a Lei n. 8.069/1990, julgue o item abaixo. Aos crimes descritos na Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) para os quais a pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos aplica-se o procedimento previsto na Lei n. 9.099/1995, mas não se aplicam as suas medidas despenalizadoras, como, por exemplo, a transação penal.

005. (CESPE/UNB/DP DF/2013/ASSUNTO ABORDADO: CONSELHO TUTELAR) No que se refere a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, julgue o item a seguir. Em cada região administrativa do DF, deve haver, no mínimo, um conselho tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

(Assunto abordado: COMPETÊNCIA) Com base na jurisprudência do STJ e na Lei n. 8.069/1990, julgue os itens a seguir.

006. A competência territorial, nas ações que envolvam medidas projetivas destinadas a crianças e adolescentes e discussão sobre o poder familiar, será definida sempre pelo juízo do lugar onde se encontre a criança ou o adolescente.

007. A ausência de laudo técnico realizado por equipe multidisciplinar, para fins de fixação de medida socioeducativa de internação pelo magistrado, não resulta em nulidade do processo.

008. A autoridade judiciária pode disciplinar, por meio da expedição de portaria, a entrada e a permanência de criança ou adolescente desacompanhados dos pais ou responsáveis em locais e eventos discriminados na lei, devendo essas medidas ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.

009. No que se refere à descentralização político-administrativa das ações governamentais na área da assistência social, cabe à esfera federal coordenar a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, assim como definir as respectivas normas gerais.

010. O magistrado de vara da infância e juventude pode determinar, de ofício, a realização de matrícula em estabelecimento de ensino nos casos em que a criança ou o adolescente estejam em situação de risco, não importando tal determinação em violação do princípio dispositivo. Nesses casos, a ordem de ofício dada pelo magistrado tem caráter administrativo-judicial, submetendo-se a controle judicial quanto a sua juridicidade, especialmente no que se refere aos aspectos da necessidade e da proporcionalidade da medida.

(Assunto abordado: CONSELHO TUTELAR) Com base no disposto na CF e no ECA, julgue os próximos itens.

011. Deve constar do orçamento anual do fundo municipal dos direitos da criança previsão dos recursos necessários ao funcionamento do conselho tutelar.

012. As decisões do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam, por meio do controle, as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

013. Constitui diretriz da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente a integração operacional de órgãos do Poder Judiciário, do MP, da DP, do conselho tutelar

e encarregado da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista a sua rápida reintegração a família de origem, ou, ainda que tal solução seja comprovadamente inviável, a sua colocação em família substituta.

014. (CESPE/PC RN/2008/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item:

Considere que um indivíduo tenha divulgado e publicado, pela Internet, fotografias pornográficas envolvendo crianças e que essa ação tenha ocorrido em cidade brasileira, mas o acesso ao material tenha-se dado além das fronteiras nacionais. Nesse caso, a justiça competente para o processo e o julgamento do feito será a estadual, pois o delito não se consumou no exterior.

(CESPE/PC TO/ 2008/ Assunto abordado: CRIME) De acordo com a legislação especial pertinente, julgue os itens abaixo:

015. Considere que uma autoridade policial de determinado município, ao transitar em via pública, observou a presença de menores perambulando pela rua, tendo, de pronto, determinado aos seus agentes a apreensão de dois deles para fins de averiguação. Nessa situação, a atitude da autoridade policial está correta por se tratar de adolescentes em situação de risco.

016. O procedimento de apuração de ato infracional só é aplicável em se tratando de conduta praticada por adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos de idade). Se o ato praticado for imputável à criança (pessoa de até 12 anos de idade), o caso deve ser apreciado pelo conselho tutelar na respectiva localidade.

017. (CESPE/DEFENSOR PÚBLICO ES/ 2009/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Em relação aos institutos de direito penal, julgue o item a seguir.

Quem contrata, eventualmente, os serviços sexuais de adolescentes não pratica o crime, previsto no ECA, de submeter à criança ou o adolescente à prostituição ou à exploração sexual, pois tal tipo penal não abrange a figura do cliente ocasional diante da ausência de exploração sexual nos termos da definição legal, segundo o STJ.

018. (CESPE/DEFENSOR PÚBLICO ES/ 2009) Julgue o item subsequente, que se referem a medidas socioeducativas, atos infracionais e crimes praticados contra a criança e o adolescente, crimes de tortura e sistema nacional de políticas públicas sobre drogas.

Todos os crimes praticados contra a criança e o adolescente previstos no ECA submetem-se à ação penal pública incondicionada.

- 019.** (ACAFE/DELEGADO DE POLÍCIA SC /2008) Um Delegado de Polícia, depois de lavrado o termo de apreensão de um adolescente apreendido em situação de flagrante ato infracional (crime de homicídio), de propósito, deixou de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido, como ele lhe pedira. O Delegado praticou:
- a) nenhum crime, pois não tinha obrigação de fazer tais comunicações.
 - b) crime comissivo por omissão, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - c) crime omissivo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90).
 - d) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 4.898/65.

(Promotor de Justiça/ MPE/RR/2008) Julgue os itens seguintes, relativos à competência para processar e julgar questões cíveis e criminais decorrentes das normas previstas no ECA.

- 020.** O crime consubstanciado na divulgação ou publicação, pela Internet, de fotografias pornográficas ou de cenas de sexo explícito que envolvam crianças ou adolescentes e cujo acesso tenha ocorrido além das fronteiras nacionais deve ser processado e julgado na justiça federal.

- 021.** Para processar e julgar ação civil pública ajuizada contra o Estado para a construção de locais adequados para a orientação e o tratamento de crianças e adolescentes alcoólatras e toxicômanos, é competente a vara da infância e da juventude do local onde tenha ocorrido a omissão do Estado, em face do que dispõe o ECA. Prevaecem esses dispositivos sobre a regra geral, que prevê como competentes as varas de fazenda pública quando presentes como partes estado e município.

- 022.** (DEFENSOR PÚBLICO/DPG-CE/CESPE) Acerca de ato infracional e dos crimes praticados contra a criança e o adolescente, julgue o item subsequente.

Os crimes praticados contra criança e o adolescente podem ser realizados por ação ou omissão, não se admitindo, a forma culposa.

- 023.** (FUNDAC PB / CESPE) No que se refere ao conselho tutelar, assinale a opção correta.

- a) O conselho tutelar integra a estrutura do Poder Judiciário estadual e é presidido pelo juiz de direito da respectiva comarca.
- b) Os membros do conselho tutelar de cada município serão indicados pelo presidente do tribunal de justiça do respectivo estado.
- c) Compete ao conselho tutelar proferir sentença nos pedidos de guarda das crianças e adolescentes do município em que estiver situado.

d) Caso Jean e Lúcia estejam casados há 12 anos, nessa hipótese, se eles forem escolhidos para atuar no Conselho Tutelar de Areia – PB, estarão impedidos, por serem marido e mulher.

024. Encontra tipificação penal no ECA, com previsão de pena privativa de liberdade para o autor do delito, a conduta de um dirigente de uma escola particular que, na presença de outros alunos, torne pública, de maneira ultrajante, a inadimplência do pai de determinado aluno, submetendo essa criança a vexame e constrangimento.

025. (MAGISTRATURA /AL/2007/FCC) Sobre a composição e funcionamento dos Conselhos Tutelares, é correto afirmar:

- a) haverá, obrigatoriamente, mais de um conselho tutelar por cidade.
- b) cada conselho tutelar será composto por cinco membros, quatro eleitos e um nomeado, obrigatoriamente o Secretário Municipal do Bem-Estar Social.
- c) a idade mínima para compor o conselho tutelar é ter mais 21 anos.
- d) o mandato do conselho tutelar eleito é de 4 (quatro) anos, admitida uma reeleição.
- e) a função de conselheiro tutelar obedece à percepção de remuneração fixada nacionalmente.

026. (FUNDAÇÃO FUNIVERSA - DETRAN/AGENTE DE TRÂNSITO / 2012) Em relação à autorização para a criança viajar, assinale a alternativa em acordo com o ECA.

- a) Será exigida autorização judicial quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- b) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- c) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável.
- d) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é dispensável, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.
- e) É dispensável a autorização judicial para a criança ou o adolescente nascido em território nacional que estiver de saída do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

027. (MP SP/2010/ PROMOTOR DE JUSTIÇA/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Relativamente às assertivas abaixo, assinale, em seguida, a alternativa correta:

I – o ato de simular a participação de adolescente em cena de sexo explícito por meio da montagem de vídeo constitui crime definido na Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em que só se procede mediante representação;

II – o fato de privar adolescente de sua liberdade sem obedecer às formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita de autoridade judiciária) constitui crime previsto na Lei n. 4.898/65 (Abuso de autoridade), que prevalece sobre norma correspondente da Lei n. 8.069/90 (ECA);

III – o fato de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão constitui crime previsto Lei n. 8.069/90 (ECA), que prevalece sobre a Lei n. 4.898/65 (Abuso de autoridade);

IV – nos crimes da Lei n. 4.898/65, a aplicação da sanção penal obedecerá às regras do Código Penal, podendo as penas ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

- a) somente a III é verdadeira.
- b) somente a I e a IV são verdadeiras.
- c) somente a II e a III são verdadeiras.
- d) somente a IV é verdadeira.
- e) somente a III e a IV são verdadeiras.

028. (CESPE/UNB DPE/SE DEFENSOR/2012/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Vítor, Jaime e Leôncio, todos com dezesseis anos de idade completos, andavam de bicicleta em terreno baldio ao lado de um imóvel residencial onde era celebrado casamento religioso. Os gritos e comemorações dos adolescentes após cada salto e acrobacia incomodaram alguns convidados, entre eles, o tio da noiva, Roque, agente de polícia civil, que se dirigiu ao local onde estavam os adolescentes e os apreendeu, utilizando-se de algemas, conduzindo-os pela praça principal da cidade até a delegacia. Nela, Roque encontrou Júlio, agente de polícia, conhecido colega de trabalho, e, aproveitando-se da ausência temporária do delegado, solicitou ao colega que mantivesse informalmente, na delegacia, os adolescentes até o término da celebração do casamento, liberando-os em seguida. Roque manteve os adolescentes, sem algemas, por duas horas nas dependências da delegacia, liberando-os em seguida, sem instauração ou lavratura de qualquer procedimento; tampouco foi feita qualquer comunicação dos fatos.

Com base na legislação que versa sobre abuso de autoridade e no que dispõe o ECA, assinale a opção correta a respeito da situação hipotética acima descrita.

- a) Roque e Júlio, por serem agentes do Estado, deverão responder unicamente pelo crime de abuso de autoridade, por ser delito de ações múltiplas.
- b) Roque e Júlio deverão responder pela infração penal, prevista no ECA, de privação da liberdade de adolescente, mediante apreensão, sem as formalidades legais, sem flagrante de ato infracional nem ordem escrita da autoridade judiciária competente, sem prejuízo de eventual concurso.
- c) A única infração perpetrada por Júlio foi a de ter deixado de comunicar à autoridade competente a apreensão de adolescentes e à família dos menores ou à pessoa por eles

indicada, segundo dispõe o ECA, sem prejuízo de eventual concurso de pessoas.

d) A conduta praticada por Roque, agente da polícia civil, configurou uma única infração penal, consubstanciada no abuso de autoridade consistente na privação de liberdade sem as formalidades legais e com abuso de poder em razão do uso de algemas.

e) A conduta de Júlio ajustou-se ao crime, previsto no ECA, de submissão de adolescente sob sua autoridade a vexame ou constrangimento, em concurso formal com o delito de abuso de autoridade por atentado à liberdade de locomoção.

029. (CESPE/UNB/PC AL/2012/DELEGADO DE POLÍCIA/ ASSUNTO ABORDADO: INFRAÇÃO) Com relação às causas extintivas da punibilidade, julgue o item a seguir.

A multa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente como sanção às infrações administrativas, sujeita-se ao prazo prescricional de dois anos quando for a única cominada ou aplicada.

(CESPE/UNB/PC AL/2012/Escrivão de Polícia/ Assunto abordado: CRIME) Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e os crimes contra a pessoa, julgue os itens que se seguem.

030. Se, após a regular apreensão de adolescente, a autoridade policial responsável deixar de comunicar, imediatamente, o fato à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, o delegado de polícia, por ter a incumbência legal de ordenar a lavratura do auto de apreensão e demais medidas dele decorrentes, será responsabilizado criminalmente por delito previsto no ECA.

031. Pratica o delito de sequestro ou cárcere privado previsto no CP aquele que apreende criança ou adolescente, encarcerando-o, contra o qual inexistir ordem judicial escrita, salvo se a apreensão for em flagrante de ato infracional.

032. O crime consistente na submissão de criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, por ser crime próprio, somente pode ser praticado por agentes do Estado.

033. (CESPE/MP-RO/2013/ ASSUNTO ABORDADO: DIREITO) No que concerne aos direitos da criança e do adolescente, em especial aos antecedentes históricos, aos direitos fundamentais, à política de organização e atendimento, ao conselho tutelar, às medidas de proteção e à atuação do MP, assinale a opção correta.

a) O MP possui legitimidade para tutelar os direitos coletivos lato sensu das crianças e dos adolescentes, prerrogativa que não se aplica à proteção dos direitos individuais homogêneos.

- b) A revolução trazida pelo Código de Menores, de 1979, colocou o Brasil no seleto rol das nações mais avançadas na defesa dos interesses da criança e do adolescente, titulares de direitos fundamentais.
- c) O ECA ratifica a CF com relação à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, indicando a responsabilidade de todos os entes da Federação e da sociedade com as questões infanto-juvenis.
- d) O estabelecimento do conselho tutelar como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional indica que essa autonomia é funcional e implica a subordinação desse órgão, na escala administrativo-hierárquica, aos órgãos da função executiva do Estado.
- e) O MP, em caso de omissão do conselho tutelar, tem a atribuição, imputada pelo ECA, de aplicar diretamente medida de proteção.

034. (CESPE/MP RO/2013/ ASSUNTO ABORDADO: PRINCÍPIO) Assinale a opção correta acerca da proteção do direito da criança e do adolescente preconizada pelo ECA.

- a) Pelo princípio da prioridade absoluta, o ECA garante a exclusividade na formulação e na execução de políticas sociais públicas direcionadas à criança e ao adolescente.
- b) O juízo da infância e da juventude, como todo órgão jurisdicional, possui órgãos auxiliares, diferenciando dos demais juízos, por possuir, como órgão auxiliar, equipe interprofissional.
- c) Ocorrendo a prática de infração por inimputável de doze anos de idade e não havendo flagrante, a autoridade policial deverá embasar seu julgamento na presença de indícios mínimos de autoria e materialidade do fato e na necessidade imperiosa da medida.
- d) O promotor de justiça, durante a oitiva informal de adolescente a quem seja atribuída a autoria de ato infracional, deverá assegurar a presença do advogado que representa o menor, o qual deverá inquirir o adolescente sobre os fatos a ele imputados na presença do promotor.
- e) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por portaria da autoridade judiciária, representação do MP, representação do conselho tutelar ou auto de infração lavrado por servidor efetivo.

035. (CESPE/MP TO/ ASSUNTO ABORDADO: RECURSO) Julgue o item abaixo.

Em todos os recursos, o prazo para o MP e para a defesa será sempre de 10 dias

GABARITO – LISTA 6

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. C | 13. C | 25. c |
| 2. E | 14. E | 26. d |
| 3. E | 15. E | 27. d |
| 4. X | 16. C | 28. e |
| 5. C | 17. C | 29. b |
| 6. E | 18. C | 30. E |
| 7. C | 19. c | 31. C |
| 8. C | 20. C | 32. C |
| 9. C | 21. C | 33. c |
| 10. C | 22. E | 34. b |
| 11. C | 23. d | 35. E |
| 12. E | 24. C | |

LISTA 7

001. (CÂMARA/2014/ANALISTA LEGISLATIVO/ Assunto abordado: CRIME – MEDIDA) – Acerca de ato infracional e medidas socioeducativas, bem como dos crimes e infrações praticados contra a criança e o adolescente, julgue os itens a seguir.

Julgue o item a seguir.

Caso um adolescente que faça parte de um grupo formado por adultos e que já tenha praticado, comprovadamente, diversos roubos com uso de arma de fogo seja apreendido, a ele deverá ser imposta — após o devido procedimento judicial — a medida socioeducativa denominada liberdade assistida.

002. Julgue o item a seguir.

Se um professor do ensino médio souber que aluno seu, adolescente, sofre maus-tratos em casa e não comunicar esse fato à autoridade competente, tal conduta caracterizará uma infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, e não, um crime.

003. (ASSUNTO ABORDADO: MEDIDA) Considere a seguinte situação hipotética.

Um jovem com quinze anos de idade, reunido com outros adolescentes, foi encontrado quando pichava prédios particulares, e, após ser apreendido pela polícia e levado ao Poder Judiciário, a autoridade competente determinou que o adolescente realizasse a pintura dos locais pichados, a fim de reparar o dano causado.

Nessa situação hipotética, a sanção aplicada ao adolescente não se compatibilizou com os ditames da aplicação das medidas socioeducativas, pois violou a dignidade da pessoa humana, tendo-se caracterizado como trabalho forçado.

Julgue os próximos itens, referentes ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às atribuições do conselho tutelar.

004. Caso o conselho tutelar entenda que o afastamento do convívio familiar é necessário, poderá decidir sobre a destituição do poder familiar, desde que informado ao Ministério Público.

005. As disposições do ECA aplicam-se apenas a crianças, indivíduos até doze anos de idade incompletos, e a adolescentes, indivíduos entre doze e dezoito anos de idade.

(CÂMARA/2014/ Assunto abordado: REMISSÃO – CT) Julgue os próximos itens, referentes ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

006. Ao ser contemplado com o benefício da remissão, o menor infrator adquire liberdade, permanecendo-se, contudo, a anotação do antecedente criminal.

007. O conselho tutelar é o órgão do Ministério da Justiça que tem a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

008. Nos casos de flagrante de ato infracional cometido sem uso de violência ou sem ocasionar risco à vida, o menor infrator poderá ser liberado da internação, mediante assinatura de termo por seu responsável legal.

Julgue os itens a seguir nos termos da Lei n. 8.069/1990, referentes aos Crimes e Infrações Administrativas:

009. Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no CP ou em legislação especial, a prescrição começa a correr da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação.

010. Descumprir, injustificadamente, prazo fixado no ECA em benefício de adolescente privado da liberdade caracteriza crime de menor potencial ofensivo e trata-se de crime omissivo próprio.

011. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente caracteriza crime e a consumação deste delito ocorre com o ato de publicação das imagens. Para fixação da competência, o critério adotado é o local onde o material é disponibilizado, independentemente dos locais em que terceiros o acessam segundo o STJ.

012. (MP PR/ 2011/ADAPTADA) Constitui crime, punido com reclusão, de 03 (três) a 06 (seis) anos, e multa, publicar, ou divulgar, por qualquer meio, inclusive por sistema de informática, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, incorrendo nas mesmas penas quem assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotos, cenas ou imagens. Nesta hipótese, a desabilitação do acesso ao conteúdo ilícito, após notificação oficial, constitui causa de diminuição de pena.

013. (TJ/CE/2012) As infrações administrativas previstas no ECA configuram condutas contrárias a preceitos normativos que estabelecem uma ingerência do Estado na vida das pessoas físicas ou jurídicas, com vistas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, apregoando sanções de cunho administrativo, ou seja, restritivas de direitos, mas não restritivas de liberdade.

(CESPE/PCDF/2013/ Assunto abordado: GARANTIAS) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os seguintes itens.

014. Em qualquer fase do procedimento relativo à prática de ato infracional, o adolescente possui o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável.

015. Para efeito de confrontação, mesmo que não haja dúvida fundada, o adolescente civilmente identificado será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais.

016. (CESPE/PCDF/2013/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) Considere a seguinte situação hipotética.

Afonso, que tem mais de vinte e um anos de idade, é primo da adolescente Z e, prevalecendo-se de sua relação de parentesco, embora não tenha autoridade sobre Z, divulgou na Internet cenas pornográficas de que a adolescente participou, sem que ela consentisse com a divulgação.

Nessa situação, devido à relação de parentesco existente, caso seja condenado pelo ato praticado, Afonso deverá ter sua pena aumentada.

017. (CESPE/JUIZ/BA/2014/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Policiais militares flagraram José, adolescente com quinze anos de idade, cometendo infração equiparada a crime de roubo, em coautoria com três imputáveis, mediante o uso de arma de fogo carregada. Considerando a situação hipotética apresentada e as normas previstas no ECA para o procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a opção correta.

a) Oferecida a representação, a autoridade judiciária deve designar audiência de apresentação do adolescente, oportunidade na qual, decidirá, após ouvi-lo, sobre a manutenção da internação provisória, que pode ser determinada pelo prazo máximo de cinco dias.

b) Na audiência, ouvidas as testemunhas arroladas na representação e na defesa prévia, cumpridas as diligências e juntado o relatório da equipe interprofissional, deve ser dada a palavra ao representante do MP e ao defensor público, sucessivamente, pelo tempo de vinte minutos para cada um, prorrogável por mais dez, a critério da autoridade judiciária, que, em seguida, proferirá decisão.

c) Os policiais militares devem encaminhar todos os agentes à delegacia especializada em defesa do patrimônio, ainda que no município exista repartição policial incumbida para o atendimento de adolescente em situação delituosa.

d) Após o comparecimento dos pais de José à delegacia, a autoridade policial deve liberá-lo imediatamente, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do MP, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil seguinte, sendo vedada, em qualquer circunstância, a sua internação provisória sem ordem judicial.

e) Após receber vistas do procedimento policial, com informação sobre os antecedentes de José, e ouvi-lo informalmente juntamente com seus pais, o promotor de justiça competente deve conceder remissão e arquivar os autos.

GABARITO – LISTA 7

- | | | |
|------|-------|-------|
| 1. C | 7. E | 13. C |
| 2. C | 8. C | 14. C |
| 3. E | 9. C | 15. E |
| 4. E | 10. C | 16. E |
| 5. E | 11. C | 17. b |
| 6. E | 12. E | |

LISTA 8

001. (AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL/2014/ ASSUNTO ABORDADO: CRIME) A respeito de aspectos penais e processuais penais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998), julgue os seguintes itens.

Considere que Sílvio, de vinte e cinco anos de idade, integrante de uma organização criminosa, com a intenção de aliciar menores para a prática de delitos, tenha acessado a sala de bate-papo em uma rede social na Internet e, após longa conversa, tenha induzido um menor a subtrair veículo de terceiro. Nessa situação hipotética, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para que Sílvio possa responder por crime tipificado no ECA, é necessário que seja provada a efetiva corrupção do menor.

002. (DEFENSOR PÚBLICO/PB/2014/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Tomando por base as disposições trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com relação à apuração do ato infracional praticado por adolescente, pode-se afirmar:

a) Se a autoridade policial que receber a ocorrência entender não ser caso de apreensão do adolescente em flagrante, mas ainda houver indícios de sua participação na prática de ato infracional, fará ela o encaminhamento de relatório de investigação e demais documentos ao representante do Ministério Público.

b) Em caso de não liberação do adolescente acusado da prática de ato infracional, a autoridade policial o encaminhará ao representante do Ministério Público e, em não sendo possível a apresentação imediata e não houver entidade de atendimento na região a recebê-lo, o mesmo permanecerá na repartição policial em local apropriado e separado dos demais, no período máximo de uma semana.

c) Em caso de flagrante por ato infracional não cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão em flagrante, não podendo substituí-lo por registro de boletim de ocorrência circunstanciado, remetendo-o à autoridade competente.

d) Em caso de apreensão em flagrante envolvendo coautoria entre adolescente e maior, mesmo onde houver repartição policial especializada para atendimento do primeiro, prevalecerá a repartição policial comum, haja vista que, nesse caso, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante delito. ATO INFRACIONAL

e) Apresentado o adolescente ao representante do Ministério Público, este procederá à sua oitiva informal, sempre que estiver acompanhado de seus pais ou responsável e, em caso de ausência destes no ato, procederá à redesignação de data.

003. (DEFENSOR PÚBLICO/PB/2014/ ASSUNTO ABORDADO: CONSELHO TUTELAR) É uma das atribuições do Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Oferecer em sua sede reforço escolar, a fim de garantir ações de complementação de contraturno escolar.
- b) Representar à autoridade judiciária em caso de ações de suspensão ou perda do poder familiar.
- c) Expedir notificações.
- d) Assessorar o Poder Legislativo na elaboração de leis que assegure direitos e garantias à criança e ao adolescente.
- e) Manter em sua sede um profissional da psicologia, a fim de garantir o atendimento psicológico às famílias.

004. (Assunto abordado: PODER FAMILIAR) a respeito da suspensão e perda do poder familiar, é correto afirmar:

- a) Se o requerido estiver preso, poderá ser citado na pessoa de seu advogado ou por edital.
- b) Serão decretadas somente por autoridade policial, em procedimento verificatório, no primeiro caso, e contraditório, no segundo.
- c) A suspensão não pode ser determinada liminarmente ou de forma incidental, pela autoridade judiciária, mas somente após a finalização do procedimento verificatório.
- d) O prazo máximo para conclusão do procedimento é de 120 (cento e vinte) dias, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- e) Somente a decisão judicial sobre perda, e não a suspensão do poder familiar, deverá ser averbada à margem do registro de nascimento da criança e do adolescente, independentemente do trânsito em julgado da decisão.

005. São linhas de ação da política de atendimento à criança e ao adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) retomar práticas referentes à doutrina da situação irregular, protegendo crianças e adolescentes de sua condição de vulnerabilidade social.
- b) realizar campanha de estímulo ao acompanhamento sob forma de guarda e adoção de crianças ou adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar.
- c) adotar práticas higienistas, cuidando para que crianças e adolescentes não fiquem expostos a riscos, recolhendo-os da situação de rua, caso nessa condição se encontrem.
- d) produzir cursos e organizar eventos que indiquem à opinião pública que o sistema de responsabilização do adolescente pela prática de ato infracional se coaduna com a doutrina da indiferença penal.
- e) estimular o recrudescimento no trato com as famílias que foram incluídas em programas de transferência de renda, mas que não reverteram tal benefício em prol da educação de suas crianças e adolescentes.

006. Com relação à medida socioeducativa aplicada a adolescente autor de ato infracional, é correto afirmar:

- a) No caso de ser ela a medida de advertência, esta será sempre na modalidade verbal, sem necessidade de redução de seu teor a termo.
- b) Não será levada em conta a gravidade da infração praticada.
- c) Em algumas hipóteses, poderá ser determinada a imposição de trabalho forçado, se o adolescente já tiver completado dezesseis anos de idade.
- d) A imposição do cumprimento de medida de semiliberdade se dará sempre como forma derivada de inserção em regime mais brando, não podendo o adolescente iniciar seu acompanhamento nessa modalidade.
- e) Levar-se-á em conta, para sua aplicação, a capacidade de o adolescente cumpri-la.

007. Em audiência instalada junto ao Fórum Especial da Infância e Juventude, nesta Capital, o magistrado competente tomou conhecimento de que um adolescente que cumpria medida socioeducativa em meio aberto estava sendo ameaçado de morte por traficantes de sua região, em razão da droga perdida quando de sua apreensão. Além de acionar o Programa de Proteção da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado, o d. magistrado expediu ofício à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município, determinando a realização de análise territorial sobre a capacidade protetiva da família, no sentido de conhecer a realidade local e a oferta de serviços capazes de atender à demanda. Tomando por base a Lei n. 8.742/93 e suas alterações, a diligência encaminhada à Secretaria de Assistência incide sobre seu objetivo legal de

- a) amparo a crianças e adolescentes.
- b) vigilância socioassistencial.
- c) proteção social.
- d) defesa de direitos.
- e) habilitação e reabilitação de pessoas.

008. (ASSUNTO ABORDADO: PROFISSIONALIZAÇÃO) Com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente a respeito do direito à profissionalização e à proteção no trabalho é correto afirmar, no caso de pedido de alvará judicial para autorização para o trabalho infantil, que este poderá ser concedido à criança ou ao adolescente, vencendo a limitação etária disposta em lei, em caso de:

- a) miserabilidade da família.
- b) emancipação.
- c) afastamento da criminalidade.
- d) sustento próprio.
- e) ensaio para espetáculo público.

009. Analisando-se os paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude, pode-se afirmar que antes da edição do Código de Mello Mattos, em 1927, vigorava o modelo:

- a) higienista.
- b) da situação irregular.
- c) penal indiferenciado.
- d) da proteção integral.
- e) da institucionalização para a proteção.

010. No que diz respeito à apuração de irregularidades em entidade de atendimento, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) a multa e a advertência que vierem a ser impostas em procedimento de apuração serão aplicadas ao dirigente da entidade ou ao programa de atendimento.
- b) instaurado o procedimento, o dirigente será citado para, em 15 (quinze) dias, apresentar resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar provas.
- c) o procedimento para apuração de irregularidades terá início somente por portaria da autoridade judiciária.
- d) em caso de instauração do procedimento respectivo, haverá, imediatamente, o afastamento provisório de seu dirigente, em virtude da matéria.
- e) instaurado o procedimento administrativo de apuração, não mais caberá a fixação de prazo, pelo juiz, para a remoção das irregularidades.

011. Diante do caráter excepcional e provisório da medida protetiva de acolhimento institucional, a Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ editou, recentemente, o Provimento 32/13, visando garantir a realização dos eventos conhecidos como “audiências concentradas”. A normativa estabelece:

- a) recomendação para que os processos referentes à medida de proteção sejam autuados em apenso a eventual ação de destituição do poder familiar, adoção ou outros procedimentos com rito próprio, a fim de possibilitar uma análise mais pormenorizada da situação do infante.
- b) sugestão de marcação dos autos com tarja específica que indique se tratar de infante acolhido, evitando-se a juntada de fotografia da criança ou adolescente para preservá-lhe a identidade.
- c) o dever de que magistrados realizem as “audiências concentradas” anualmente, sendo facultativa sua realização em intervalos semestrais, desde que a entidade cumpra as exigências do art. 94, inciso XIV, do ECA.
- d) o dever de se lavrar atas que discorram sobre a realização das audiências concentradas, arquivando-as por unidade de acolhimento institucional, facultando-se a instauração de um único processo de acompanhamento em caso de Comarcas de pouco fluxo e caso a gestão das unidades pertencer à mesma entidade governamental ou não governamental.

e) recomendação ao juiz para que encaminhe cópia dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para reexame nos termos do art. 28 do CPP, quando o Promotor de Justiça entender pela manutenção do acolhimento institucional, sem propositura de ação para destituição do poder familiar, em caso de acolhimento que perdure por mais de 06 meses.

012. (ASSUNTO ABORDADO: REMISSÃO) O adolescente Renan foi ouvido pelo Promotor de Justiça da Vara Especial da Infância e Juventude da Comarca da Capital, nos termos do art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente, após ter sido surpreendido em um supermercado, tentando subtrair chocolates. Após a oitiva informal, o d. Promotor decidiu pela concessão de remissão, submetendo-a à homologação judicial. Tal instituto refere-se à remissão como forma de:

- a) perdão judicial.
- b) suspensão do processo.
- c) extinção do processo.
- d) exclusão do processo.
- e) arquivamento dos autos

QUESTÕES CARREIRA POLICIAL

013. (Delegado 2003/CESPE/ Assunto abordado: ATO INFRACIONAL) -Com referência aos crimes contra crianças e adolescentes, tortura e abuso de autoridade, julgue os itens que se seguem.

Considere a seguinte situação hipotética. A autoridade policial, suspeitando que um menor de treze anos de idade havia participado da subtração de toca-fitas de veículos estacionados nas adjacências de uma delegacia, efetuou a sua prisão, sem existência do flagrante de ato infracional ou de ordem escrita da autoridade judiciária competente.

014. (DELEGADO SP/2003/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) Nos termos da Lei n.º 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

- a) consideram-se atos infracionais, apenas as condutas descritas como crime.
- b) a medida de internação poderá ser aplicada nos casos de descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.
- c) não caberá internação por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- d) o Ministério Público não poderá conceder a remissão, antes de iniciado o procedimento judicial, como forma de exclusão do processo.

015. (DELEGADO/ DF/2004/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) De acordo com a Lei 8.069/90, é INCORRETO afirmar que:

- a) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;
- b) o adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos;
- c) a apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada;
- d) examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de internação imediata, em respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento;
- e) a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, devendo a decisão ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida

016. (DELEGADO – MT/2005) A autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente deve comunicar imediatamente CRIME

- a) a autoridade judiciária competente e a família do apreendido ou a pessoa por ele indicada.
- b) a autoridade judiciária competente e, no prazo de cinco dias, a família do apreendido.
- c) a família do apreendido e, no prazo de cinco dias, a autoridade judiciária competente.
- d) a autoridade judiciária competente e, apenas no caso de menor de doze anos, a família do apreendido.
- e) a família do apreendido, para indicação de seu defensor.

017. (Delegado Federal/2004/CESPE/ Assunto abordado: ATO INFRACIONAL) – Um agente de polícia federal verificou que o adolescente Juliano havia acabado de adquirir 30 g de maconha para seu consumo pessoal e que ele trazia consigo a droga. Nessa situação, seria ilícito que o referido agente apreendesse Juliano em flagrante, porque adolescentes somente podem ser apreendidos em flagrante pela prática de atos infracionais que envolvam violência ou ameaça a terceiros.

018. (DELEGADO/2006/ACAFE SC/ ASSUNTO ABORDADO: ATO INFRACIONAL) A autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente deve comunicar imediatamente

- a) a autoridade judiciária competente e a família do apreendido ou a pessoa por ele indicada.
- b) a autoridade judiciária competente e, no prazo de cinco dias, a família do apreendido.
- c) a família do apreendido e, no prazo de cinco dias, a autoridade judiciária competente.
- d) a autoridade judiciária competente e, apenas no caso de menor de doze anos, a família do apreendido.
- e) a família do apreendido, para indicação de seu defensor.

019. (DELEGADO/2006) Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a alternativa correta é:

- a) São penalmente imputáveis os menores de 18 (dezoito) anos, sujeitos às medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) A internação antes da sentença pode ser determinada pelo prazo máximo de 81 (oitenta e um) dias.
- c) Em cada comarca haverá no mínimo um Conselho Tutelar composto de 3 (três) membros escolhidos pela comunidade local, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- d) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

020. (CESPE/CEBRASPE/ TJDFT/JUIZ TJDF/ 2014/ ASSUNTO ABORDADO: COMPETÊNCIA - RECURSO) No que se refere à justiça da infância e da juventude, aos aspectos processuais, aos procedimentos especiais e recursos, assinale a opção correta de acordo com o ECA e o entendimento do STJ.

- a) Caberá recurso de apelação contra a sentença que julgar procedente pedido de adoção nacional ou internacional, devendo, em ambos os casos, o recurso ser recebido exclusivamente no efeito devolutivo.
- b) Durante a apuração de ato infracional, havendo confissão judicial do adolescente, após regular entrevista reservada com o seu defensor, as partes poderão desistir da produção de outras provas, sem que isso acarrete qualquer nulidade.
- c) O padrasto carece de legitimidade ativa e interesse de agir para postular a destituição do poder familiar do pai biológico, ainda que pretenda adotar o infante.
- d) O juízo da infância e da juventude é competente para disciplinar, por meio de portaria de caráter geral e abstrato, o horário máximo de permanência, nas ruas, de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsável legal.
- e) No procedimento de colocação da criança ou adolescente em família substituta, dispensa-se a assistência de advogado caso os pais sejam falecidos, hajam aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, ou, ainda, seu poder familiar tenha sido destituído ou suspenso.

021. Em relação ao acesso à justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos, à atuação do juiz da infância e da juventude, ao MP e suas atribuições e à ACP, assinale a opção correta consoante as normas do ECA e o entendimento do STJ.

a) Em ACP ajuizada pelo MP com o objetivo de fornecer, gratuitamente, medicamento a uma única criança cujos pais sejam desprovidos de recursos financeiros, o juiz deve, ao despachar a inicial, reconhecer de plano a ilegitimidade do parquet e abrir vista dos autos à DP, para que esta tome as providências que entender cabíveis.

b) O juiz deve nomear a DP para atuar como curadora especial da criança ou do adolescente nas ações ajuizadas pelo MP, nos processos em que o infante não seja parte, como nas ações de destituição de poder familiar.

c) O MP detém legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em favor de criança e de adolescente, nas seguintes hipóteses, não cumulativas: suspensão ou destituição do poder familiar; situação de violação ou de ameaça de violação a direitos fundamentais do infante; inexistência de atuação regular da DP. D. O juízo do local onde tenha ocorrido ou possa ocorrer a ação ou omissão lesiva é absolutamente competente para processar e julgar as ações coletivas propostas em defesa dos interesses do público infante-juvenil, mesmo na hipótese de a União figurar como ré.

e) Após o trânsito em julgado da sentença proferida em ACP ajuizada na defesa dos interesses da criança e do adolescente contra o poder público, o juiz determinará o envio de peças do processo à autoridade competente, para a apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão lesiva.

022. No que se refere ao ato infracional, às medidas socioeducativas, à remissão e às garantias processuais, assinale a opção correta conforme as normas estabelecidas no ECA e o entendimento do STJ.

a) A prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, em razão da sua gravidade para a sociedade, justifica que o juiz imponha ao adolescente medida socioeducativa de internação, ainda que se trate da primeira representação contra o menor.

b) A internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Se o ato infracional for gravíssimo e não houver na cidade estabelecimento apropriado, permite-se que o adolescente cumpra a medida em penitenciária, desde que em ala isolada dos adultos.

c) A medida socioeducativa de advertência, assim como algumas medidas específicas de proteção, pode ser imposta ao adolescente pela prática de ato infracional, ainda que não haja provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.

- d) Ao aceitarem os termos da remissão concedida pelo juiz ou pelo promotor de justiça, o adolescente e sua defesa técnica reconhecem haver nos autos provas suficientes da autoria e da materialidade do ato infracional, de modo que, caso o adolescente descumpra o acordo, o juiz pode, de imediato, proferir sentença impondo-lhe medida socioeducativa.
- e) O juiz deve indeferir o pedido do MP de homologação de remissão cumulada com medida de serviços à comunidade, dada a competência exclusiva do Poder Judiciário para a imposição de qualquer medida socioeducativa.

023. (TJDFT/JUIZ/2014) – No que se refere ao princípio da prioridade absoluta, ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e aos direitos fundamentais previstos no ECA e na CF, assinale a opção correta.

- a) Conforme atual entendimento do STJ e do STF, o município é obrigado a atender, em creches e pré-escolas, crianças de zero a seis anos de idade, desde que haja previsão orçamentária específica para esse fim previamente aprovada pelo Poder Legislativo municipal.
- b) O direito ao reconhecimento do estado de filiação é personalíssimo e indisponível, podendo ser exercido, a qualquer tempo, contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.
- c) É direito de todas as crianças e adolescentes serem educados e cuidados pelos pais sem o uso de tratamento cruel, desumano, vexatório ou constrangedor, admitindo a legislação a imposição de castigos físicos e morais, desde que não haja lesão corporal de natureza grave ou gravíssima e humilhação em público.
- d) Pelo princípio da prioridade absoluta, cujo caráter é programático e educativo, o atendimento às crianças e aos adolescentes deve ser assegurado, em regra, antes de qualquer outro público, exceto nos casos previstos em lei com vigência posterior ao ECA, a exemplo do Estatuto do Idoso.
- e) O juiz deve restringir a interpretação da norma legal sob a luz do princípio do melhor interesse aos casos em que verifique haver ameaça ou violação aos direitos à vida, à integridade física e à saúde de crianças e adolescentes.

024. (TJDFT/JUIZ/2014) – A respeito da adoção, da guarda e da perda do poder familiar, assinale a opção correta de acordo com o ECA e com a jurisprudência do STJ.

a) Será vedado ao juiz julgar procedente o pedido de adoção póstuma quando a ação for ajuizada após o falecimento do adotante, mesmo que haja provas contundentes da inequívoca vontade do de cujus em adotar, como o tratamento do adotando como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição.

b) O juiz deve adotar a ordem cronológica de inscrição dos pretendentes à adoção do cadastro próprio como critério absoluto para o deferimento da adoção, mesmo que, por questões fáticas, fique comprovado haver forte vínculo afetivo entre a criança e os guardiões de fato.

c) O trânsito em julgado de sentença criminal condenatória na qual tenha sido estipulada pena restritiva de liberdade acima de oito anos de reclusão implica a destituição do poder familiar do pai ou da mãe sentenciados, ainda que a vítima do crime eventualmente praticado não tenha sido o próprio filho.

d) A criança e o adolescente têm o direito de visitar, periodicamente, a mãe ou o pai privado de liberdade, para fins de manutenção da convivência familiar, desde que autorizada judicialmente, após a comprovação de que o ambiente penitenciário não irá prejudicar o regular desenvolvimento psicológico do infante.

e) Ao neto que vive sob a guarda judicial conferida ao avô é assegurada a condição de dependente, tendo ele direito, por exemplo, à pensão por morte, mesmo que haja norma legal previdenciária em sentido contrário.

025. (CESPE/ CEBRASPE/ TJDFT/APLICAÇÃO: 2014) No que se refere à justiça da infância e da juventude, aos aspectos processuais, aos procedimentos especiais e recursos, assinale a opção correta de acordo com o ECA e o entendimento do STJ.

a) Caberá recurso de apelação contra a sentença que julgar procedente pedido de adoção nacional ou internacional, devendo, em ambos os casos, o recurso ser recebido exclusivamente no efeito devolutivo.

b) Durante a apuração de ato infracional, havendo confissão judicial do adolescente, após regular entrevista reservada com o seu defensor, as partes poderão desistir da produção de outras provas, sem que isso acarrete qualquer nulidade.

c) O padrasto carece de legitimidade ativa e interesse de agir para postular a destituição do poder familiar do pai biológico, ainda que pretenda adotar o infante.

d) O juízo da infância e da juventude é competente para disciplinar, por meio de portaria de caráter geral e abstrato, o horário máximo de permanência, nas ruas, de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsável legal.

e) No procedimento de colocação da criança ou adolescente em família substituta, dispensa-se a assistência de advogado caso os pais sejam falecidos, hajam aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, ou, ainda, seu poder familiar tenha sido destituído ou suspenso.

026. (CESPE/ CEBRASPE/ TJDFT/ APLICAÇÃO: 2014) Em relação ao acesso à justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos, à atuação do juiz da infância e da juventude, ao MP e suas atribuições e à ACP, assinale a opção correta consoante as normas do ECA e o entendimento do STJ.

a) Em ACP ajuizada pelo MP com o objetivo de fornecer, gratuitamente, medicamento a uma única criança cujos pais sejam desprovidos de recursos financeiros, o juiz deve, ao despachar a inicial, reconhecer de plano a ilegitimidade do parquet e abrir vista dos autos à DP, para que esta tome as providências que entender cabíveis.

b) O juiz deve nomear a DP para atuar como curadora especial da criança ou do adolescente nas ações ajuizadas pelo MP, nos processos em que o infante não seja parte, como nas ações de destituição de poder familiar.

c) O MP detém legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em favor de criança e de adolescente, nas seguintes hipóteses, não cumulativas: suspensão ou destituição do poder familiar; situação de violação ou de ameaça de violação a direitos fundamentais do infante; inexistência de atuação regular da DP.

d) O juízo do local onde tenha ocorrido ou possa ocorrer a ação ou omissão lesiva é absolutamente competente para processar e julgar as ações coletivas propostas em defesa dos interesses do público infante-juvenil, mesmo na hipótese de a União figurar como ré.

e) Após o trânsito em julgado da sentença proferida em ACP ajuizada na defesa dos interesses da criança e do adolescente contra o poder público, o juiz determinará o envio de peças do processo à autoridade competente, para a apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão lesiva.

027. (CESPE/ CEBRASPE/ TJDFT/ APLICAÇÃO: 2014) No que se refere ao ato infracional, às medidas socioeducativas, à remissão e às garantias processuais, assinale a opção correta conforme as normas estabelecidas no ECA e o entendimento do STJ.

a) A prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, em razão da sua gravidade para a sociedade, justifica que o juiz imponha ao adolescente medida socioeducativa de internação, ainda que se trate da primeira representação contra o menor.

b) A internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Se o ato infracional for gravíssimo e não houver na cidade estabelecimento apropriado, permite-se que o adolescente cumpra a medida em penitenciária, desde que em ala isolada dos adultos.

c) A medida socioeducativa de advertência, assim como algumas medidas específicas de proteção, pode ser imposta ao adolescente pela prática de ato infracional, ainda que não haja provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.

- d) Ao aceitarem os termos da remissão concedida pelo juiz ou pelo promotor de justiça, o adolescente e sua defesa técnica reconhecem haver nos autos provas suficientes da autoria e da materialidade do ato infracional, de modo que, caso o adolescente descumpra o acordo, o juiz pode, de imediato, proferir sentença impondo-lhe medida socioeducativa.
- e) O juiz deve indeferir o pedido do MP de homologação de remissão cumulada com medida de serviços à comunidade, dada a competência exclusiva do Poder Judiciário para a imposição de qualquer medida socioeducativa.

028. (CESPE/ CEBRASPE/ TJDFT/ APLICAÇÃO: 2014) A respeito dos crimes contra a criança e o adolescente, assinale a opção correta.

- a) Suponha que Marcos, maior imputável, subtraia, em coautoria com o adolescente Ricardo, menor com várias condenações por atos infracionais anteriores, o celular de uma mulher, mediante grave ameaça com emprego de arma de fogo. Nessa hipótese, Marcos responderá somente pelo crime de roubo duplamente circunstanciado.
- b) É da justiça estadual a competência para processar e julgar o delito de divulgação de pornografia infantil, ainda que o material pornográfico ultrapasse as fronteiras nacionais, visto que não há, nesse caso, interesse da União a atrair a competência da justiça federal.
- c) A mera exibição, em fotografia ou vídeo, dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais é insuficiente para a configuração dos crimes que, previstos no ECA, estejam relacionados a imagens de pornografia infantil.
- d) Considere que se constate, durante inquérito policial, que Alberto, maior imputável, armazenava em seu computador dois vídeos com cenas pornográficas envolvendo criança ou adolescente e que se comprove que o indiciado não tenha comprado nem distribuído os vídeos, mas apenas feito o download na Internet. Nessa situação hipotética, Alberto responderá por crime previsto no ECA, com direito à redução de um a dois terços da pena prevista, em razão da pequena quantidade de material armazenado.
- e) Responderá por crime previsto no ECA aquele que venda a criança ou adolescente fogo de estampido, ainda que incapaz de provocar qualquer lesão física em caso de utilização indevida.

GABARITO – LISTA 8

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. E | 11. e | 21. c |
| 2. a | 12. d | 22. x |
| 3. c | 13. E | 23. b |
| 4. d | 14. b | 24. e |
| 5. b | 15. d | 25. e |
| 6. e | 16. a | 26. c |
| 7. b | 17. E | 27. x |
| 8. e | 18. a | 28. d |
| 9. c | 19. d | |
| 10. a | 20. e | |

LISTA 9

001. (CESPE/ 2017/PC GO/DELEGADO) Com base no disposto no ECA, assinale a opção correta.

- a) Cabe à autoridade judiciária ou policial competente a aplicação das medidas específicas de proteção relacionadas no ECA, mediante prévia notificação do conselho tutelar.
- b) É cabível a aplicação de medida socioeducativa de internação ao penalmente imputável com idade entre dezoito e vinte e um anos e que era menor à época da prática do ato infracional.
- c) Não há prazo mínimo para o cumprimento da liberdade assistida fixada pelo ECA, sendo o limite fixado de acordo com a gravidade do ato infracional e as circunstâncias de vida do adolescente.
- d) O crime de corrupção de menores se consuma quando o infrator pratica infração penal com o menor ou o induz a praticá-la, sendo imprescindível, para sua configuração, a prova da efetiva corrupção do menor.
- e) O ECA prevê expressamente os prazos de prescrição das medidas socioeducativas.

002. (CESPE/2017/PC GO/DELEGADO) Considerando o atual entendimento dos tribunais superiores quanto aos institutos do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto do Desarmamento e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- a) Ao estabelecer prazo para a regularização dos registros pelos proprietários e possuidores de armas de fogo, o Estatuto do Desarmamento criou situação peculiar e temporária de atipicidade das condutas de posse e porte de arma de fogo de uso permitido e restrito.
- b) Aquele que fornece a adolescente, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito ou proibido fica sujeito à sanção penal prevista no ECA, em decorrência do princípio da especialidade.
- c) Pessoa jurídica não pode figurar como sujeito passivo de infração penal consumerista, porquanto não se enquadra no conceito de consumidor.
- d) A conduta daquele que promove propaganda enganosa capaz de induzir o consumidor a se comportar de maneira prejudicial à sua saúde somente é penalmente punível diante da ocorrência de resultado danoso.
- e) O porte ou a posse simultânea de duas ou mais armas de fogo de uso restrito ou proibido não configura concurso formal, mas crime único, pois a situação de perigo é uma só.

(Cespe/ 2017/Monitor/SEEDF) À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei n.º 8.069/1990 — e da CF, julgue os itens seguintes.

003. Situação hipotética: Paula, que tem doze anos de idade e é aluna do sétimo ano do ensino fundamental, discordou dos critérios de avaliação propostos pela professora de sua classe durante uma avaliação da aprendizagem. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o ECA, se houver recusa da referida professora em rever os critérios de avaliação, Paula terá direito de contestar os critérios avaliativos no conselho de classe da escola.

004. Conforme o ECA, professores que submeterem estudantes sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento serão passíveis de detenção de um a seis meses.

005. Situação hipotética: Lorena, que tem dez anos de idade, relatou à sua professora que está sofrendo maus-tratos em casa. Assertiva: Nesse caso, a professora deverá relatar o episódio ao diretor da escola; este, por sua vez, terá de, imediatamente, comunicar o caso ao conselho tutelar, sendo o injustificável retardamento e(ou) a omissão puníveis na forma estabelecida no ECA.

006. Os conselhos tutelares das regiões administrativas do DF são compostos por seis membros indicados pela SEE/DF, com mandatos fixos de quatro anos.

007. Situação hipotética: Maurício completou quatorze anos de idade e deseja trabalhar, mas não quer abandonar seus estudos. Assertiva: Nesse caso, o direito de proteção especial permite que Maurício seja admitido ao trabalho, cabendo ao Estado garantir seu acesso à escola.

008. (FUNRIO/2017/PM GO) Conforme o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei N. 8.069/1990), constitui crime:

- a) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, ainda que resultante de flagrante de ato infracional.
- b) prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, independentemente de paga ou recompensa.
- c) vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, desde que onerosamente, de qualquer forma, a criança ou o adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- d) corromper ou facilitar a corrupção de menor de 21 (vinte e um) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.
- e) promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

GABARITO – LISTA 9

1. b

2. E

3. C

4. E

5. C

6. E

7. C

8. e

LISTA 10

001. (CEBRASPE/DELEGADO PE/2016) Por ser crime material, o crime de corrupção de menores consuma-se no momento em que há a efetiva prova da prática do delito e a efetiva participação do inimputável na empreitada criminosa. Assim, se o adolescente possuir condenações transitadas em julgado na vara da infância e da juventude, em decorrência da prática de atos infracionais, o crime de corrupção de menores será impossível, dada a condição de inimputável do corrompido.

(CEBRASPE/AGENTE PE/2016). Julgue os itens:

002. São inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e(ou) outras medidas previstas no ECA.

003. São inimputáveis os menores de vinte e um anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e(ou) outras medidas previstas no ECA.

004. (CESPE/DELEGADO) Conforme disciplina do ECA:

- a) tratando-se de ato infracional, todas as medidas investigatórias serão tomadas pelo MP.
- b) é impossível a apreensão em flagrante de adolescente, que ficará custodiado quando se tratar de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.
- c) os adolescentes são aqueles que possuem entre quatorze e dezoito anos.
- d) o ato infracional cometido por adolescente aos dezesseis anos só enseja a adoção de medidas até os dezoito anos de idade, ocasião em que este passa a ser imputável.
- e) a autoridade policial que divulgar à imprensa a identidade do adolescente infrator comete crime.

005. (FUNIVERSA/2015). Em relação às medidas socioeducativas previstas no ECA, assinale a alternativa correta.

- a) A advertência consiste em admoestação verbal, que deve ser reduzida a termo e assinada, podendo ser aplicada sempre que houver indícios da materialidade e autoria.
- b) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a um ano, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, entre outros.
- c) Na prestação de serviços comunitários, as tarefas devem ser atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas diárias, nos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, desde que não prejudiquem a frequência do adolescente na escola ou no trabalho.

d) A liberdade assistida deve ser fixada pelo prazo máximo de seis meses, podendo, a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo-se o orientador, o Ministério Público e o defensor.

e) O regime de semiliberdade não comporta prazo determinado, podendo ser determinado desde o início ou como transição para o meio aberto, sendo possível a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.

006. (FUNIVERSA/2015) Márcio e Maria, que vivem em união estável, afeiçoaram-se a Jorge, menor com dez anos de idade cuja responsável legal está presa. Com base nesse caso hipotético e no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta.

a) Caso Márcio e Maria tenham respectivamente 25 e 24 anos de idade e comprovem a estabilidade da família, estarão habilitados à adoção de Jorge.

b) Caso Márcio e Maria estejam com a guarda de fato de Jorge, dispensa-se a realização do estágio de convivência.

c) Na hipótese de Márcio e Maria optarem pela dissolução da união estável, o processo de adoção de Jorge será interrompido e arquivado. Caso um deles ainda tenha interesse na adoção, deverá reiniciar o processo individualmente.

d) O consentimento da representante legal em relação à adoção é dispensável, pois, ao ser presa, ela ficou privada do poder familiar. Nesse caso, Jorge será ouvido a respeito da adoção, sendo seu consentimento obrigatório.

e) Na hipótese de Márcio falecer no curso do procedimento de adoção, ainda assim a adoção poderá ser deferida se houve inequívoca manifestação de vontade por parte do adotante antes do óbito.

007. (FUNIVERSA/2015) – Em relação aos recursos previstos no ECA, assinale a alternativa correta.

a) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo, terão preferência de julgamento e dispensarão revisor.

b) Em todos os recursos a que estão sujeitas as decisões do juiz da Infância e da Juventude, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será de dez dias.

c) Na apelação e no agravo de instrumento, não se admite juízo de retratação, devendo a autoridade judiciária determinar a remessa à instância superior caso seja tempestivo.

d) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar deve ficar sujeita à apelação, que, por sua vez, deve ser recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.

e) Os recursos, nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar, devem ser processados com prioridade, sendo logo distribuídos e colocados para julgamento após a revisão.

008. (FUNIVERSA/2015) É crime previsto no ECA

- a) deixar o médico de comunicar à autoridade competente os casos de seu conhecimento que envolvam suspeita de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- b) deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- c) descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrentes de tutela ou guarda.
- d) hospedar crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou dos responsáveis, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.
- e) exhibir filmes, trailers, peças, amostras ou congêneres classificados pelo órgão competente como inadequados a crianças ou adolescentes admitidos no espetáculo.

009. (FUNIVERSA/2015) Um brasileiro com dez anos de idade pode viajar para

- a) comarca contígua a da sua residência, localizada em outra unidade da federação, sem a necessidade de autorização judicial ou do representante legal.
- b) fora da comarca onde reside, sem a necessidade de autorização judicial, desde que acompanhado de colateral até o 3º grau maior de idade, comprovando-se documentalmente o parentesco.
- c) fora da comarca onde reside, desde que acompanhado de pessoa maior de idade, sendo necessária a autorização judicial.
- d) o exterior, desde que acompanhado de estrangeiro residente em outro país, sendo necessária apenas a autorização expressa do pai e da mãe.
- e) o exterior, na companhia de um dos pais, sendo necessária a autorização judicial.

010. (PC GO/2016) Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

- a) prestação de serviços à comunidade
- b) internação em estabelecimento educacional
- c) requisição de tratamento psicológico
- d) inserção em regime de semiliberdade
- e) liberdade assistida.

011. Alice, de dez anos de idade, moradora de Goiânia – GO, irá viajar para Salvador – BA e, posteriormente, para o exterior. Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.069/1990, se estiver acompanhada de um

a) dos pais, Alice precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA e para o exterior.

b) tio que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA.

c) irmão maior de dezoito anos que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.

d) primo adolescente, Alice poderá viajar para Salvador – BA, independentemente de qualquer tipo de autorização.

e) dos pais, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.

012. (PROMOTOR RR/CESPE/2017) Segundo o ECA, “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.” Nesse sentido, entende-se por

I. castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente e que lhes cause sofrimento físico ou lesão.

II. tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que lhes humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

III. tratamento cruel ou degradante a alienação parental praticada por um dos genitores, por ser uma forma de humilhar a criança ou o adolescente. Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

013. (PROMOTOR RR/CESPE/2017) Com relação ao conselho tutelar, julgue os itens a seguir.

I – É órgão permanente e vinculado ao Poder Judiciário, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

II – As suas atribuições incluem requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente quando necessário.

III – O processo de escolha dos membros que compõem o conselho ocorre a cada quatro anos; a posse dos novos conselheiros ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

014. (PROMOTOR RR/CESPE/2017) De acordo com o ECA, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, a concessão da remissão como forma de exclusão do processo compete

- a) à autoridade policial.
- b) à autoridade judiciária.
- c) ao MP.
- d) ao conselho tutelar.

015. (PROMOTOR RR/CESPE/2017) De acordo com os princípios orientadores do direito da criança e do adolescente, em favor deles deve ser dada primazia em todas as esferas de interesse, seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar. Tal tratamento não comporta questionamentos ou ponderações, pois foi essa a escolha nacional por meio do legislador constituinte. De acordo com a doutrina, tal primazia corresponde ao princípio

- a) da municipalização.
- b) da prevenção especial.
- c) da prioridade absoluta.
- d) do interesse superior da criança e do adolescente.

016. (PROMOTOR RR /CESPE/2017) Com base na legislação relativa às crianças e aos adolescentes, julgue os itens que se seguem.

I – A criança e o adolescente têm o direito de ser criados em suas famílias naturais, embora, em determinados momentos, possa ser necessária sua colocação em família substituta.

II – A guarda pressupõe a obrigação da prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, e o seu detentor poderá opor-se a terceiros, destes excetuados os pais da criança ou do adolescente.

III – A tutela pressupõe a prévia perda do poder familiar, mas nem sempre implicará o dever de guarda.

IV – Além de ser orientada pelo princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente, a adoção deverá representar real vantagem para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV

017. (PROMOTOR RR/CESPE/2017) De acordo com as disposições do ECA, cometerá infração administrativa

- I. o médico que não comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, que envolvam suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- II. a autoridade competente que, sem justa causa, deixar de ordenar a imediata liberação da criança ou do adolescente, logo que tenha conhecimento da ilegalidade de sua apreensão.
- III. aquele que, tendo o dever de autoridade, de guarda ou de vigilância sobre criança ou adolescente, o submeta a vexame ou constrangimento.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

018. (MP SP/2017) A respeito do delito de corrupção de menores, tipificado no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que se trata de crime

- a) material, em ambas as modalidades, pois a consumação do delito ocorre com a efetiva prática da infração penal pelo adolescente em concurso com o agente capaz ou após ter sido por este instigado.
- b) formal, em ambas as modalidades, pois a consumação do delito ocorre independentemente da prática da infração penal para a qual o adolescente foi convidado, mediante concurso, ou instigado, bastando a prova de que foi efetivamente corrompido pela conduta do agente maior.
- c) formal, em ambas as modalidades, pois a consumação do delito se dá independentemente da prova de que o adolescente tenha sido corrompido pelo agente capaz, mostrando-se irrelevante, para a tipificação penal, o fato de o menor ter registro de passagens anteriores pela prática de atos infracionais.

d) material, na modalidade de praticar a infração penal com o adolescente, e formal, na modalidade de induzir o adolescente a praticá-la, pois, neste último caso, o crime se consuma independentemente do sucesso do induzimento.

e) material, em ambas as modalidades, pois a consumação do delito depende de prova de que o menor de 18 anos tenha sido efetivamente corrompido pelo agente capaz, não incidindo o tipo penal acaso demonstrado que o adolescente já havia sido corrompido, vez que reincidente na prática de atos infracionais.

Texto I. Em determinado dia — dia X —, foi registrado flagrante relativo ao cometimento de condutas tidas por criminosas por: André, com dez anos de idade, Bruna, com treze anos de idade, Carla, com dezessete anos de idade, e Diego, com dezoito anos de idade completados no referido dia.

019. Na situação hipotética descrita no texto I, conforme as disposições do ECA e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, no dia X,

a) poderiam ser aplicadas a Bruna, Carla e Diego medidas socioeducativas previstas no ECA, desde que presentes os requisitos legais.

b) Bruna e Carla seriam consideradas adolescentes à luz do ECA, ainda que, para a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, todos os indivíduos referidos fossem considerados crianças.

c) Bruna, Carla e Diego não seriam considerados crianças à luz do ECA, ao passo que, conforme a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, André, Bruna e Carla seriam considerados como tal.

d) os quatro indivíduos referidos seriam considerados crianças, e a eles poderiam ser aplicadas medidas socioeducativas previstas no ECA.

e) Bruna e Carla seriam consideradas adolescentes, porém, mesmo se presentes os requisitos legais, a elas não poderiam ser aplicadas medidas de proteção previstas no ECA.

020. (MP SP 2017) Dentre as medidas específicas de proteção, textualmente previstas no art. 101 da Lei Federal no 8.069/90, não se encontra arrolada a de

a) abrigo em entidade.

b) encaminhamento aos pais mediante termo de responsabilidade.

c) requisição de tratamento psiquiátrico em regime hospitalar.

d) colocação em família substituta.

e) acolhimento institucional.

GABARITO – LISTA 10

1. E**2. C****3. E****4. e****5. e****6. e****7. a****8. b****9. b****10. c****11. b****12. c****13. b****14. c****15. c****16. b****17. b****18. c****19. c****20. a**

LISTA 11

QUESTÕES MAIS RECENTES DA LEI N. 8/069/1990

001. (PCMA/2018) Com relação aos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente que disciplinam a aplicação das medidas socioeducativas, assinale a opção correta.

- a) A remição pré-processual concedida pelo MP poderá ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.
- b) A medida socioeducativa de liberdade assistida terá como prazo máximo de duração a pena mínima estabelecida para o tipo penal praticado.
- c) O início do cumprimento de qualquer medida socioeducativa pelo autor de ato infracional somente ocorrerá quando este ainda não tiver completado dezoito anos de idade.
- d) A medida de internação provisória determinada cautelarmente terá duração máxima de quarenta e cinco dias, prorrogável, por duas vezes, por igual período.
- e) A medida de internação definitiva não comporta prazo determinado, mas, em nenhuma hipótese, excederá a três anos.

002. (CESPE/2018/DP PE) A respeito do poder familiar dos pais, assinale a opção correta.

- a) A condenação criminal do pai ou da mãe implica a destituição automática do poder familiar, especialmente no caso de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão praticado contra o próprio filho ou filha.
- b) O poder familiar será exercido apenas pelo pai, a quem compete prover o sustento e o bem-estar da família.
- c) O fato de a mãe e o pai terem direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança implica que apenas as crenças e culturas que lhes sejam comuns deverão ser transmitidas às crianças.
- d) A perda do poder familiar poderá ser decretada pelo conselho tutelar do município no caso de descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos.
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; nesse caso, a família deverá ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.

003. (CESPE/2018/DP PE) Ao adolescente que pratica ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar as medidas de

- a) reparação do dano com a prestação de serviços, liberdade condicional e acolhimento institucional.
- b) internação em estabelecimento educacional, obrigação de reparar o dano e advertência.
- c) advertência, obrigação de reparação do dano e prestação de serviços à vítima, se houver.
- d) liberdade assistida, inserção em regime prisional e internação em estabelecimento médico-psiquiátrico.
- e) obrigação de reparação pecuniária do dano, inserção em regime prisional e advertência.

004. (PROMOTOR RR/CESPE/2017) De acordo com as disposições do ECA, cometerá infração administrativa

- I. o médico que não comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, que envolvam suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente.
- II. a autoridade competente que, sem justa causa, deixar de ordenar a imediata liberação da criança ou do adolescente, logo que tenha conhecimento da ilegalidade de sua apreensão.
- III. aquele que, tendo o dever de autoridade, de guarda ou de vigilância sobre criança ou adolescente, o submeta a vexame ou constrangimento.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

005. (MPSP/2017) Dentre as medidas específicas de proteção, textualmente previstas no art. 101 da Lei Federal no 8.069/90, não se encontra arrolada a de

- a) abrigo em entidade.
- b) encaminhamento aos pais mediante termo de responsabilidade.
- c) requisição de tratamento psiquiátrico em regime hospitalar.
- d) colocação em família substituta.
- e) acolhimento institucional.

006. (IADES/PMDF/2017) Acerca da autorização para viajar de crianças e de adolescentes, assinale a alternativa correta.

- a) A criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou de responsável sendo ela totalmente responsável por seus atos.
- b) A autorização é dispensável no caso de viagem ao exterior, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por intermédio de documento com firma reconhecida.
- c) A autoridade judiciária deverá conceder autorização para viagem válida por 10 anos.
- d) A autorização judicial é obrigatória quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança.
- e) A autorização judicial é facultativa no caso de estar a criança acompanhada por pessoa maior, bastando a autorização do pai, chefe da família.

007. (CESPE/2018) No tocante ao ECA, com base no entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- a) A participação de menores de idade em qualquer conduta criminosa é suficiente para autorizar a condenação, pela prática do crime de corrupção de menores de idade, dos agentes capazes envolvidos no mesmo ato.
- b) Admite-se cumular a remissão concedida pelo parquet na fase pré-processual, como forma de exclusão do processo, com a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida.
- c) A medida de internação aplicada aos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa depende da prática de, pelo menos, três infrações graves.
- d) Na apuração de ato infracional cometido por adolescente, caso seja imposta medida socioeducativa, o juiz deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no CP.
- e) Não é admitido, na apuração de ato infracional equiparado a crime contra o patrimônio, o benefício da escusa absolutória prevista no CP.

(REDAÇÃO/PC/PIAUI/2018) Maioridade penal é a idade mínima para que uma pessoa pode ser julgada criminalmente por seus atos como um adulto. No Brasil, e em vários países do mundo, a maioridade penal começa a partir dos 18 anos de idade. Também conhecida por maioridade criminal, esta é considerada uma linha divisória na forma como o tratamento de determinado ato deverá ser julgado. Para os indivíduos que possuem idade superior à estabelecida pela maioridade penal, todo o processo de julgamento é regido pelas leis do Código Penal do país. Os menores de idade, no entanto, caso cometam atos ilegais, devem ser julgados e punidos de acordo com a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (...) Não se deve confundir maioridade penal com responsabilidade penal. Os jovens, a partir dos 12 anos de idade, já podem responder por atos de criminalidade, no entanto, seguindo uma linha socioeducativa. O objetivo da punição para os indivíduos que estiverem abaixo da maioridade penal não é o de fazerem sofrer pelos crimes que cometeram, mas sim ajudar a preparar o jovem para a vida adulta, ajudando-o a recomeçar de maneira mais digna.

(<https://www.significados.com.br/majoridade-penal/> - Acesso em 8.5.2018)

008. (DELEGADO/2018) Em relação à Lei n. 8.069/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nas hipóteses de flagrante de ato infracional cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada.
- b) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.
- c) Nas localidades onde não houver entidade de atendimento, a apresentação far-se-á pela autoridade policial. À falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo de 24 horas.
- d) Se, afastada a hipótese de flagrante, houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao Poder Judiciário relatório das investigações e demais documentos.
- e) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

009. (MP BA/2018) É incorreto afirmar, quanto à disciplina jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) É desnecessária a oitiva do menor infrator antes de se decretar a regressão da medida socioeducativa, tendo em vista o caráter pedagógico desta modalidade de sanção.
- b) A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.
- c) A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência exclusiva do juiz.
- d) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.
- e) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

010. (JUIZ SUBSTITUTO/2018) Assinale a opção correta a respeito dos direitos da criança e do adolescente de acordo com as disposições do ECA e a jurisprudência atualmente prevalecente no STJ.

- a) O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado em data unificada em todo o território nacional a cada quatro anos, sob a responsabilidade da justiça eleitoral e a fiscalização do MP Eleitoral.
- b) Quem exhibe, sem autorização, fotografia de adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente, pratica infração administrativa prevista no ECA.
- c) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o MP pode conceder remissão como forma de exclusão do processo, cumulada com aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, inclusive colocação em regime de semiliberdade, mas não a internação.

011. (JUIZ SUBSTITUTO/2017) Considerando a jurisprudência do STJ a respeito dos crimes hediondos, do tráfico de entorpecentes, do Estatuto do Desarmamento e do ECA, assinale a opção correta.

- a) A arma de fogo desmuniada e desmontada não serve para configurar o delito de porte ilegal de arma de fogo.
- b) Não se configura o crime de corrupção de menor em relação àquele já afeito à prática de atos infracionais.
- c) Por ser crime acessório, a associação para o tráfico de drogas não pode existir sem a prova da materialidade do crime principal.

d) Não é hediondo o crime de tráfico de entorpecentes praticado por agente primário, de bons antecedentes e que não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa.

012. (CESPE/2018/DELEGADO/PF) Com referência à interceptação de comunicação telefônica, ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime de lavagem de capitais e a crimes cibernéticos, julgue o seguinte item.

Segundo entendimento do STJ, o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao tráfico de entorpecentes não ficará necessariamente sujeito à imposição de medida socioeducativa de internação.

013. (CESPE/2018/DELEGADO/PF) Um adolescente apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao crime de roubo foi imediatamente conduzido a uma delegacia especializada. Nessa situação, a autoridade policial deverá lavrar o boletim de ocorrência circunstanciado, e, na presença dos pais ou do responsável, o adolescente, após assinar termo de compromisso e de responsabilidade, deverá ser imediatamente posto em liberdade.

014. (CESPE/2018/PF) Julgue o próximo item, a respeito das Leis n.s 13.445/2017, 11.343/2006, 8.069/1990 e suas alterações.

Situação hipotética: Francisco, com dezessete anos e dez meses de idade, praticou ato infracional equiparado a furto. O promotor de justiça ofereceu representação ao juiz, propondo a instauração de procedimento para a aplicação da medida socioeducativa. Entretanto, com a demora na tramitação do procedimento, Francisco completou dezenove anos de idade antes da sentença. Assertiva: Nessa situação, o juiz ainda poderá aplicar medida socioeducativa a Francisco, mesmo que este já tenha completado a maioridade penal.

015. (CESPE/2018/PF) Valdo recebeu por e-mail um vídeo gravado por seu amigo Lucas com pornografia envolvendo uma adolescente e uma outra pessoa, maior de idade. Após assistir ao vídeo, Valdo arquivou as imagens no HD do seu computador. Nessa situação, a conduta de Lucas configurou crime de divulgação de vídeos com pornografia envolvendo adolescente, e a de Valdo foi atípica.

GABARITO – LISTA 11

1. e

2. e

3. b

4. b

5. a

6. b

7. C

8. d

9. a

10. b

11. E

12. C

13. E

14. C

15. E

MATERIAL COMPLEMENTAR: LEI N. 13.441, DE 8 DE MAIO DE 2017

Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.

Art. 1º O Capítulo III do Título VI da Parte Especial da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido da seguinte Seção V-A:

Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente”

“Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras:

I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público;

II – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e conterá a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas;

III – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.

§ 1º A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, consideram-se:

I – dados de conexão: informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet (IP) utilizado e terminal de origem da conexão;

II – dados cadastrais: informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão.

§ 3º A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios.”

“Art. 190-B. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelará por seu sigilo.

Parágrafo único. Antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações.”

“Art. 190-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B,

241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Parágrafo único. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.”

“Art. 190-D. Os órgãos de registro e cadastro público poderão incluir nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição da autoridade judicial, as informações necessárias à efetividade da identidade fictícia criada.

Parágrafo único. O procedimento sigiloso de que trata esta Seção será numerado e tombado em livro específico.”

“Art. 190-E. Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.

Parágrafo único. Os atos eletrônicos registrados citados no caput deste artigo serão reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos.”

LEI N. 13.441/2017, INSTITUIU A NOVA TÉCNICA INVESTIGATIVA NA INTERNET.

TÓPICO 01: Quais os crimes que a nova lei permitiu a infiltração virtual policial?

ECA

Art. 240 (utilização de menor em cena pornográfica)

Art. 241 (comércio de material pedófilo)

Art. 241-A (difusão da pedofilia)

Art. 241-B (posse de material pornográfico)

Art. 241-C (simulacro de pedofilia)

Art. 241-D (aliciamento de menores)

CP

Art. 154-A (invasão de dispositivo de informática)

Art. 217-A (estupro de vulnerável)

Art. 218 (corrupção de menores)

Art. 218-A (satisfação de lascívia)

Art. 218-B (prostituição infantil)

TÓPICO 02: Quem pode requerer?

REPRESENTAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL

REQUERIMENTO DO MP

TÓPICO 03: Prazos:

- Não poderá exceder o prazo de 90 dias.
- Eventuais renovações: totalizando 720 dias.

TÓPICO 04: Características da Infiltração:

1. Prova subsidiária;
2. Sigiloso;
3. Rol taxativo; e
4. Técnica especial.

TÓPICO 05: Nos termos do artigo 144 da CF, a autorização legislativa será deferida pelo juiz apenas para policiais federais e policiais civis, são os competentes para apuração de delitos.

TÓPICO 06: O artigo 190-C excludente da ilicitude (estrito cumprimento do dever legal).

Criou-se uma terceira previsão de infiltração policial no Brasil disciplinada pelos arts. 190-A a 190-E do ECA, inseridos pela Lei n. 13.441/2017.

INFILTRAÇÃO POLICIAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA		
Lei de Drogas (art. 53, I)	Lei do Crime Organizado Pacote anticrime	ECA (arts. 190-A a 190-E)
Principais características: • Não prevê prazo máximo. • Não disciplina procedimento a ser adotado.	Art. 10-A. Será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, obedecidos os requisitos do <i>caput</i> do art. 10, na internet, com o fim de investigar os crimes previstos nesta Lei e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas. § 4º A infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, mediante ordem judicial fundamentada e desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja comprovada sua necessidade.	Principais características: • Prazo de 90 dias, sendo permitidas renovações, mas o prazo total da infiltração não poderá exceder 720 dias. • Só poderá ser adotada se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis. • A infiltração de agentes ocorre apenas na internet.

Vários são os países que adotam a figura do agente infiltrado, por exemplo:

- 1) Portugal: Lei n. 101/2001, exigindo-se observância ao princípio da proporcionalidade.
- 2) Argentina: “si las finalidades de la investigación no pudieran ser logradas de outro modo – Lei n.. 24.424/94, prevendo-se, também, uma escusa absolutória para o agente infiltrado que vier a praticar, nesta condição, um delito, salvo se o crime colocar em grave risco a vida ou integridade física de uma pessoa ou impuser grave sofrimento físico ou moral a outrem.
- 3) Alemanha, desde 1992.
- 4) França: art. 706-32 do Code de Procédure Pénale.
- 5) México: Ley Federal contra la Delicuencia Organizada de 1996.
- 6) Chile: Lei n.. 19.366/95.
- 7) Espanha: Ley de Enjuiciamiento Criminal – art. 282 – bis.

Vale ressaltar que é perfeitamente possível que o agente policial seja infiltrado para investigar algum dos delitos do art. 190-A do ECA e, durante a infiltração, descubra outros crimes, como, por exemplo, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, favorecimento da prostituição de adultos etc.

Neste caso, os elementos indiciários (“provas”) desses outros crimes, coletados pelo agente infiltrado, também serão considerados válidos. Isso porque, neste caso, ocorreu o chamado fenômeno da serendipidade, que consiste na descoberta fortuita de delitos que não são objeto da investigação.

A serendipidade (tradução literal da palavra inglesa serendipity), também é conhecida como “descoberta casual” ou “encontro fortuito”.

Esse é o entendimento do STJ nos casos de interceptação telefônica, raciocínio que pode ser transportado para a infiltração policial. Confira precedente recente do Tribunal:

(...) 1. Não há violação ao princípio da ampla defesa a ausência das decisões que decretaram a quebra de sigilo telefônico em investigação originária, na qual de modo fortuito ou serendipidade se constatou a existência de indícios da prática de crime diverso do que se buscava, servindo os documentos juntados aos autos como mera notitia criminis, em razão da total independência e autonomia das investigações por não haver conexão delitiva.

2. O chamado fenômeno da serendipidade ou o encontro fortuito de provas que se caracteriza pela descoberta de outros crimes ou sujeitos ativos em investigação com fim diverso – não acarreta qualquer nulidade ao inquérito que se sucede no foro competente, desde que remetidos os autos à instância competente tão logo verificados indícios em face da autoridade. (...).

Segundo a lei, “concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.” Tais atos, deverão ser “reunidos em autos apartados e apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e dos adolescentes envolvidos.”

(Delegado Mato Grosso 2017)

1. A Lei 13.441/17 instituiu no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 190-A a 190-E da Lei 8.069/90) a infiltração policial virtual, nova modalidade de infiltração de agentes de polícia caracterizada por ser efetuada não no ambiente físico (como já previsto na Lei de Drogas e na Lei de Organização Criminosa), mas na internet. A novidade, portanto, não foi a instituição da figura do agente infiltrado[1] (já prevista no artigo 53, I, da Lei 11.343/06, bem como no artigo 10 da Lei 12.850/13 e artigo 20 da Convenção de Palermo – Decreto 5.015/04), mas sim a normatização dessa técnica investigativa em meio cibernético.

A infiltração policial consiste em técnica especial e subsidiária de investigação, qualificada pela atuação dissimulada (com ocultação da real identidade) e sigilosa de agente policial, seja presencial ou virtualmente, face a um criminoso ou grupo de criminosos, com o fim de localizar fontes de prova, identificar criminosos e obter elementos de convicção para elucidar o delito e desarticular associação ou organização criminosa, auxiliando também na prevenção

de ilícitos penais. A infiltração policial é gênero do qual são espécies a presencial (física) e a virtual (cibernética ou eletrônica). www.conjur.com.br por Henrique Hoffmann Monteiro

1. As infiltrações policiais, tanto física como eletronicamente, são gêneros contidos no artigo 20 da Convenção de Palermo.

2. A Lei n. 13.441/2017 dispõe que crimes de pedofilia e a corrupção de menores não podem ser investigados no ambiente real (físico), mas apenas por meio cibernético.

3. Atualmente a infiltração policial virtual está normatizada na Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

4. A corrente do rol de crimes autorizadores de infiltração virtual do tipo exemplificativo deve ser utilizada nos crimes virtuais, mesmo quando não estão esgotados todos os meios extremos de investigação.

5. A atuação dissimulada é a principal modalidade de investigação face a grupos criminosos que auxiliam na investigação de crimes graves cometidos através da internet.

LISTA 12

001. (CESPE/MP PI/2019) De acordo com o ECA, considera-se uma forma de tratamento cruel ou degradante

- a) a lesão.
- b) a humilhação.
- c) o sofrimento físico.
- d) o castigo.
- e) a punição físico.

002. (CESPE/MP PI/2019) O professor de uma escola suspeitou, durante a aula, de que um de seus alunos, de doze anos de idade, estava sendo vítima de maus-tratos. Nesse caso, o ECA determina que o caso seja obrigatoriamente reportado

- a) ao Ministério Público.
- b) ao conselho tutelar.
- c) ao juízo da infância e da juventude.
- d) à autoridade policial mais próxima.
- e) ao centro especializado de assistência social mais próximo.

003. (CESPE/2019/TJ PR) Fábio e Eliana foram casados e tiveram um filho chamado Enzo. Após terem se divorciado, foi determinado judicialmente que ambos teriam a guarda do menino. Alguns meses após a separação, durante uma discussão por questões financeiras, Fábio chamou Eliana de prostituta, por ela estar em um novo relacionamento, e a agrediu, causando-lhe lesão corporal de natureza grave. À luz do Código Civil e do ECA é correto afirmar que Fábio

- a) poderá perder o poder familiar de Enzo por decisão judicial.
- b) poderá perder o poder familiar de Enzo somente se comprovado que ele agrediu também o menino.
- c) não poderá perder o poder familiar de Enzo, somente a sua guarda.
- d) não poderá perder nem o poder familiar de Enzo, nem a sua guarda.

004. (CESPE/2019/TJ PR) Assinale a opção que indica medida de proteção à criança e ao adolescente prevista no ECA e aplicável quando os direitos reconhecidos desse grupo social forem ameaçados ou violados.

- a) colocação da criança ou do adolescente em família substituta
- b) intervenção mínima
- c) obrigação de reparar o dano
- d) internação da criança ou do adolescente em estabelecimento educacional

005. (MP SP/2019) Assinale a alternativa correta.

- a) O Conselheiro Tutelar é agente público municipal, eleito dentre residentes desse município, maiores de 18 anos e com reconhecida idoneidade moral.
- b) Os Conselhos Tutelares são órgãos autônomos, com poder de requisição de serviços públicos previstos em lei, mas suscetíveis de revisão jurisdicional.
- c) Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes, cujos membros cumprem mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- d) Os acolhimentos de crianças e adolescentes realizados pelo Conselho Tutelar, nos limites do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, prescindem de guia específica.
- e) Os Conselhos Tutelares, tais quais o Ministério Público e o Poder Judiciário, podem fiscalizar entidades governamentais e não-governamentais responsáveis pela execução de programas de proteção destinados a crianças e adolescentes, mas não socioeducativas.

006. (MP SP/2019) Assinale a alternativa correta.

- a) A condenação criminal de pai ou mãe, por si só, não implicará em destituição do poder familiar, senão por qualquer crime doloso.
- b) A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência, que será de 45 dias, excepcionalmente prorrogado por igual período
- c) A adolescente em acolhimento institucional terá garantida a convivência integral com seu filho, inclusive com acompanhamento multidisciplinar.
- d) A família extensa ou ampliada vai além da unidade formada pelos pais e seus filhos, podendo incluir parentes próximos sem vínculo de afinidade.
- e) O cadastro de adotantes não admite exceções de prioridade, senão para adoções de irmãos.

007. (MP SP/2019) Assinale a alternativa INCORRETA

- a) Se o adolescente descumprir remissão imprópria, não poderá haver conversão para semiliberdade ou internação.
- b) Segundo o STJ, os atos infracionais, mesmo gerando medidas chamadas de socioeducativas, são prescritíveis, na forma do Código Penal.
- c) A inimputabilidade penal do menor de 18 anos é absoluta e sua presunção decorre da lei, por meio do critério etário.
- d) Como ato infracional grave, o tráfico de drogas, por si só, permite a aplicação de medida socioeducativa de internação.
- e) Em relação ao tempo do ato infracional, o Estatuto da criança e do adolescente adotou a Teoria da Ação.

008. CESPE/2019 MP-PI / Prova: Promotor de Justiça De acordo com a jurisprudência do STJ, a medida de internação do menor depende:

- a) da existência de duas sentenças anteriores impositivas de medidas socioeducativas em desfavor do infrator.
- b) da prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, ainda que não exista contemporaneidade entre as práticas infracionais.
- c) da prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, desde que exista vaga para o cumprimento da medida na comarca de domicílio da residência familiar do infrator.
- d) da existência de duas sentenças anteriores impositivas de medidas socioeducativas, ainda que não exista vaga para o cumprimento da medida na comarca de domicílio de residência familiar do infrator.
- e) da prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo se

faltar contemporaneidade entre as práticas infracionais ou se a prática antecedente tiver menor relevância que a nova.

009. (MP SP/2019) Em relação ao crime de corrupção de pessoa menor de 18 anos, assinale a alternativa correta.

- a) Se o agente maior de idade apenas induz o menor de 18 anos à prática de ato infracional, não há crime de corrupção de menor.
- b) O agente maior de idade que pratica tráfico de drogas junto de menor de 18 anos, responde por esse delito, em concurso formal com a corrupção.
- c) O agente maior de idade que pratica infração penal junto de dois menores de 18 anos não responde por duas corrupções.
- d) Segundo o STJ, o crime de corrupção de menores de 18 anos é material.
- e) O agente maior de idade que pratica infração penal junto de menor de 18 anos, o qual não registrava qualquer antecedente, responde por dois delitos, em concurso formal.

010. (FCC/2020/TJ-MS/JUIZ ESTADUAL) Maria, não desejando ficar com seu filho João, que não tem pai registral, entrega-o a um casal de amigos, Marta e Vicente, os quais desejam adotá-lo. Segundo previsão expressa de lei,

- a) Maria, Marta e Vicente, estando de acordo, poderão requerer ao Cartório de Registro Civil o reconhecimento de Marta e Vicente como pais socioafetivos de João, com prejuízo da filiação registral originária.
- b) Marta e Vicente não poderão adotar João, exceto se já tiverem sido previamente habilitados a adotar e incluídos no cadastro de adoção.
- c) Maria pode perder, por decisão judicial, o poder familiar sobre o filho por tê-lo entregue de forma irregular a terceiros para fins de adoção.
- d) Marta e Vicente, ainda que não habilitados, têm prioridade para a adoção da criança porque foram indicados pela própria genitora de João como adotantes de sua preferência.
- e) sendo do interesse de João, sua adoção pode ser concedida a Marta e Vicente, os quais sujeitam-se, em tese, às penas do crime de burla de cadastro adotivo.

011. (VUNESP/ 2019/ TJ-RO/ JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO) Em relação às autorizações judiciais de viagem para crianças e adolescentes, e nos termos do que estabelece o ECA, é correto afirmar:

- a) Em se tratando de viagem ao exterior de adolescente maior de 16 anos de idade desacompanhado, a autorização judicial será dispensada se houver autorização por escrito de um dos pais, com firma reconhecida por autenticidade, ainda que ambos estejam vivos e em local conhecido.

- b) A autorização judicial para criança viajar no território nacional desacompanhada dos pais ou responsáveis não será exigida se estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau.
- c) A pedido dos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá, exclusivamente para as viagens dentro do território nacional, conceder autorização válida por até três anos, não sendo possível a concessão de autorização para viagens ao exterior por prazo maior que 06 meses.
- d) Dentro do mesmo Estado da Federação, e independentemente da distância, da contiguidade das comarcas ou do pertencimento à mesma região metropolitana, os adolescentes, maiores de 12 anos de idade, poderão viajar para fora da comarca onde residem, desacompanhados dos pais ou responsáveis, dispensada autorização judicial.
- e) Dentro do território nacional, não se exige autorização judicial para a criança ou adolescente menor de 16 anos de idade viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsáveis, desde que se trate de comarca contígua à da residência da referida criança ou adolescente, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

012. CESPE/2020 Órgão: MP – CE De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia da prioridade absoluta compreende

- a) a corresponsabilidade da família, do Estado e da sociedade em assegurar a efetivação dos direitos fundamentais a crianças e adolescentes.
- b) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- c) a efetivação de direitos especiais em razão da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- d) o alcance dos direitos a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer distinção.
- e) a implementação de políticas públicas de forma descentralizada.

013. (FCC/2020/TJ-MS) O acompanhamento domiciliar é previsto expressamente no Estatuto da Criança e do Adolescente

- a) para o atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, se necessário.
- b) nas hipóteses de desistência dos genitores da entrega de criança após o nascimento, pelo prazo de 180 dias.
- c) para crianças e adolescentes reintegrados à sua família natural ou extensa após a permanência em serviços de acolhimento institucional.
- d) às gestantes que apresentem gravidez de alto risco à saúde e ao desenvolvimento do nascituro.

a) às crianças detectadas com sinais de risco para o desenvolvimento biopsicossocial por meios dos protocolos padronizados de avaliação.

014. (MPDFT/2021) Assinale a alternativa CORRETA, entre as seguintes assertivas relacionadas aos crimes relacionados à criança e ao adolescente:

a) A conduta de produzir e a de filmar cena de sexo explícito envolvendo adolescente resulta em concurso material entre as condutas.

b) Há automática consunção quando ocorrem armazenamento e compartilhamento de material pornográfico infanto juvenil.

c) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

d) A prática de crimes em concurso com dois adolescentes resulta na condenação de apenas um crime de corrupção de menores.

e) A perda do cargo, mandato ou função, em crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente praticados por servidores públicos com abuso de autoridade poderá ser aplicada ainda que o servidor seja primário.

015. (DP BA/2021/FCC) Do programa de apadrinhamento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) poderão participar pessoas físicas e jurídicas previamente cadastradas perante o Conselho Tutelar do Município.

b) não deverão participar adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar.

c) poderão participar pretendentes à adoção cadastrados desde que o perfil escolhido para adoção seja distinto do perfil dos pretensos apadrinhados.

d) devem participar, prioritariamente, crianças com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família substituta.

e) poderão participar, na modalidade de apoio financeiro, crianças oriundas de famílias numerosas em situação de pré-acolhimento.

016. (DELEGADO/2021) C.R., na semana anterior ao seu aniversário de 18 anos, decidiu organizar uma festa. Convidou todos os seus colegas de condomínio, exceto K.S., por quem nutria profundo desafeto. Ao perceber, porém, a presença de K.S. na festa, C.R. a atraiu para a adega da casa e a golpeou por repetidas vezes na cabeça, somente não lhe causando a morte por circunstâncias alheias à sua vontade. Diante do exposto, e com embasamento no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) Caso o juiz entenda que o ato infracional foi praticado mediante violência ou grave ameaça, ele poderá aplicar a medida socioeducativa de internação, necessariamente reavaliada a cada seis meses.
- b) C.R. responderá a uma ação socioeducativa pública, podendo ser internada provisoriamente pelo prazo de 90 dias, enquanto tramita a ação.
- c) Caso o juiz entenda que o ato infracional foi praticado mediante violência ou grave ameaça, ele poderá aplicar a medida socioeducativa de liberdade vigiada, pelo prazo mínimo de 3 anos.
- d) Como se trata de ato infracional na forma tentada, C.R. poderá receber a medida de liberdade assistida, mais branda que a medida de internação, pelo prazo mínimo de 3 anos.
- e) Como se trata de ato infracional na forma tentada, C.R. poderá receber a medida de liberdade assistida, mais branda que a medida de liberdade vigiada, pelo prazo mínimo de 2 anos.

017. Marque a alternativa correta nos termos da lei 8069/90 e conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Mas, a sentença concessiva de adoção, ainda quando proferida em procedimento de jurisdição voluntária, pode ser encoberta pelo manto protetor da coisa julgada material e, como consectário lógico, figurar como objeto de ação rescisória. Logo, é possível, mesmo ante a regra da irrevogabilidade da adoção, a rescisão de sentença concessiva de adoção ao fundamento de que o adotado, à época da adoção, não a desejava verdadeiramente e de que, após atingir a maioridade, manifestou-se nesse sentido.
- b) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de guarda e adoção.
- c) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, logo, a morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- d) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será de, no máximo, 30 (trinta) dias.
- e) A adoção sempre depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

018. (MP GO/2019) A Lei n. 13.441/2017 trouxe alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentando conteúdo relativo infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. Sobre essas recentes modificações, assinale a alternativa incorreta:

- a) A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do ECA e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto -Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o MP.
- b) A autorização para infiltração dar-se-á somente mediante requerimento da autoridade policial, ouvido o Ministério Público, e conterà a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas.
- c) A infiltração não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.
- d) Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D do ECA e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto -Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sendo que o agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.

019. (FGV/DEFENSOR PÚBLICO/2021) Antônio e Sérgio são flagrados em suposta prática, em conjunto, de tráfico de drogas. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, se Sérgio tem

- a) 19 anos e Antônio tem 17, ambos poderão, excepcionalmente, ficar recolhidos na mesma repartição policial, desde que em seções distintas e por prazo nunca superior a 48 horas, sob pena de responsabilidade.
- b) 19 anos completos e Antônio tem 17, existindo na comarca delegacia especializada no atendimento de adolescentes, cada um dos suspeitos será encaminhado à repartição policial distinta para lavratura do respectivo auto de flagrante.
- c) 13 anos e Antônio tem 16, a autoridade policial não está obrigada a lavrar o auto de apreensão dos adolescentes, podendo substituir o documento por boletim de ocorrência circunstanciado.
- d) 15 anos e Antônio tem 11, Antônio será entregue aos pais ou responsável pela própria autoridade policial, que deverá apresentar Sérgio ao Ministério Público imediatamente ou, na impossibilidade, no primeiro dia útil seguinte.

e) 19 anos e Antônio tem 11, Sérgio será autuado pelo crime de corromper ou facilitar a corrupção de menores agravado pelo fato de Antônio contar com menos de 12 anos ao tempo do delito.

020. (FGV/2022) Jefferson é conselheiro tutelar e exerce o seu segundo mandato. Por ocasião da realização de novo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar em todo o país, Jefferson realiza a inscrição de sua candidatura, juntando toda a documentação prevista no edital e atendendo aos demais requisitos legais. A Comissão do Processo de Escolha, instituída no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) onde Jefferson atua, indefere a inscrição de sua candidatura, sob o único fundamento de que é vedada a recondução. Inconformado com a decisão administrativa, Jefferson busca atendimento da Defensoria Pública. Considerando o disposto na Lei n. 8.069/1990 (ECA), pode-se afirmar que a decisão da Comissão do CMDCA está:

- a) correta, pois o ECA permite apenas uma recondução para novo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, e Jefferson não poderá exercer novo mandato;
- b) incorreta, pois o ECA permite o exercício sucessivo de até três mandatos pelos membros do Conselho Tutelar, e Jefferson poderá exercer mais um novo mandato;
- c) correta, pois o ECA permite que a inscrição de candidatura seja indeferida por ato meramente discricionário da Comissão do Processo de Escolha;
- d) incorreta, pois o ECA permite a recondução ilimitada para novos processos de escolha dos membros do Conselho Tutelar, e Jefferson poderá concorrer novamente.

021. (FGV/2022) Rosana e Suely são irmãs e mantêm fortes vínculos de afetividade desde a infância. Suely é mãe de Michael, que tem 2 anos de idade, sendo a paternidade da criança desconhecida. Suely faz uso de substâncias entorpecentes desde a adolescência, sendo amparada pela família. Diante do desejo de não exercer a maternidade e por se encontrar em situação de rua, sem aderir a qualquer encaminhamento realizado pelas redes municipais de assistência social e de saúde, Suely deseja entregar a criança em adoção para a sua irmã, que conta com forte afeição de Michael e deseja adotá-lo, embora não esteja habilitada à adoção nem cadastrada previamente no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Considerando o disposto na Lei n. 8.069/1990 (ECA), a adoção pretendida por Rosana:

- a) não é possível, pois há vedação legal à adoção por pessoa não cadastrada previamente no SNA nessa hipótese;
- b) é possível, pois o ECA autoriza a adoção por parente com o qual a criança mantenha vínculo de afinidade e afetividade;
- c) não é possível, pois é vedada a adoção por irmão do adotando;
- d) é possível, desde que não haja interessados, após consulta ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

022. Anderson, adolescente de 15 anos, pratica suposto ato infracional análogo ao crime de furto. Após oitiva informal, o Ministério Público oferece representação em face do adolescente. Na audiência de apresentação, constata-se que Anderson praticou, anteriormente, suposto ato infracional análogo ao crime de dano, no qual recebeu remissão concedida pelo Ministério Público. Atualmente, o adolescente está inserido em programa de aprendizagem, conta com o apoio dos pais e está sob acompanhamento do Conselho Tutelar. O juiz concede remissão ao adolescente, manifestando-se o Ministério Público contrariamente à concessão do benefício, sob o fundamento de que o adolescente possui antecedente pela prática de ato infracional. Considerando o disposto na Lei n. 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) a prática de ato infracional anterior, com concessão de remissão pelo Ministério Público, constitui antecedente e impede a concessão de novo benefício;
- b) a remissão aceita pelo adolescente pressupõe o reconhecimento da autoria pela prática de ato infracional, mas não constitui antecedente;
- c) a remissão concedida pela autoridade judiciária não importará na suspensão ou extinção do processo e constitui antecedente;
- d) a remissão não constitui antecedente ou implica reconhecimento de responsabilidade, podendo ser cumulada com medida socioeducativa em meio aberto.

023. (TJDFT/FGV/2022) Um bebê indígena recém-nascido com uma deficiência física foi resgatado após ter sido abandonado em um matagal e foi acolhido em uma entidade após o atendimento médico. De acordo com a legislação vigente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- a) apenas membros da mesma comunidade étnica poderão adotar o bebê;
- b) os representantes da Funai terão preferência na adoção do bebê índio;
- c) os direitos fundamentais reconhecidos pelo ECA não se aplicam a indígenas;
- d) o bebê poderá vir a ser adotado por pretendentes habilitados à adoção;
- e) o bebê permanecerá em acolhimento em respeito à sua identidade cultural.

024. (FGV/2022) As pessoas que querem adotar uma criança ou adolescente devem postular sua Habilitação para Adoção e, deferido o pedido, elas aguardam em um cadastro sua convocação conforme a disponibilidade e o perfil de crianças ou adolescentes adotáveis. De acordo com a legislação, na convocação para adoção:

- a) casais terão preferência sobre pretendentes individuais;
- b) casais sem filhos terão preferência sobre casais com filhos;
- c) será observada a ordem cronológica da sentença de habilitação;
- d) casais heterossexuais terão preferência sobre casais homoafetivos;
- e) pretendentes estrangeiros terão preferência sobre pretendentes nacionais.

025. (TJDFT/FGV/2022) O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), por meio de uma Resolução de 2006, institucionalizou o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sobre o tema, analise as opções a seguir.

- I – A Vara da Infância e da Juventude, o Ministério Público e a Defensoria Pública;
- II – O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Conselho Tutelar;
- III – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi).

Faz(em) parte do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente:

- a) somente I;
- b) somente I e II;
- c) somente I e III;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

026. (TJDFT/FGV/2022/ASSISTENTE SOCIAL) As medidas socioeducativas previstas no ECA são aplicáveis ao adolescente que pratica ato infracional. As medidas socioeducativas podem ser:

- I. advertência;
- II. obrigação de reparar o dano;
- III. liberdade assistida.

Estão corretas:

- A. somente I;
- B. somente II;
- C. somente I e II;
- D. somente II e III;
- E. I, II e III.

027. (TJDFT/FGV/2022) Ao fim do bem-sucedido estágio de convivência entre Tobias, 5 anos, e Olavo e Breno, casal homoafetivo, com união estável reconhecida, que requerem sua adoção, a assistente social encarregada do parecer técnico sugere ao juiz o indeferimento do pleito. Segundo a assistente social, não há previsão no ordenamento jurídico brasileiro que autorize o registro de dupla paternidade.

contraindicação da adoção pretendida:

- a) está justificada, já que a adoção deve ser concebida, tanto quanto possível, como imitação da vida biológica;

- b) está justificada, já que a Lei de Adoção ainda é omissa quanto à possibilidade de adoção por casais homoafetivos;
- c) não está justificada, já que a união estável entre pessoas do mesmo sexo lhes assegura direitos iguais aos dos casais heterossexuais, inclusive para fins de adoção conjunta;
- d) não está justificada, porque, no melhor interesse da criança, a convivência familiar é direito que se sobrepõe a filigranas cartoriais;
- e) está justificada, já que o ECA é omissivo quanto à possibilidade de adoção por casais homoafetivos.

028. (TJ SC/2022/FGV) Juliana e Mário são casados e habilitados à adoção. Após serem contatados pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, iniciam a aproximação com a criança Amanda, de 5 anos, que se encontra acolhida. O casal propõe ação de adoção com requerimento de guarda provisória da criança, que é deferida pelo magistrado. Durante o estágio de convivência, os requerentes e a criança estabelecem fortes vínculos afetivos, sendo certo que Amanda os identifica como seus pais, conforme consta dos estudos técnicos realizados no curso do processo. Antes do encerramento do processo de adoção, Juliana e Mário resolvem se divorciar, sendo acordado pelo casal que a guarda será compartilhada e que Amanda residirá nos dias de semana com Juliana, com o exercício de livre visitação por Mário. À luz do disposto na Lei n.º 8.069/1990 (ECA) e tendo em vista os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) Juliana e Mário não poderão adotar Amanda conjuntamente, pois é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável;
- b) somente Juliana poderá adotar Amanda, na medida em que reside com a criança, não sendo admissível por lei a adoção conjunta por pessoas divorciadas ou separadas judicialmente;
- c) o pedido de adoção poderá ser julgado procedente, pois houve acordo sobre a guarda e a visitação, tendo o estágio de convivência se iniciado durante o casamento;
- d) a adoção poderá ser deferida a Mário apenas se tiver ocorrido inequívoca manifestação do desejo de adotar Amanda, antes de concluído o divórcio, e houver anuência de Juliana com a adoção;
- e) em razão do divórcio ocorrido antes de julgada a ação de adoção, será obrigatória a consulta ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), para a verificação de eventuais habilitados interessados em adotar a criança.

029. (FGV 2022 TJ SC) O Ministério Público propõe ação de destituição do poder familiar em face de Angélica e Luiz Cláudio, genitores de três crianças que se encontram em acolhimento, em razão de graves violações de direitos praticadas contra os filhos. Concluída a instrução, o pedido é julgado procedente. Angélica e Luiz Cláudio interpõem recurso de apelação, com requerimento de reconsideração da decisão pelo magistrado. Tendo em vista o sistema recursal previsto na Lei n. 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- a) o recurso de apelação será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, tendo em vista expressa previsão legal nesse sentido;
- b) o recurso de apelação será recebido no efeito suspensivo, razão pela qual seria possível, em tese, a reintegração familiar das crianças aos pais, até o recurso ser julgado;
- c) caso não comprovado o recolhimento de custas, os recorrentes deverão ser intimados para juntada do comprovante, no prazo de 24 horas;
- d) o recurso de apelação na hipótese narrada aguardará distribuição oportuna, após o que será processado com prioridade;
- e) antes da remessa dos autos à superior instância, o magistrado poderá exercer juízo de retratação de sua decisão.

030. (FGV/2022/TJ SC) O adolescente Fabiano pratica ato infracional análogo ao crime de furto, não possuindo antecedentes infracionais. Após oitiva informal, o Ministério Público oferece Representação em face do adolescente. Na audiência de apresentação, o magistrado concede remissão ao adolescente, aplicando-lhe medida socioeducativa de liberdade assistida. Considerando o disposto na Lei n. 8.069/1990 (ECA) a respeito da remissão, é correto afirmar que:

- a) após iniciado o procedimento para a apuração de ato infracional, inexistente previsão legal para a concessão da remissão pela autoridade judiciária;
- b) a remissão implica o reconhecimento de responsabilidade pelo adolescente, estando condicionada à confissão da autoria pela prática do ato infracional;
- c) por ser o titular da ação socioeducativa, a remissão é de concessão exclusiva pelo Ministério Público;
- d) a remissão não implica a comprovação da responsabilidade, mas prevalece para efeitos de antecedente infracional;
- e) a remissão poderá incluir a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.

031. (FGV/PC RN/DELEGADO/2021) A infiltração de agentes exige prévia autorização judicial, assim como oitiva do Ministério Público em caso de representação da autoridade policial.

032. (MPE SC/2019) A Lei 8.069/90, pontualmente quanto à infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes contra a dignidade sexual de crianças e de adolescentes, dispõe que a infiltração na internet, dar-se-á pela autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento do MP ou representação de delegado de polícia.

033. (FCC/2019) O avanço das tecnologias de comunicação digital vem multiplicando as formas de vitimização de crianças e adolescentes. Buscando ampliar a proteção diante dessas novas ameaças, O ECA tem passado por sucessivas atualizações. Dentre aquelas já incorporadas em seu texto, pode-se citar a possibilidade de infiltração de agentes de polícia na internet para investigação de crimes contra a vida, saúde, honra e dignidade sexual de crianças e de adolescentes.

034. Tanto na lei da organização criminosa como no ECA, o policial não poderá exceder o prazo de 90 dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que não exceda 720 dias.

035. (PC-PB/CESPE / CEBRASPE/2022/ESCRIVÃO DE POLÍCIA) Pedro, com vinte e três anos de idade, enviou cinco fotos com cenas de sexo explícito envolvendo crianças, por meio de um e-mail, a uma terceira pessoa que não foi identificada. Quando do cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência de Pedro, foram apreendidas outras setenta fotos de pornografia infantil em seu computador.

036. Acerca dessa situação hipotética, e considerando que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n. 8.069/1990), constitui crime: distribuir fotos de pornografia infantil por e-mail (art. 241-A); armazenar fotos de pornografia infantil (art. 241-B), julgue os itens a seguir.

I – Pedro deve responder apenas pelo delito previsto no artigo 241-A do ECA, pois distribuiu fotos de pornografia infantil pelo e-mail. O delito previsto no artigo 241-B desse estatuto deve ser absorvido pelo tipo previsto no artigo 241-A, porque constitui meio de execução desse delito, segundo entendimento do STJ.

II – Pedro deve responder pelos delitos previstos no artigo 241-A (uma vez que distribuiu fotos de pornografia infantil) e 241-B (porque armazenava fotos de pornografia infantil em seu computador), ambos do ECA, segundo entendimento do STJ.

III – Pedro praticou o crime previsto no artigo 241-A do ECA, crime esse que possui causa de diminuição de pena (quando a quantidade de material pornográfico infantil transmitida é pequena).

IV – O crime previsto no artigo 241-A do ECA é considerado hediondo, conforme previsão da Lei n.º 8.072/1990, que dispõe sobre crimes hediondos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) IV.

037. (IDECAN/PC/CE/2021) Consoante entendimento dos Tribunais Superiores, a montagem fotográfica que simula a participação de adolescente em cena de sexo explícito não é tipificada, apenas o seria se a simulação fosse em vídeo.

(2023/CESPE / CEBRASPE/TJ-DFT/Juiz de Direito Substituto) No dia 10/8/2022, um adolescente de 16 anos de idade foi apreendido em flagrante pela prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas na rodoviária interestadual do Distrito Federal (DF), localizada em Brasília. Conforme apurado pela autoridade policial, o adolescente, residente no DF, havia acabado de embarcar em um ônibus com destino à cidade de Fortaleza – CE e transportava consigo, escondidos em sua bagagem, 30 kg de substância entorpecente popularmente conhecida como maconha. A busca pessoal ocorreu de forma legal, e o jovem, cientificado do direito ao silêncio, confessou na esfera policial ter sido contratado por um terceiro para o transporte da droga. Formalizado o flagrante pela delegacia da criança e do adolescente, os autos foram encaminhados ao Poder Judiciário do DF. A folha de passagem do jovem continha apenas um registro anterior de ato infracional análogo a furto simples, ocasião em que fora concedida remissão pré-processual, sem cumulação com medida socioeducativa. Após oitiva informal, o membro do MP ofereceu representação contra o adolescente e justificou não ser possível a concessão de remissão pré-processual em casos de tráfico de drogas, por expressa vedação legal. Requereu, ainda, a decretação da internação provisória para a garantia da ordem pública. Os autos foram conclusos para a apreciação do juízo competente, que decidiu receber a representação e liberar o adolescente, sob o fundamento de que a decretação da internação provisória no caso em análise infringiria o princípio da homogeneidade, porquanto ausentes as hipóteses de internação estrita previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Considerando a situação hipotética apresentada, as normas do ECA, a jurisprudência do STJ, julgue os itens.

038. A Julgada procedente a representação oferecida em desfavor do adolescente, a aplicação de medida socioeducativa de internação estrita se impõe, visto que, conforme entendimento sumulado do STJ, a prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas conduz obrigatoriamente à aplicação da referida medida.

039. A justificativa do MP para não conceder remissão quanto ao tráfico de drogas está correta, pois o ECA veda expressamente tal medida para atos infracionais análogos a crimes hediondos ou equiparados.

GABARITO – LISTA 12

- | | |
|--------------|--------------|
| 1. b | 27. e |
| 2. b | 28. d |
| 3. b | 29. c |
| 4. a | 30. e |
| 5. a | 31. e |
| 6. b | 32. c |
| 7. c | 33. e |
| 8. d | 34. e |
| 9. e | 35. e |
| 10. e | 36. b |
| 11. c | 37. E |
| 12. e | 38. E |
| 13. b | 39. E |
| 14. a | |
| 15. c | |
| 16. d | |
| 17. a | |
| 18. a | |
| 19. b | |
| 20. c | |
| 21. d | |
| 22. b | |
| 23. d | |
| 24. d | |
| 25. c | |
| 26. e | |

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora